

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

Vívian de Moura Dayrell

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO: uma etnografia no Centro de
Referência de Atendimento as Mulheres no DF**

Brasília

2014

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia
Mestrado em Psicologia

Vívian de Moura Dayrell

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO: uma etnografia no Centro de
Referência de Atendimento as Mulheres no DF**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia (Linha de pesquisa: Psicologia e saúde).

ORIENTADOR:

Prof. Dr. José Bizerril Neto

Brasília, 26 de fevereiro de 2014

Vívian de Moura Dayrell

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO: uma etnografia no Centro de
Referência de Atendimento as Mulheres no DF**

Prof. Dr. José Bizerril Neto - Centro Universitário de Brasília
Orientador

Prof.a. Dr.a. Tania Mara Campos de Almeida - Universidade de Brasília
Examinadora

Prof. Dr. Fernando González Rey - Centro Universitário de Brasília
Examinador

Brasília, 26 de fevereiro de 2014

As mulheres do CRAM.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador Prof. Dr. José Bizerril pela confiança depositada em mim, por acreditar no meu projeto de pesquisa, pela paciência, pelas conversas sobre meu tema de estudo que me ajudaram a lançar um novo olhar sobre meu campo de pesquisa e aperfeiçoar a forma de trabalho e atendimento às mulheres e também pela leitura atenciosa do texto da dissertação.

Gostaria de agradecer à banca de qualificação, ao professor Fernando González Rey e à professora Tania Mara Almeida, pelas apreciações sobre o trabalho de pesquisa que me fizeram refletir e pensar os caminhos desse estudo.

Gostaria de agradecer a minha equipe de trabalho, em especial à Marina pelas incontáveis conversas que me fizeram aprimorar minhas reflexões e análises, obrigada principalmente pelo carinho e apoio. Agradeço também à Karla, gerente do CRAM, pela sensibilidade e compreensão ao longo do processo de confecção da dissertação. Faço desse espaço uma oportunidade para agradecer aos colegas de trabalho não apenas pelo suporte e contribuições durante a pesquisa, mas expresso minha gratidão pelo trabalho conjunto na unidade. Às vezes, esqueço de dizer para as pessoas que vejo todos os dias como é importante contar com o suporte delas, como é bom quando o convívio é de parceria, que nossa convivência seja de fortalecimento mútuo para o enfrentamento das adversidades no trabalho com violência contra as mulheres.

Gostaria de agradecer as diferentes amigas que me ajudaram e me estimularam ao longo do processo de cursar o mestrado Caetana, Laura, Naiara e Nina. Um agradecimento especial à Monica, não só por ajudar nas transcrições, mas por me estimular, incentivar e ajudar a manter o entusiasmo com a vivência da pesquisa.

Agradeço ao grupo de pesquisa: Diálogos Interdisciplinares.

Agradeço as professoras e professores do mestrado, as secretárias da pós-graduação que me atenderam com presteza ao longo do curso.

Também gostaria de agradecer à Mariana, Larissa e Daniel, colegas do mestrado, pelo intercâmbio de informações e compartilhar sentimentos sobre a árdua tarefa de pesquisar.

Agradeço ao meu pai e minha mãe que me inspiram a trabalhar com afinco.

Minha gratidão as mulheres por aceitarem participar da pesquisa.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1	
O QUE É VIOLÊNCIA DE GÊNERO?	
1.1 - Uma multiplicidade de conceito nos estudos sobre violência.....	16
1.2 - Gênero e violência.....	22
1.3-Abordagens teóricas sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres.....	33
Capítulo 2	
SUBJETIVIDADE E CULTURA.....	44
Capítulo 3	
GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O ATENDIMENTO NO CRAM	
3.1 - A constituição de uma agenda e de políticas públicas de gênero no Brasil: a interação de movimentos feministas e grupos de mulheres com o Estado.....	60
3.2 - O que são políticas públicas?.....	61
3.3 - O que são políticas públicas de gênero (para as mulheres)?.....	63
3.4 - Tratados internacionais e legislação nacional.....	65
3.5 - A agenda de gênero com foco no combate à violência de gênero na passagem do século XXI.....	69
3.6 - Políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no DF.....	75
3.7 - Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs) em Situação de Violência e a experiência do SOS-MULHER.....	78
3.8 - Sobre a metodologia de atendimento numa abordagem multidisciplinar.....	82
Capítulo 4	
OS OBJETIVOS DA PESQUISA, O MÉTODO ETNOGRÁFICO E O CENÁRIO DE PESQUISA	
4.1 - Metodologia de pesquisa	84
4.2 - Questões éticas da pesquisa.....	89

4.3 - Sobre o início da pesquisa.....	89
4.4-Investigando o cotidiano: da especialização e natureza do serviço, mulheres atendidas.....	94
Capítulo 5	
O TRABALHO INTERDISCIPLINAR E A ABORDAGEM PSICOSSOCIAL	
5.1 - Sobre o atendimento.....	107
5.2 - Sobre a atuação d@s psicólog@s no serviço.....	119
Capítulo 6	
ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	
6.1 - Sobre as entrevistas.....	119
6.2 - Caso Marília.....	121
6.3 - Caso Antônia.....	130
6.4 - Caso Teresa.....	138
Considerações Finais.....	145
Referências Bibliográficas.....	150
Anexos	
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	155

RESUMO

A presente dissertação trata-se de uma etnografia no Centro de Referência de Atendimento a Mulher (CRAM), um programa da Secretaria de Estado da Mulher (SEM/DF) do governo do Distrito Federal. O CRAM é um local que presta acolhimento e atendimento social, psicológico e orientação jurídica as mulheres. O trabalho de campo consistiu em examinar o cotidiano da unidade, o acompanhamento interdisciplinar ofertado às mulheres pela equipe multiprofissional e na realização de entrevistas abertas com as mulheres atendidas com o objetivo de analisar como as mulheres narram a própria história e como nomeiam/percebem o próprio sofrimento, verificar as estratégias de enfrentamento e superação da situação de violência relatada e examinar como as mulheres percebem o acompanhamento realizado no serviço. A interlocução entre as teorias feministas de gênero, a Teoria da Subjetividade e alguns autores de teoria antropológica para definir cultura, somados à pesquisa de campo e à experiência de trabalho interdisciplinar na unidade possibilitou o desenvolvimento de recomendações sobre como promover o atendimento as mulheres em serviços dessa natureza a partir do que tem sido bem sucedido na nossa atuação. A realização da pesquisa possibilitou uma reflexão sobre os problemas da formação clássica em psicologia, as especificidades de novas formas de atuação em serviços delineados pelas políticas públicas, oferecendo um atendimento numa abordagem psicossocial e de forma interdisciplinar. Há diversas circunstâncias de violência vivenciadas por diferentes mulheres, o acompanhamento deve atender as distintas necessidades das mulheres, além de estar articulado as diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres. A violência impacta a saúde mental das mulheres; o desenvolvimento de recursos subjetivos para o enfrentamento das situações de violência de gênero depende da capacidade de gerar sentidos subjetivos que permitem se posicionar diante da situação e dar-lhe algum encaminhamento produtivo. Neste sentido, o trabalho no serviço pode ser pensado como um espaço para favorecer esta capacidade generativa da própria mulher. O atendimento multiprofissional e interdisciplinar fundamenta-se numa perspectiva de gênero e visa o fortalecimento da mulher atendida para a superação da situação de violência vivenciada.

Palavras-chave: violência de gênero, subjetividade, atendimento interdisciplinar e CRAM

ABSTRACT

This dissertation is an ethnographic study carried out at the Women's Counselling Reference Centre (CRAM), a programme run by the Federal District Government State Secretariat for Women (SEM/DF) in Brasilia, Brazil. CRAM is a unit that receives women for social, psychological and legal counselling. Field work consisted of examining the unit's day-to-day operation, the interdisciplinary assistance offered to women by a multi-professional team, and the holding of open-ended interviews with women receiving assistance, the aim being to analyse how women recount their own stories, and how they describe/perceive their own suffering, to ascertain the strategies for dealing with and overcoming situations of violence reported, as well as observing how women assess the assistance this service provides. The combination of feminist gender theories, the Theory of Subjectivity and definitions of culture provided by certain anthropological theorists, associated with field work and interdisciplinary work experience at the unit have enabled the researcher to develop recommendations for providing assistance to women through services of this kind based on successful experiences obtained. The research has afforded reflection on problems arising from classical psychological education and training, the specificities of new forms of engagement in services implementing public policies, employing an interdisciplinary, psycho-social approach to assistance. Given the diversity of violent circumstances different women experience, counselling should be designed to meet women's distinct needs besides complying with the guidelines established in Brazil's National Policy for Dealing with Violence against Women. Violence affects women's mental health; the development of subjective resources for dealing with situations of gender-related violence thus depends on the capacity to generate subjective senses that will allow victims to come to terms with the situation and move forward in a positive manner. In this respect, the service provided by the unit can be viewed as a space for promoting the women's own generative capacity. Interdisciplinary, multi-professional assistance is grounded in a gender perspective aiming to strengthen women assisted with a view to overcoming the situations of violence they have experienced.

Keywords: gender-related violence, subjectivity, interdisciplinary assistance and CRAM

Introdução

A realização desta pesquisa, que se trata de uma etnografia no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), foi motivada pelos desafios teórico-metodológicos e ético-políticos vivenciados como psicóloga do serviço em estudo. Conhecer as biografias das mulheres atendidas e dialogar com elas, exercer clínica (psicológica) em um equipamento da política pública de enfrentamento à violência contra as mulheres bem como o conhecimento produzido pelo contato com outros saberes (direito e serviço social), pela realização do atendimento conjuntamente com profissionais de diferentes áreas e o convívio com a equipe multiprofissional da unidade e da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, aliados às discussões da literatura feminista e de gênero, entre outras referências teóricas, no contexto do grupo de pesquisa interdisciplinar Diálogo¹ despertaram em mim inquietações e reflexões que me trouxeram ao mestrado.

O ingresso na Secretaria de Estado da Mulher – SEM/DF aconteceu por concurso público, a nomeação e a posse ocorreram em 2011. Ocupo o cargo de especialista em assistência social, com atuação na área de psicologia, da carreira pública da assistência social do Distrito Federal e estou lotada no programa Centro de Referência de Atendimento à Mulher da Subsecretaria de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, que é um dos eixos de atuação da SEM/DF. A pesquisa foi realizada na unidade Ieda Santos Delgado em que trabalho. Portanto, experimentei a posição de funcionária do serviço e pesquisadora simultaneamente. Da Matta (1991) escreveu que há dois movimentos concomitantes na etnografia: “*transformar o exótico em familiar e transformar o familiar em exótico*”. No que tange à pesquisa, o exercício foi de tornar exótica minha experiência cotidiana de trabalho, tentando, dessa forma, desnaturalizar o repertório cultural compartilhado, despir-me das tendências de pensamento e dos automatismos que nos regem em um ambiente altamente familiar, em um esforço de relativização da minha experiência.

O CRAM é considerado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres um espaço estratégico da rede de atendimento sobre a situação de violência. Trata-se de um local que presta acolhimento e atendimento social, psicológico e orientação jurídica as mulheres. A minha imersão nesse espaço suscitou reflexões sobre como o serviço de

¹Participo deste grupo de pesquisa interdisciplinar desde o início da graduação em psicologia. O grupo é um espaço de discussão e de orientação de pesquisas que articula debates de antropologia, sociologia, história, filosofia e psicologia, é coordenado pelo Prof. Dr. José Bizerril, funciona desde 2001 no Centro Universitário de Brasília - UNICEUB. No grupo, realizamos uma reunião semanal para discussão da bibliografia escolhida pelos integrantes para o semestre e um segundo encontro semanal para orientação das pesquisas em andamento.

psicologia poderia contribuir numa sinergia com as outras áreas – serviço social e direito - para a produção de recursos subjetivos para transformar a problemática? Como o atendimento psicológico (no contexto do acompanhamento oferecido pelo CRAM) pode oferecer um espaço favorável para romper com o silêncio, compartilhar vivências de sofrimento e superar a situação de violência? Como a intervenção pode ser promotora de saúde e geradora de recursos? Como fazer do atendimento um espaço para produção de sentido subjetivo - um encontro transformador e gerador de sentido? Como promover uma intervenção que se apoia no mundo da vida dessas mulheres e que produza uma aliança com elas? Como propiciar que as pessoas gerem recursos subjetivos², respeitando o seu patrimônio simbólico e a diversidade de mulheres, mas simultaneamente promovendo uma ideia de emancipação na forma que as próprias mulheres desejam e não na forma que ativistas³ e funcionárias do serviço desejam? Para tanto, é necessário escutar o que as mulheres desejam, conhecer como é o mundo das diferentes mulheres que chegam ao serviço, o que elas querem e como gerar condições interessantes para transformações. A Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres instituiu o CRAM como um serviço da rede de atendimento e inclui atendimento psicológico no acompanhamento ofertado por esse programa.

Interessa-me, nesse estudo, analisar o trabalho desenvolvido e o atendimento as mulheres em situações de violência de gênero no Centro de Referência de Atendimento à Mulher. O objetivo é compreender como as mulheres atendidas na unidade narram a própria história e como nomeiam/percebem o próprio sofrimento, compreender as estratégias de enfrentamento e superação da situação de violência relatada e examinar como as mulheres percebem o acompanhamento realizado no serviço.

No capítulo 1 tratarei de mostrar brevemente o cenário teórico nacional sobre o fenômeno estudado e elencar as referências teóricas que são um norteador dos caminhos da pesquisa e que servem de embasamento teórico e arcabouço interpretativo para minhas formulações posteriores sobre o campo. Apresento o campo teórico e de investigação no país, composto de contribuições acadêmicas sobre a problemática da violência de gênero, especialmente sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

² Em consonância com a ideia de fortalecimento proposta pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

³ No capítulo 3 dessa dissertação faço uma discussão sobre os SOS-Mulher que são entidades feministas que inspiraram o modelo de serviço do CRAM. Uma das dificuldades manifestadas nessas organizações foi a divergência entre a aspiração das diversas mulheres atendidas e a das feministas promotoras desse atendimento. Os SOS-Mulher foram instituições fundamentais, criadas na década de 1980 pela atuação dos movimentos feministas, que reivindicavam atendimento as mulheres em situação de violência.

No capítulo 2 discorro sobre o *self*, utilizando-me das críticas de Rose (1998/2011) sobre o modelo de subjetividade constituído pelos discursos psi (psicológico/psicanalítico/psiquiátrico) ao longo do século XX. Referencio-me a Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey para conceituar a subjetividade e apresento alguns autores de teoria antropológica para definir cultura. Uma discussão sobre subjetividade e cultura se tornou fundamental nessa dissertação para orientar minhas análises sobre a produção subjetiva das mulheres referente à situação de violência vivenciada e ao acompanhamento realizado na unidade. A violência de gênero se manifesta em um sistema cultural hierárquico de gênero. Não há como compreender a subjetividade fora de um horizonte cultural. Da mesma forma, a cultura toma forma na vivência de agentes sociais.

No capítulo 3 realizo um mapeamento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, refletindo concomitantemente sobre a sua constituição histórica e social, em nível nacional e local. A elaboração de conceitos, princípios, diretrizes, objetivos e a definição de ações, prioridades e estratégias de gestão e monitoramento fortaleceu tais políticas públicas no país, que estão ordenadas no atual Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado em 2011, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR.

Na primeira parte, discorro sobre a atuação dos movimentos feministas e grupos de mulheres, que passaram a ganhar visibilidade nacional na década de 70 - no século XX, no contexto histórico e social de democratização do regime político e do Estado em ação no Brasil que teve como efeito a constituição de uma agenda governamental de gênero e a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e programas estatais, com o objetivo de estabelecer políticas específicas para as mulheres. Apresento as principais leis internacionais e nacionais que versam sobre a discriminação sexista e violência de gênero. A criação, ampliação e o aprimoramento de políticas públicas com uma perspectiva de gênero, especialmente àquelas dirigidas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, derivam e, simultaneamente, contribuem para o aperfeiçoamento da legislação nacional e local sobre a temática. Trato da constituição da agenda pública de gênero com início na década de 70, no século XX, até o atual momento, mantendo o foco no enfrentamento à violência contra as mulheres – área temática em estudo nessa dissertação.

Discorro sobre as iniciativas recentes do governo do DF neste campo, dentre as quais a criação do Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência,

programa da Secretaria de Estado da Mulher que constitui o lócus da pesquisa. E, ao final, analiso os SOS-Mulher, a primeira experiência de atendimento às mulheres em situação de violência. Defino o que é o CRAM, como é o atendimento prestado nesse contexto institucional que abrange uma intervenção multiprofissional para superar a situação de violência vivenciada pela mulher, atendida conforme a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2006).

No capítulo 4, o intuito é apresentar minhas perspectivas metodológicas de investigação e o cenário da pesquisa. Tratei, ao descrever situações de atendimento, de dar um panorama do que tem chegado a unidade, quais as demandas das mulheres e como @s⁴ profissionais compreendem essa demanda.

No capítulo 5, pretendo ao descrever o fluxograma de atendimento, mostrar a experiência de trabalho multiprofissional e interdisciplinar na unidade, o atendimento numa abordagem psicossocial, o lugar d@ psicólog@ no serviço. Descrevo o estado de uma situação, mas também me permito fazer recomendações sobre como trabalhar, o que tem sido bem sucedido na atuação. Essa experiência de trabalho no CRAM possibilita refletir sobre os problemas da formação clássica em psicologia e as especificidades de novas formas de atuação.

O aspecto empírico de minha pesquisa compreende tanto a observação participante no serviço, quanto as entrevistas analisadas no capítulo 6. As entrevistas consistiram numa conversa informal sobre a experiência pessoal de cada uma no serviço⁵, na promoção de uma escuta aberta, não houve um roteiro de perguntas previamente formulado, as perguntas emergem a partir do que é trazido pel@s participantes sobre sua história pessoal. Nessas entrevistas, as participantes puderam compartilhar suas experiências de maneira mais ativa, escolher o que contar e sobre o que falar, direcionando o rumo da conversa. E a pesquisadora pôde sentir-se livre para realizar qualquer tipo de pergunta conforme sua necessidade de investigação em cada contexto de entrevista e com cada participante. Foi colocado a cada participante que elas poderiam contar e falar sobre o que desejassem, compartilhar suas experiências, narrar a sua história de vida, comentar sobre o serviço. Essas conversas também foram geradoras de novos sentidos para a pesquisadora e participante.

⁴Existe uma atual tendência da escrita feminista em utilizar “@” nas palavras que se referem às pessoas de ambos os sexos como um recurso para evitar que o masculino prevaleça.

⁵Neste sentido, as entrevistas ocorreram em conformidade com a entrevista aberta característica da etnografia, ou com a dinâmica conversacional, proposta pela epistemologia qualitativa.

A etnografia está fundada em um encontro etnográfico. Os sujeitos param para pensar em questões, assuntos, situações que elas não pensariam, consiste num texto produzido por aquele encontro, não se trata da descrição de “fatos”, mas de uma construção intersubjetiva. A minha preocupação foi a de construir um espaço legítimo para as mulheres falarem, um espaço de parceria e cooperação, em conformidade com o argumento sobre o vínculo etnográfico (BIZERRIL, 2004) e sobre a importância do engajamento subjetivo na pesquisa por parte da participante (GONZÁLEZ REY, 2005). A intenção era ouvir o que as mulheres vivem e pensam sobre esse assunto. As entrevistas versaram sobre assuntos diversificados, sem perguntas padronizadas, considerando a importância metodológica da atenção ao caso singular e respeitando as características da estratégia de entrevista proposta. As mulheres falaram sobre o que queriam contar na ocasião e a análise das entrevistas foi realizada a partir do que emergiu nesse encontro, das informações na pasta da atendida e das anotações em diário de campo sobre o momento da gravação da entrevista. A análise das entrevistas consistiu num exame da experiência singular das mulheres nos seus contextos de vida, da interação entre pesquisadora/profissional e participante/atendida e (do que pude perceber acerca) das normas culturais de gênero que são referência simbólica das mulheres.

Atualmente, a violência contra a mulher é considerada um problema de saúde pública (AZAMBUJA e NOGUEIRA, 2008). São inúmeras as consequências para a saúde física e mental da mulher vítima de violência tais como: lesões, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), problemas ginecológicos, abuso de drogas, depressão, ansiedade, entre outros. O problema da desigualdade de gênero gera um impacto na saúde. A violência está presente em diferentes sociedades, períodos históricos e é um fenômeno sócio-histórico que não representa em si mesmo um problema de saúde pública. Entretanto, quando atentamos para as suas manifestações na saúde coletiva e individual, é possível perceber a necessidade de práticas e políticas específicas para seu enfrentamento e prevenção na área da saúde pública. O CRAM não é um programa delineado por uma política de saúde, entretanto @ psicólogo@ é um profissional da área de saúde atuando nesse serviço. E é o profissional de referência na unidade para oferecer um cuidado ao sofrimento apresentado pela mulher.

A violência impacta a saúde mental das mulheres; o desenvolvimento de recursos subjetivos para o enfrentamento das situações de violência de gênero depende da capacidade de gerar sentidos subjetivos que permitem se posicionar diante da situação e dar-lhe algum encaminhamento produtivo. Neste sentido, o trabalho no serviço pode ser pensado como um espaço para favorecer esta capacidade generativa da própria mulher. O atendimento

interdisciplinar fundamenta-se numa perspectiva de gênero e visa o fortalecimento da mulher atendida para a superação da situação de violência vivenciada.

Este é o primeiro estudo sobre o CRAM no DF, a superação da situação de violência vivenciada pela mulher é promovida pela sinergia de um conjunto de ações do CRAM que incluem o acompanhamento da mulher pelas diferentes áreas, a parceria com familiares, outras instituições governamentais e não governamentais para promover o empoderamento das mulheres. Compreendo que o sofrimento das mulheres não é individualizado, o sofrimento é constituído numa trama cultural e social e o trabalho com a subjetividade, nesse contexto, consiste em uma clínica em psicologia engajada, com um olhar crítico sobre interpretações psicologizantes e sexistas.

Capítulo 1

O que é violência de gênero?

Neste capítulo, tratarei de mostrar brevemente o cenário teórico nacional sobre o fenômeno estudado e elencar as referências teóricas que são um norteador dos caminhos da pesquisa e que servem de embasamento teórico e arcabouço interpretativo para minhas formulações posteriores sobre o campo. Apresento o campo teórico e de investigação no país, composto de contribuições acadêmicas sobre a problemática da violência de gênero, especialmente sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Uma multiplicidade de conceito nos estudos sobre violência

Ao investigar a temática desta dissertação, deparo-me com um problema conceitual inicial, referente à própria definição do fenômeno estudado. Por isto, a primeira parte do capítulo versará sobre variadas qualificações: violência doméstica, violência familiar, violência contra a/as mulher/mulheres, violência de gênero, violência conjugal, violência interpessoal e violência sexual. A minha intenção inicial não consiste apenas em catalogar as definições de cada uma dessas denominações, refletindo sobre implicações teóricas, práticas e os desdobramentos políticos decorrentes da utilização de cada designação. Nem tampouco somente balizar perspectivas diferentes, analisar os benefícios, limites e paradoxos de todas, destacar a ausência de consenso e/ou a construção de meu posicionamento sobre a escolha por uma expressão. Principalmente, trata-se de **delinear a especificidade da violência de gênero** como diferente de outras formas de violência. A exposição de maneira ordenada e pormenorizada da cada termo é uma estratégia de construção do significado particular da violência de gênero, noção que pautará o ângulo de análise nessa dissertação. Não há fronteiras marcadamente nítidas entre as expressões, diferentes noções qualificam-se mutuamente, sobrepondo-se, complementando-se e distinguindo-se.

As expressões violência (intra)familiar, violência conjugal, violência doméstica, violência contra a/as mulher/mulheres, violência de gênero, violência interpessoal costumam ser usadas como sinônimos ou de forma imprecisa no meio acadêmico, na proposição da política e na intervenção. As concepções de cada terminologia abarcam pontos de vista

distintos (ALMEIDA, 2007; DEBERT; GREGORI, 2008; NARVAZ; KOLLER, 2007a; SAFFIOTI, 1999).

Saffioti (1997b/1999) afirma que a **violência familiar** acontece entre membros da mesma família (nuclear ou extensa), entre pessoas com laço consanguíneo e/ou por afinidade. A violência familiar pode acontecer dentro do domicílio ou fora dele, embora haja um predomínio da ocorrência na moradia. A família configura-se num espaço de violência entre gerações e que afeta, predominantemente, as mulheres. A autora cita o exemplo de um avô que comete uma violência contra o neto que não mora na mesma residência em nome da família. Também, essa noção é importante para a compreensão do abuso sexual⁶, pois o exercício do poder e da violência ocorre de forma multidirecional.

Também é recorrente a utilização da expressão **violência intrafamiliar** que é semelhante à primeira noção supracitada com ênfase sobre a incidência no interior da família; diz respeito à “produção e reprodução endógenas da violência” (ALMEIDA, 2007, p. 24,). A violência intrafamiliar está associada à estrutura de poder dentro da instituição familiar. A utilização desse conceito destaca a alta frequência de violência contra crianças e mulheres na família e indica a relação estreita entre violência e a estrutura sexual e geracional hierárquica familiar. Associar a violência à instituição familiar evidencia mecanismos internos na concepção de família que mantém a inferioridade de crianças e mulheres. É uma forma também de romper com representações de família como um ambiente de proteção e de afeto. A família pode ser uma instituição violenta e não está isenta da regulação do poder público. Dessa forma, não há cisão entre esfera privada e pública (ALMEIDA, 2007).

Izumino (2007) afirma que perspectivas que empregam esse termo defendem que violências mútuas entre adult@s da família são frequentes. Entretanto, a autora faz a ressalva que dados da polícia, da justiça e da saúde indicam que a violência é, majoritariamente, dirigida às mulheres (crianças, adolescentes e adultas) com intuito de intimidá-las e controlá-las e que não há um equilíbrio de poder até mesmo para com as mulheres adultas. Essa noção é utilizada pelo judiciário e foi incorporada no texto da “Lei Maria da Penha”⁷ sob o desígnio *violência doméstica e familiar contra a mulher*.

⁶A autora chama a atenção para a ocorrência do abuso sexual com mulheres dentro da família. Este termo é imediatamente associado à ocorrência com crianças, entretanto é frequente o abuso sexual de mulheres no casamento (SAFFIOTI, 2001).

⁷A “Lei Maria da Penha” é uma lei federal de número 11.340 sancionada pelo presidente da república em 07/08/2006 e entrou em vigor 22/09/2006. Art. 5º: “Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e

As críticas à instituição familiar, tecidas em uníssono pelas autoras, dizem respeito a um modelo de família patriarcal e não se pode universalizá-la como única configuração familiar ou tornar essa definição essencializada, como se falar de família fosse falar desse protótipo de relações de família. Há uma diversidade de conglomerados familiares, com dinâmicas variadas. Entretanto, apesar da diversidade de famílias, não é possível dizer que há uma ruptura total com o modelo de família patriarcal, pois esse modelo ainda regula, de alguma forma, as dinâmicas de relacionamento dentro da diversidade de famílias, mesmo em famílias com novos formatos divergentes.

Outra nomenclatura presente em textos acadêmicos e utilizada por profissionais que atuam diretamente com a problemática é **violência conjugal**. Essa noção especifica a violência vivenciada por mulheres em relacionamentos conjugais, podendo ser marido, companheiro ou parceiro, bem como ex-marido, ex-companheiro e ex-parceiro. Essa noção enfatiza a natureza do relacionamento estabelecido entre o homem e a mulher e que a violência praticada contra a mulher resulta do vínculo formado (podendo ser um relacionamento de namoro, amantes, casamento, união estável, noivado) que representa uma zona de perigo pra a mulher. Esta expressão carrega uma noção de que homens e mulheres são igualmente violentos, mas dados de pesquisa sobre a dissolução da conjugalidade mostram que há uma maior exposição das mulheres à violência sexual ou até assassinato pelo ex-companheiro do que o inverso (IZUMINO, 2007)

A violência manifestada em relacionamentos afetivo-sexuais estáveis entre duas mulheres também é considerada uma forma de violência doméstica e familiar contra a mulher e é aplicada a “Lei Maria da Penha”. O relacionamento homoafetivo também pode configurar-se numa conjugalidade violenta quando seus membros concretizam uma relação polarizada, isto é, uma exerce poder sobre a outra reproduzindo a dinâmica de um relacionamento heterossexual hierárquico.

Saffioti (1997a, 1999) analisa que, uma vez estabelecido o domínio de uma extensão territorial, o chefe do território, geralmente homem, exerce o poder sobre @s demais que estão fixados àquela área. O processo de territorialização não é apenas geográfico, mas também simbólico. A **violência familiar** apresenta pontos de sobreposição com a **violência doméstica**. Dessa forma, pode haver violência com agregad@s e empregad@s doméstic@s

familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006).

que residem parcial ou integralmente no domicílio do chefe. Um ser humano pertencente a esse domínio pode sofrer violência fora dele, como é o caso do homem que vai até o trabalho da sua companheira e espanca, exemplarmente, a mulher diante das pessoas, pois se sente prejudicado por essa atividade extra-lar da esposa. Também cita o exemplo da mulher que queima com ferro a camisa preferida do marido, pois descobriu que ele tem uma amante. Esses exemplos podem levantar a suspeita de que a violência de gênero ou doméstica é sempre mútua, cometida por homens e mulheres. Entretanto, não se pode perder de vista a situação de desvantagem da mulher em relação à ordem hierárquica de gênero, mesmo que mulheres possam ser mais fortes que homens e que existam algumas mulheres mais fortes que alguns homens. Pois a socialização dos sexos/gêneros favorece, predominantemente, o desenvolvimento nos homens da potencialidade para o exercício da força e da violência. Corpos são engendrados. Isso não quer dizer que as mulheres não reajam à violência, que sejam passivas diante da violência, visto que também podem reagir violentamente a situações de violência. E ainda que isto seja menos frequente, também há mulheres agressivas. Todavia, sua vulnerabilidade é previsível, como argumenta SAFFIOTI (1999). As mulheres não ocupam, enquanto uma categoria social, um lugar de dominadoras/exploradoras.

Portanto, é naturalizada, tolerada e até mesmo incentivada a violência de homens contra as mulheres assim como de pais e mães sobre filh@s, crianças. A virilidade (compreendida como força-poder-dominância) pode ser convertida em agressividade contra as mulheres sendo legitimada socialmente. A aceção da violência como rompimento da integridade moral, psicológica, física e sexual diverge do projeto de gênero delineado para as mulheres de sujeição aos homens, seja pai, marido ou até irmão mais velho. Dessa forma, cada mulher colocará seu próprio limite no *continuum* entre a violência e o direito dos homens sobre as mulheres. A possibilidade da agressividade dos homens se manifestar sob a forma de violência é um medo que ronda as mulheres, o que as submete aos homens. Cada mulher interpretará de forma singular a ruptura da própria integridade emocional, física, psicológica e sexual, caracterizando a conduta do homem como violenta dentro desse ordenamento social que naturaliza a agressividade masculina como um atributo que constitui a virilidade (SAFFIOTI, 1999).

Almeida (2007) define **violência doméstica** por meio de um critério espacial, isto é, o que acontece no interior do domicílio pertence à esfera privada, conforme concepção constituída historicamente que contrapõe privado/pessoal do público/político. Para a autora, essa compreensão é diferente da violência intrafamiliar que abrange a prática da violência

entre membros da família – que é uma instituição constituída por relações desiguais de poder. Essa noção, de violência doméstica, ressalta a dimensão dicotômica da vida - privada/pública - em detrimento da relação desigual entre parentes e do vetor da ação violenta. A utilização dessa expressão contrapõe-se ao ocultamento, naturalização e cronificação da violência que ocorre no lar. A violência nesse espaço simbolicamente estruturado é mesclada por práticas disciplinares de socialização. É uma noção que permite romper com uma perspectiva de que o lar é intocável, pois se há violação de direitos no espaço privado, isto legitima intervenção do Estado neste espaço.

A expressão **violência contra a mulher** no Brasil foi elaborada, em 1980, centrando-se na violência praticada contra a mulher no contexto do patriarcado⁸ – noção sintonizada com debates feministas internacionais da época – que imprime uma situação de opressão partilhada universalmente por conta do seu sexo (DEBERT; GREGORI, 2008; SAFFIOTI, 1999). Nessa década, a academia brasileira institui um campo novo de investigação científica que foi intitulado estudos sobre a mulher, sendo a violência contra a mulher sua principal área temática (DEBERT; GREGORI, 2008; HEILBORN; SORJ, 1999).

Inicialmente, nos anos 80, a violência contra a mulher era percebida em homicídios de mulheres das classes médias por maridos, companheiros, amantes e parceiros, que permaneceram impunes pela justiça. Essa foi uma estratégia adotada pelos movimentos feministas e grupos de mulheres para sensibilizar a sociedade brasileira sobre o problema da violência contra a mulher no país, destacando o processo de vitimação da mulher. A violência doméstica e familiar foi a demanda majoritária das mulheres (de um determinado extrato social), atendidas pelos SOS-Mulher⁹ entre 1980 e 1983, que consistia na violência vivenciada na relação conjugal (DEBERT; GREGORI, 2008). Nos anos 90, o fenômeno da violência contra a mulher incorpora o assédio sexual, o abuso sexual de meninas e violência contra não-brancas (GROSSI, 1998).

⁸Críticas à utilização desse termo são feitas por diferentes perspectivas dos estudos feministas, visto que carrega uma ideia de que a cultura patriarcal se mantém historicamente intacta e socialmente homogênea (IZUMINO, 2007). Saffioti (2004) afirma que o patriarcado é expresso na dominação masculina, na falocracia, no androcentrismo, no falo-logo-centrismo e o define como uma máquina que opera ininterruptamente e de forma automática. Apesar das diferenças de grau exercidas entre homens sobre mulheres, a natureza do fenômeno é a mesma. Segato (2003) utiliza o conceito de patriarcado por compreender que existe uma tendência universal da representação e estruturação do gênero hierarquicamente, entretanto ressalta as variações entre os grupos sociais e os subgrupos.

⁹O primeiro SOS-Mulher foi criado em São Paulo em 1980 por iniciativa e mobilização de diferentes movimentos feministas e grupos de mulheres, disseminando-se, posteriormente, em outros estados. Trata-se da constituição de um local para atendimento psicológico, social e orientação/encaminhamento jurídico às mulheres em situação de violência e de realização de oficinas/campanhas para a sensibilização sobre a gravidade da violência de gênero. Discorrei novamente sobre esse local no capítulo 3 (DEBERT; GREGORI, 2008).

A condição feminina era concebida baseando-se em pressupostos universalizantes e essencialistas. Elaborou-se e disseminou-se uma compreensão generalizadora e homogeneizante da opressão, que para Saffioti (2004) é a soma da dominação e exploração, experienciada por mulheres, fundamentando-se exclusivamente na marca do sexo/gênero, independentemente do contexto cultural e histórico em questão. Essa terminologia foi cunhada para ressaltar a diferença da noção de violência doméstica, que inclui a violência contra crianças e idosos, e dar ênfase que, apesar do predomínio de violência contra as mulheres no espaço doméstico e entre parentes, não se pode reduzir à dimensão familiar. O intuito era ressaltar que há um tipo de violência pela condição de ser mulher (SAFFIOTI, 1999).

A inovação semântica que se produziu foi a de que existe um tipo de violência, com fundamento nas dessimetrias de poder intrínsecas a certas relações sociais, que são marcadas pelo sexo/gênero e que não se restringem à violência familiar. O ideário feminista tinha como objetivo fazer valer que a mulher é sujeito de direitos e destacar a desigualdade de poder dentro da instituição familiar, o que poderia desenvolver outros conceitos de família, e colocar fim a qualquer atitude que fira os direitos fundamentais dos membros da família. A violência contra a mulher é apreendida como uma violação dos direitos humanos da mulher. Diferenças não são concebidas como da ordem da natureza do feminino e do masculino e a desigualdade como incontornável, até então inerente à relação entre homens e mulheres. Movimentos feministas compreendem a diferença como identitária e a luta é pela igualdade na relação entre os homens e mulheres (SAFFIOTI, 1999).

A conservação da concepção de família patriarcal – que naturaliza hierarquias fundadas na divisão sexual e violências interinas como um problema a ser enfrentado e resolvido entre seus membros - mantém a condição de subordinação das mulheres nesse espaço. A introdução de uma nova terminologia – violência contra a mulher – e de uma nova aceção sobre o fenômeno problematiza a posição da mulher na família e, também, amplia o olhar para formas de violência contra a mulher que ocorrem fora da instituição familiar e do lar, em outros espaços e instituições, e que também se fundamentam nas desigualdades de poder entre homens e mulheres como algo incontestado, evidenciando a necessidade de atuação do poder público em todas as esferas para a minimização de discriminações e assimetrias que são terreno fértil para a manifestação da violência.

Almeida (2007) faz a reflexão que a expressão **violência contra a mulher** ressalta a destinatária da violência. Nessa noção, não há o agente que pratica o ato, somente o objeto. Em sua opinião, essa noção fomenta a vitimização, pois concebe a violência como um ato unilateral. A violência se inscreve num contexto relacional. Um ponto positivo do emprego desse termo é que as mulheres são vítimas preferenciais da violência e essa nomenclatura dá visibilidade a esse processo. Outro problema que a autora apresenta sobre a expressão é que não é possível isolar a categoria descritiva mulheres. O binarismo de gênero pressupõe a existência de um sexo/gênero como complementar ao outro, a existência de um imprescindendo do outro, não é possível compreendê-los sem relacioná-los.

A nomenclatura **violência contra as mulheres** em sua versão plural apresenta uma noção que contempla diferenças entre mulheres (em sua diversidade de identidades¹⁰) e as múltiplas desigualdades derivadas das relações sociais de classe, gênero, raça e etnia, derivadas da heteronorma, do racismo, do sexismo e da lesbofobia, homofobia, transfobia, derivada das diferenças geracionais e especificidades das situações das mulheres com deficiência, entre outras (SPM, 2011).

Esta expressão dá visibilidade às diferenças entre as mulheres. Além de que a expressão, na versão singular, naturaliza o binarismo de gênero e fixa posições para o masculino e feminino. A discriminação e violência contra as mulheres somente pode ser entendida considerando-se não apenas a diferença entre mulheres e homens, mas também entre diferentes categorias de mulheres. Saffioti (2004) a respeito da intersecção entre gênero, classe social e racismo analisa que são categorias sociais que qualificam a vivência violenta de mulheres, não apenas agregando-se como numa soma, mas sim dando diferentes graus de complexidade à situação de violência.

Gênero e Violência

No transcorrer da década de 1980 a 1990, o termo gênero foi gradualmente incorporado em substituição ao termo mulher. Portanto, os estudos da mulher nas universidades brasileiras passaram a ser intitulados estudos de gênero, assim como a área de estudos de violência contra a mulher, passou a ser denominada violência de gênero. O termo mulher foi abandonado por se tratar de uma categoria empírica descritiva e o uso do termo

¹⁰Em referência a diversidade de identidades das mulheres brasileiras: do campo, das cidades e da floresta, indígenas, mulheres integrantes dos povos e das comunidades tradicionais, quilombolas, negras, ribeirinhas, ciganas, jovens, idosas, lésbicas, mulheres com deficiência, em situação de rua, em estado prisional (SPM, 2011).

favorecia compreensões baseadas no determinismo biológico. Houve uma mudança de perspectiva e o foco era os aspectos relacionais e culturais da construção social do ser mulher do sexo feminino e do ser homem do sexo masculino. Além disso, homens passaram a ser incluídos nos estudos de gênero e o foco não eram apenas os indivíduos e seus papéis sociais, mas o desenvolvimento de uma estrutura social que enquadra as interações entre homens e mulheres (HEILBORN; SORJ, 1999).

É importante destacar que a substituição do termo promoveu a aceitação acadêmica desses estudos, pois o termo gênero, aparentemente mais neutro, mobilizava menos preconceito, o que também despolitizou a problemática. As primeiras ativistas intelectuais aspiravam estudar e pesquisar por motivações políticas, o que derivou também numa reflexão sobre o fazer ciência, sobre a própria produção de conhecimento, evidenciando as hierarquias entre saberes, divisões disciplinares e os critérios de autoridade científica, problematizando a epistemologia dominante nas distintas correntes teóricas da sociologia, antropologia, psicologia, literatura, entre outros. O termo gênero como categoria de análise não diz respeito apenas ao entendimento das relações sociais de gênero na organização da vida social, mas também como crítica aos pressupostos androcêntricos da ciência, pois o sistema gênero afeta até mesmo a forma de produção do conhecimento (HEILBORN; SORJ, 1999).

Houve uma concentração de esforços durante a institucionalização dos estudos de gênero de distingui-lo do problema político introduzido pelos movimentos feministas. Entretanto, a origem da problemática como uma questão política ainda continua impactando a organização desse campo de estudos. A escolha denominativa dessa área de estudo é uma estratégia política para ganhar a credibilidade, despertar o interesse de acadêmicos e para a consolidação desse campo no meio científico (HEILBORN; SORJ, 1999).

Heilborn (1999) abordou desigualdades entre as três disciplinas que compõe as ciências sociais – sociologia, antropologia e ciência política – relativas à incorporação da categoria gênero nos estudos e pesquisas de cada ramo. O número de pesquisas (dissertações e teses) que utiliza a categoria gênero na antropologia é o maior, enquanto na ciência política foi nulo à época de sua pesquisa bibliográfica nos bancos eletrônicos de departamentos de pós-graduação em ciências sociais do Rio de Janeiro. Sua explicação, para a então conjuntura, é a de que a antropologia historicamente dedicou-se, como parte integrante de suas preocupações disciplinares, ao estudo das esferas da vida de domínio das mulheres: família, divisão do trabalho, organização do cotidiano. Não há uma ocupação significativa de

mulheres no campo tradicionalmente compreendido como político por ser compreendido como alheio a condição feminina, o que explicaria a ausência de pesquisas nas ciências políticas. Entretanto, houve uma abundância de pesquisas sobre os movimentos feministas e de mulheres. A autora afirma que isso sinaliza uma preferência das pesquisadoras por temas mais focadas na experiência imediata das mulheres. Apesar do crescente número de pesquisas na área de estudos de gênero, ainda é um tema marginal na totalidade de pesquisas realizadas pelas ciências sociais.

O que foi exposto pelas autoras sobre o campo de estudos de gênero nas ciências sociais me interpela a pensar brevemente o campo de estudos de gênero na psicologia. No contexto da psicologia, de acordo com minhas análises, as diferenças sexuais entre homens e mulheres já eram estudadas, entretanto eram compreendidas como determinadas biologicamente. A incorporação da categoria gênero pela psicologia consistiu, inicialmente, em sua imersão em estudos experimentais como uma variável, numa perspectiva polarizada, naturalizada, essencializada, biológica - que reduz sexo a gênero, algo incongruente com o debate desenvolvido nas outras disciplinas -, sem aprofundar na dimensão histórico-social desse construto, caracterizando um individualismo/psicologismo. A psicologia não participou na construção do campo de estudos da mulher e, posteriormente, de gênero segundo minha investigação bibliográfica. Não achei artigos de psicologia que tematizam os estudos de gênero em seus primórdios. A psicologia começa a participar desse campo de estudos de gênero, constituído de forma interdisciplinar, quando o debate já está consolidado em outras áreas das ciências humanas e sociais. O diálogo, inicialmente, não foi travado com a Psicologia, entretanto segundo Heilborn (1999) com a Psicanálise foi marcado de tensões desde o início da constituição desse campo de estudos feminista e de gênero. Os estudos de gênero incluem temas como a constituição do sujeito, subjetividade, sexualidade o que incluiu uma aproximação das feministas com a Psicanálise.

Na(s) psicologia(s)¹¹, os estudos feministas e de gênero estão dispersos e impactaram de maneira diferenciada as distintas correntes de pensamento psicológico especialmente: a

¹¹ Luis Cláudio Figueiredo (2003) diz que a psicologia, longe de ser um continente, é um arquipélago cheio de ilhas com suas próprias teorias, linhas de pensamento, definição de objeto de estudo, métodos de pesquisa, concepções de ser humano. Por isso, ele prefere falar em psicologias. Longe de ser um conhecimento fechado, coerente e certo sobre o ser humano, a psicologia abriga várias linhas de estudo, cada qual com suas singularidades, e que não podem ser unidas num todo.

psicologia social e a psicologia evolucionista¹². O diálogo com a psicologia evolucionista é marcado por conflito, tensão, caracterizando perspectivas que se opõem e que são concorrentes. O campo que, atualmente, incorpora, contribui e dá atenção ao debate de gênero é a psicologia social segundo minha pesquisa na literatura psicológica. Algumas abordagens na psicologia social – como a psicologia social crítica - se dedicam a estudar gênero como uma dimensão constitutiva da subjetividade (ROSE, 2011). Isso se deve ao projeto de uma psicologia com compromisso social e que se pretende libertária, o que possibilitou sua aproximação com os movimentos sociais, no caso, feministas e LGBTT. Isso possibilitou uma análise menos psicologizante sobre gênero, mudando o foco da biologia para uma análise social e cultural sobre os papéis sexuais.

O projeto de uma psicologia social que pretende irromper com a dicotomia entre indivíduo e social, subjetividade e cultura fomentou a aproximação e a imersão dos estudos de gênero nesse contexto do fazer teoria em psicologia. Constituindo uma relação em que a produção de estudos de gênero possibilita uma nova forma de produção de conhecimento em psicologia, ao mesmo tempo que participa e contribui ao debate de gênero, incluindo a dimensão da constituição do sujeito e da subjetividade em sistema social e cultural regido por sistema hierárquico de gênero. Não se trata de abordar, de estudar gênero como uma diferença de organismo (o que seria sexo), como uma diferença inerente ao indivíduo (que se reduziria às discussões sobre personalidade da psicologia clássica), desvinculada do contexto social. Há uma problematização das explicações intrapsíquicas sobre diferenças sexuais que remetem sempre ao indivíduo (ROSE, 2011). Dessa forma, abre-se espaço para a crítica do binarismo de gênero e a heteronormatividade pressuposto como natural dentro da psicologia. A participação da psicologia no debate interdisciplinar sobre gênero também inspira uma discussão sobre processos de socialização e aprendizagem, bem como outras possibilidades de leitura sobre a produção simbólico-emocional dos sujeitos, como pretendo fazer no capítulo 2 dessa dissertação (FÁVERO, 2010; ROSE,2011).

Dentro de cada uma das correntes de pensamento destacadas acima (psicologia social, psicologia evolucionista e psicanálise), a imersão dos estudos feministas e de gênero não se processou de maneira uniforme. Os estudos feministas e de gênero propiciaram uma revisão crítica da teoria psicanalítica – culminando, inclusive, numa ramificação denominada

¹² A assim chamada psicologia evolucionista é uma reedição do projeto da sociobiologia de Wilson, isto é, da atribuição de explicações para comportamentos sociais complexos a partir de um raciocínio simplista pautado pelo determinismo biológico, especificamente, pelo determinismo neurogenético (ROSE,1997).

psicanálise feminista. Gênero continua a aparecer em algumas pesquisas psicológicas de diferentes matrizes como uma concepção de diferença sexual concebida como natural¹³. Também há uma incorporação do conceito de gênero na área de psicologia do desenvolvimento humano (FÁVERO, 2010), uma articulação entre gênero e saúde mental – propiciando uma revisão crítica da psicopatologia (ZANELLO, 2012), na terapia feminista de família (NARVAZ; KOLLER, 2007b), bem como a formação de uma nova área, a psicologia feminista (NARVAZ; KOLLER, 2006). Tanto os estudos de gênero quanto a área de violência de gênero constitui-se num campo interdisciplinar.

O termo gênero alastrou-se no Brasil na década de 1990. O conceito de gênero mais difundido, nesse primeiro momento, fundamentava-se no clássico trabalho de Joan Scott (1983) intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (HEILBORN; SORJ, 1999). Scott (1983) define gênero como relações sociais baseadas na percepção da diferença sexual, como uma forma primária de dar significado às relações sociais, como normatizações que servem para interpretar o significado dos símbolos e como uma identidade subjetiva.

No final da década de 80, também proliferaram estudos sobre sexualidade, que suscitaram uma reflexão sobre a distinção entre gênero e sexualidade – que trata das escolhas eróticas e da identidade sexual. Especialmente nos EUA, disseminaram-se os denominados *Gay and Lesbian Studies* e a *Queer Theory* que problematizaram concepções de gênero que estabeleciam uma relação de determinação entre sexo-gênero-desejo. A principal representante dos estudos *queer* é Judith Butler (HEILBORN; SORJ, 1999).

Gênero é uma formulação engendrada pela teoria feminista para analisar a construção social, cultural e histórica do feminino e masculino. Atualmente, os estudos de gênero se constituem em um campo de estudos interdisciplinares dos discursos, histórico, social e culturalmente constituídos, sobre as diferenças sexuais.

Judith Butler (1990/2003) apresenta o seu argumento de que o sexo coincide com a enunciação de gênero. Essa afirmação de Butler é o argumento teórico que mais ganha força nas discussões contemporâneas sobre gênero/sexualidade e é o que utilizarei nesse trabalho. Butler, por meio desse argumento, problematiza a definição feminista clássica. O que isso quer dizer é que o sexo não é um dado bruto da natureza imutável, nem o gênero é efeito ou construção social e cultural sobre o sexo. Embora essa distinção inicial entre sexo/gênero

¹³ O que, como disse antes, denuncia que não se trata do conceito de gênero, como proposto pelas teóricas feministas, mas sim da adoção do termo para se referir ao velho conceito de sexo.

tenha sido relevante para desconstruir a ideia vigente da existência de características intrinsecamente femininas originadas da biologia, a autora quis desconstruir, em sua obra, essa noção básica de que o sexo é natural.

A autora propõe que existe uma lógica cultural de inteligibilidade historicamente localizável que orienta a significação sobre o sexo e sobre o gênero. Critica a conceituação clássica feminista sobre sexo/gênero que não levou às últimas consequências a não naturalidade de ser homem e ser mulher, como se homens e mulheres estivessem, em última instância, sujeitos a uma certa ordem inviolável como a do sexo, dos corpos sexuados. Ao propor tal contestação, remonta ao pensamento filosófico grego¹⁴ como origem dessa ordem discursiva dualista apropriada pelo ocidente como parâmetro de inteligibilidade. Chama a atenção pra o fato de que nem sempre essa concepção da dicotomia do sexo foi o critério cultural de diferenciação entre homens e mulheres. A teórica critica a crença no dimorfismo sexual da espécie que supõe uma dicotomia da anatomia sexual (supondo a existência a priori de macho e fêmea como fundante do gênero binário). Dessa forma, é necessário repensar sobre a naturalidade do sexo, já que os critérios de classificação do sexo como masculino ou feminino também são culturais. A autora enfatiza que o sexo é discursivo e cultural como o gênero.

Butler (1990/2003) coloca que “...não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva” (BUTLER, 1993/2003, p. 27). O corpo sexuado é nomeado, significado e construído numa matriz discursiva que concebe o sexo como um dado fora da cultura, como pré-discursivo e lhe estabelece uma natureza imutável, a-histórica, binária e universal.

A matriz discursiva é o parâmetro de inteligibilidade sobre a realidade. Em relação ao sexo e ao gênero, a desconstrução, portanto, não opera somente sobre o gênero mas também sobre a própria materialidade dos corpos. Os corpos não são pura representação, o corpo não é apenas revestido de sentido, ele tem um substrato, mas ainda assim cabe pensar a condição bruta, puramente material do corpo. O corpo sexuado não é uma evidência em si, já existe uma atribuição de sentido constituída culturalmente. Por isto, a própria existência naturalizada

¹⁴Aqui caberia algum diálogo com Laqueur (2001), que afirma que, apesar de se reconhecer o binarismo de gênero na Grécia Antiga, o modelo médico da diferença sexual era o do sexo único, isto é, homens e mulheres mais parecidos que diferentes, em contraste com o modelo moderno dos dois sexos, como duas naturezas.

de (apenas) dois sexos já é um efeito do sistema de gênero (BUTLER, 1990/2003; CITELLI, 2001) Isso é uma problematização da lógica dual como parâmetro de inteligibilidade. Além de compreender diferenças entre homens e mulheres, a autora está preocupada em salvaguardar a multiplicidade, a abertura radical no vir a ser homens e mulheres, e outr@s. Existe uma matriz de inteligibilidade na qual nos constituímos no gênero e no sexo. O que é estruturante é efeito de uma produção discursiva construída historicamente. A lógica cultural que coloca que o corpo é um dado bruto imutável da natureza, não é uma verdade absoluta. Pois se baseia, não na própria materialidade bruta dos corpos, mas em princípios de inteligibilidade sobre a condição concreta dos corpos. Mais precisamente, não é que Butler argumente que não há materialidade pré-discursiva dos corpos, anterior ao gênero, mas sim que toda afirmação sobre esta materialidade se faz “de dentro” do sistema de gênero, portanto, já determinada pela lógica binária que é produto de uma certa história e cultura.

A matriz de inteligibilidade em questão tem como implicação o alinhamento do sexo, gênero e desejo. Essa ordem é colocada como dado *apriori* em relação à existência dos sujeitos. Esse é o discurso a partir do qual a natureza ganha sentido. Essa lógica de inteligibilidade que organiza os discursos científicos e filosóficos, nos mais variados campos, sobre o sexo. O sexo é significado como dois polos mutuamente opostos e complementares. Distingue essencialmente os sexos, de modo que o macho e a fêmea teriam características inerentes. A inteligibilidade ocidental se baseia na lógica dos dualismos (cultura e natureza, homem e mulher, racional e emocional). Nessa lógica binária é como se masculino e feminino fossem mutuamente opostos, contrários, ganham complementaridade na lógica de macho ativo e fêmea passiva, macho forte e fêmea frágil. E isso está essencializado no sexo como se fosse uma ordem natural. O sexo como dado bruto, pré-discursivo, o gênero como desdobramento esperado e o desejo no curso da sexualidade reprodutiva a serviço da lógica patriarcal.

Ainda na teorização de Butler (1990/2003) sobre gênero e sexualidade, outro conceito relevante é o de performatividade. Butler coloca que existe uma matriz de inteligibilidade binária, heteronormativa, e que os corpos viventes mimeticamente reproduzem essa ordem. O que se naturaliza na diferença sexual, na verdade, é a performatividade sexual e de gênero das “essências” identitárias. A experiência particular vai se constituindo numa matriz de significado. A performatividade diz respeito a modos de apresentação estética, desde a estética anatômica até a vestimenta, gestualidade, um tipo de emocionalidade que são agenciadas por esta lógica cultural heteronormativa. O sexo e o gênero não são características

descritivas também não são naturais. Não há identidade de gênero previamente às performances. As identidades se constituem por uma reiteração das performances.

A análise de Butler sobre gênero como uma ficção cultural, como efeito performativo de discursos reiterativos e a análise do processo pelo qual a identidade de gênero é naturalizada por meio da repetição discursiva das normas de gênero permitem ampliar a análise do fenômeno estudado nessa dissertação: a violência de gênero.

Saffioti (2004) constata que parece haver um ponto de convergência entre as diferentes perspectivas feministas sobre gênero, como categoria de análise, no que concerne à construção social do feminino e do masculino. Entretanto, faz a ressalva da despolitização desse ponto de intersecção, que não congrega explicitamente a assimetria de poder entre gêneros. A autora aponta que, para alguns(mas) teóric@s, gênero trata, em qualquer momento histórico e extensão geográfica, da hierarquia entre homens e mulheres baseadas numa estrutura de poder. Há perspectivas incisivas de que a hierarquia é coetânea ao gênero, como a de Segato (2003), que será explanada logo adiante.

Saffioti (1999), entretanto, pondera que a utilização da expressão **violência de gênero** amplia a possibilidade do vetor de dominação-exploração, enquanto outros termos fixam a presença masculina nessa posição. A autora esclarece que, apesar de corroborar uma conceituação de gênero como normatizações que instituem homens e mulheres e que são mediadoras dessa relação, é necessário incluir a relação entre homem-homem e mulher-mulher¹⁵ para expansão do conceito. As relações entre pessoas do mesmo sexo/gênero também são regidas por uma gramática sexual binária, como previamente apontado por Butler (1990/2003), em seu clássico debate sobre a norma de gênero. Saffioti (1999) também adverte que, diferentemente da relação entre homens e mulheres, as desigualdades de poder nas relações entre os mesmos sexos/gêneros não são de antemão estabelecidas, mas podem ser constituídas e isso acontece com frequência. Dessa forma, afirma que a violência de gênero pode ser cometida por um homem contra outro e por uma mulher contra outra. Porém, numa cultura ainda marcadamente machista, o vetor da violência caminha preponderantemente de um homem contra uma mulher (ou ao menos parte de um sujeito que ocupa a posição subjetiva de masculinidade). Saffioti (2001) diz que esse conceito também abrange crianças e adolescentes de ambos sexos/gêneros.

¹⁵ Este argumento poderia ser levado às suas últimas consequências considerando todas as pessoas que Bornstein (1995) define como “foras da lei” do gênero, inclusive as formulações mais complexas de identidade às quais as definições (heterossexistas) de homem ou mulher podem não se aplicar adequadamente.

A autora articula à sua noção de **violência de gênero** a violência urbana. A organização social de gênero institui o espaço público como eminentemente masculino. Com uma maior circulação de homens nessa esfera e com uma compreensão vigente da virilidade como força-poder-dominação emergem conflitos e manifestações de violência entre homens numa maior frequência nesses locais, evidentemente regidos pelo regime de gênero.

O emprego do termo **violência de gênero**, pela amplitude da noção, podendo ser aplicado numa diversidade de situações, também oferece o risco de que essa abrangência dissolva a especificidade das relações de dominação-exploração entre parceiros íntimos. Entretanto, possibilita compreender a violência num contexto de desigualdades de gênero. A violência de gênero é uma manifestação cruel das desigualdades na relação entre os sexo/gênero. A violência só acontece por conta de desigualdades, as desigualdades são inerentes a manifestação de violência. As desigualdades nas relações de sexo/gênero integram o quadro das desigualdades sociais que constituem e emergem nas interações sociais - de classe, étnico-raciais e também geracionais (que não diz respeito somente ao pertencimento a uma faixa etária, mas as condições históricas e culturais do período de vida do sujeito). Esse quadro complexo e contraditório é a contingência para ocorrência de ações percebidas como de sujeitos singulares (ALMEIDA, 2007).

As desigualdades de gênero são produzidas e reproduzidas por meio da matriz dominante de gênero. Ideais hegemônicos sobre a feminilidade e masculinidade vão se estabelecendo por meio de disputas, simbólicas e materiais, processadas, entre outros lugares, nas instituições com fundamental papel pedagógico e de formação de sentidos e valores – como, por exemplo, a escola, a igreja, a mídia, o poder judiciário, o saber médico - e também, esse ideais vão consolidando-se nas relações de trabalho, nas relações que formam o conjunto político-partidário, nas relações sindicais, na divisão sexual do trabalho em diferentes espaços. São nesses locais que vão se configurando, reeditando e naturalizando as assimetrias de poder, formas de sujeição, a desigualdades de acesso ao poder e aos bens simbólicos e materiais (ALMEIDA, 2007).

Bandeira e Almeida (2004) analisam o emprego do termo violência de gênero:

entende-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes. A centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e público. Não se trata de adotar uma perspectiva ou um olhar vitimizador sobre a mulher, o

que já recebeu críticas importantes, mas destacar que a expressiva concentração desse tipo de violência ocorre sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira das pessoas (BANDEIRA; ALMEIDA, 2004, p.3).

Saffioti (1993) faz uma crítica ao uso do termo relações interpessoais para designar as relações entre um homem e uma mulher que vivenciam a conjugalidade. Seu argumento é de que essa expressão carrega uma noção de que existem duas esferas: a das relações estruturais e a das relações interpessoais. A categoria gênero não existe de forma abstrata. As relações de gênero materializam-se nos relacionamentos cotidianos entre homens e mulheres, pelos sujeitos singulares. A utilização dessa terminologia induz ao entendimento de que o casal está à parte do contexto social e que seus conflitos são específicos daquela relação de indivíduos. Os conflitos vivenciados por um casal ganham uma roupagem própria na configuração específica daquela trama, entretanto estão arrolados a uma estrutura de poder socialmente instituída.

Em consonância com essas críticas, Almeida (2007) versa sobre a suposta contraposição de **violência interpessoal** e violência estrutural. A autora afirma que o processo macro e micropolítico se fundem, a violência incide numa dimensão societal e interpessoal concomitantemente. Não se trata de dois níveis diferentes, são dois aspectos de um mesmo processo. A violência de gênero, no espaço doméstico em relações íntimas de afeto, visa à produção e reprodução da matriz dominante de gênero em nível microscópico. Os corriqueiros conflitos domésticos, as rotinas, pequenos gestos, disputas no trabalho são agenciados - ao mesmo tempo que instituem e singularizam - por concepções dominantes e, dessa forma, são explicados e consentidos mecanismos de heteronomia que vão se produzindo (ALMEIDA, 2007).

Sobre isso Bandeira e Almeida(2004) analisam que a **violência interpessoal** entre pessoas com algum vínculo e convivência são marcadas por assimetrias de poder, seja na esfera privada ou pública. A violência interpessoal ocorre como uma forma de sociabilidade fundada na desvalorização do feminino, não ocorrendo apenas com mulheres, mas com outras categorias desfavorecidas de poder. Mulheres são frequentemente alvo de violências interpessoais rotineiras. As violências cotidianas acontecem como formas de se relacionar dentro de um cenário, como sociabilidades previstas, são naturalizadas. Relacionamentos interpessoais também estão inscritos numa ordem de gênero, classe, raça, entre outros, e manifestações violentas não acontecem aleatoriamente ou por força da personalidade do algoz. A violência materializa-se num enquadre que institui um *continnum* de ações possíveis.

São violências que acontecem mesmo em relações de afeto, amizade, companheirismo, profissional, entre outros. É uma violência banalizada, invisível e cotidiana.

O termo **violência sexual** também é utilizado e essa terminologia refere-se ao crime praticado (IZUMINO, 2007). A violência sexual não acontece, exclusivamente, com mulheres, apesar de que predominantemente. A utilização desse termo, além de referir-se ao crime praticado, enfatiza a agressão sexual e universaliza esse tipo de agressão como sendo dirigida às mulheres. Entretanto, não é um crime que apenas mulheres podem ser vítimas, homens de todas as idades, orientações sexuais, travestis, pessoas trans podem sofrer esse tipo de violência. Há outras formas de violência, inclusive, listadas na “Lei Maria da Penha”: *física, psicológica, patrimonial, a violência moral e a violência sexual*¹⁶. Saffioti (1993) afirma que a *violência física, emocional, moral e sexual* não acontecem separadamente. Para a autora, a violência emocional está sempre presente e, certamente, a moral também.

A violência é um fenômeno social, histórico, cultural e político. Nem todos os atos e formas de violência estão enquadrados como crime, embora, frequentemente, é definida como crime de forma imprecisa (IZUMINO, 2007). Assim como transformações sociais e culturais constituem novas formas e manifestações de violências de gênero contra as mulheres ou a capa da normalidade é extraída de alguns eventos que passam a configurar-se como uma violência, dependendo do poder de voz de grupos distintos no cenário democrático. É, portanto, necessário compreender que o processo de criminalização de uma agressão, é diferente do processo de significação de uma manifestação como violência (DEBERT; GREGORI, 2008). Portanto, como a violência de gênero contra as mulheres são manifestadas em condutas e de formas variadas e a qualificação de uma prática como violenta depende do contexto cultural, social e histórico, diferentes estratégias de enfrentamento devem ser

¹⁶Lei 10.340, Art. 7º :“São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL, 2006)

traçadas respeitando as particularidades de sua manifestação e a multiplicidade inerente à dinâmica social (IZUMINO, 2007).

Os estudos sobre violência de gênero, especificamente contra as mulheres, consistem num campo teórico-metodológico e, também, linguístico, ao subsidiarem a escolha nominativa e a orientação da intervenção sobre a problemática em âmbito da segurança pública, judiciário e saúde. A partir dos anos 80, abriu-se uma nova área de estudos e ação, com uma inovadora abordagem política que culminou na criação de serviços estatais especializados e leis singulares (BANDEIRA; ALMEIDA, 2004). Ainda é um campo predominantemente constituído por pesquisas que versam sobre a violência cometida contra mulheres, concentrando-se na experiência de determinados grupos de mulheres e certos tipos de desigualdades.

A qualificação do fenômeno da violência de gênero, especialmente a violência contra mulheres, é efeito da desconstrução, realizada pelos movimentos feministas, de concepções de que a natureza feminina é substancializada pela anatomia e fisiologia do sistema sexual, problematizando o determinismo biológico e inscrevendo o sexo na história. A violência de gênero tem um fundamento distinto de outras formas de violência. As diferentes terminologias utilizadas tem implicações teóricas e práticas distintas em função da circunstância de sua concretude (BANDEIRA; ALMEIDA, 2004).

A violência de gênero contra as mulheres emerge da alteridade, que marca essa categoria de sujeitos sociais. Esse tipo de violência não se trata de uma agressão contra um(a) outr@ considerado igual e que tem mesmo valor de existência d@ autor(a) da violência. Esse fenômeno decorre da desigualdade fundamentada no sexo e é compreendido pelo senso comum como um problema incontornável por ser fundamentado na “natureza” do sexo/gênero – que seria heterossexual. O reconhecimento de que existem sofrimentos variados e que existem grupos de pessoas com problemáticas diferenciadas com uma história comum de opressão e diferente dos demais, faz que sejam reconhecidos como sujeitos coletivos com direitos particulares (ALMEIDA; BANDEIRA, 2004).

Abordagens teóricas sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres

Santos e Izumino (2005) mapearam os estudos de referência sobre violência de gênero e classificaram esses estudos em três tipos de abordagens para compreender e definir o fenômeno social da violência doméstica e familiar contra as mulheres, bem como a reação

(compreendida em termos de passividade ou resistência/enfrentamento) das mulheres sobre a violência vivenciada. A primeira corrente diz respeito aos estudos agrupados como *dominação masculina*, denominação das autoras, e que definem a violência como uma manifestação da dominação da mulher pelo homem, o que ocasiona a aniquilação da autonomia da mulher, concebida, dessa forma, como submissa, vítima e/ou cúmplice dessa dominação masculina. A segunda corrente agrega estudos feministas articulados ao marxismo intitulados pelas autoras como *dominação patriarcal* e que definem a violência em estreita relação com a cultura patriarcal, é considerada a mulher como um sujeito autônomo, entretanto, historicamente, é vítima do controle social masculino. A terceira corrente nomeada pelas pesquisadoras como *relacional* concebe a violência como uma forma de comunicação e um tipo de relação da qual a mulher não é “vítima”, mas cúmplice.

As primeiras pesquisas na área, na década de 1980, foram motivadas pelo objetivo feminista de dar visibilidade à violência contra as mulheres e para apresentá-la como um problema de grande proporção e magnitude no país. Esses estudos se concentraram em mapear as queixas realizadas nas delegacias, quais os tipos de violência praticadas, quem eram as vítimas e os agressores, o que propiciou um olhar de vitimização sobre a mulher. Também foram feitas pesquisas com mulheres atendidas pelos SOS-Mulher (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Nos anos 90, a maior parte dos trabalhos também é sobre as delegacias de mulher. Verificou-se que as taxas de impunidade não foram minimizadas, mulheres não queriam a criminalização de seus maridos e, com frequência, nem mesmo separar-se deles. Então, muitas pesquisas passaram a versar sobre a dinâmica da queixa no sistema policial e judicial. A vitimização é problematizada por conta da frequente retirada da queixa por parte da mulher e a solicitação de atuação dos policiais como agentes pacificadores do conflito, uma atuação que não seja a criminalização do autor (SANTOS; IZUMINO, 2005).

É nesse momento que a denominação violência de gênero ganha destaque. A utilização crescente de gênero como uma categoria de análise das relações entre homens e mulheres é incorporada nos estudos de violência contra a mulher, gerando uma nova terminologia – violência de gênero – com novas significações. Há uma nova concepção que integra outras direções ao vetor da violência e outros seres como alvos, mas simultaneamente sem abandonar completamente a noção de patriarcado. Esse período é marcado por estudos sobre o exercício de cidadania da mulher e o acesso à justiça. Ainda não foi superada a

dificuldade teórica para gerar inteligibilidade sobre a problemática, bem como para constituir intervenções capazes de sua superação (SANTOS; IZUMINO, 2005).

O artigo da filósofa Marilena Chauí (1985), intitulado “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”, serviu de referência para muitas pesquisas realizadas nessa década, e foi considerado pelas autoras Santos e Izumino (2005) como a principal representante da primeira corrente nominada *dominação masculina*. Chauí define a violência contra as mulheres como uma manifestação de um projeto ideológico de dominação masculina concebido por homens e mulheres. Nessa ideologia o homem é considerado superior à mulher, o homem figura como a máxima autoridade. As diferenças entre homens e mulheres são transformadas em desigualdades pelo discurso masculino que versam, principalmente, sobre o corpo da mulher. Ao dizer que as desigualdades são produzidas pelo discurso masculino, o que a autora quis dizer é que a experiência feminina foi descartada, o corpo da mulher é definido por um discurso de fora, pelos homens e que esse discurso silencia as mulheres. Tanto homens como mulheres falam sobre o corpo feminino, mas o discurso masculino define a feminilidade pela capacidade de reprodução. A capacidade de reprodução feminina é a base para a diferenciação social e naturalização de papéis atribuídos socialmente à homens e mulheres. Mulheres são definidas como esposas, mães e filhas enquanto ser pai, filho e marido é algo que acontece na vida dos homens apenas. A mulher é definida como um ser para o outro e não com o outro (SANTOS; IZUMINO, 2005).

A violência, para Chauí (1985), é uma ação derivada de diferenças transformadas em assimetrias de poder com finalidade de dominar, explorar e oprimir. A conduta violenta objetifica o ser dominado, que perde sua condição de sujeito e é silenciado, torna-se dependente e passivo. Nesse processo, a pessoa que sofre a violência deixa de ser um sujeito autônomo, perde sua liberdade compreendida como capacidade à autodeterminação. Chauí define mulheres como sujeitos heterônomos – não sujeitos. Mesmo quando mulheres cometem violência, elas não o fazem por vontade própria, pois a subjetividade feminina é destituída de autonomia. Mulheres são cúmplices da violência na medida em que contribuem para a manutenção da dependência, não por vontade própria, e sim porque são instrumentos da dominação masculina (SANTOS; IZUMINO, 2005). Esse argumento vitimiza e nega a responsabilidade das mulheres pelos seus atos.

Sobretudo no contexto de situações de violência continuada, reconheço que a condição de heteronomia das mulheres parece ter, ainda hoje, alguma pertinência, desde que figure em uma representação contraditória, com controvérsias, não uniforme e menos vigorosa, das

mulheres como seres dependentes, que não encontram condições favoráveis para pensar, querer e agir autonomamente. Contudo, faço algumas ressalvas a Chauí (1985), posto que ela retira a condição de sujeito das mulheres, em sua argumentação sobre a violência contra as mulheres. Apesar de mecanismos perversos de subjugação, destituição da liberdade de pensar e anulação da autonomia, com fins de produção de uma heteronomia, diferentes mulheres reagem, resistem e enfrentam a violência de variados modos. Até mesmo em situações de aparente passividade da mulher, não há a certeza de que seu pensamento está dominado, não há uma certeza de que o controle exercido tem exatamente o efeito desejado. Apesar de reiterados mecanismos de produção de uma condição de não sujeito, mulheres não deixam de ser sujeitos, não deixam de ter agência, capacidade de transformação da situação. Há, portanto, na teoria de Chauí, uma polarização e fixação de papéis que impossibilitaria uma mudança.

Voltando ao mapeamento do campo proposto por Santos e Izumino (2005), a autora abordada como principal representante da segunda corrente é Heleieth Saffioti. Saffioti (1979) introduz nos estudos de violência contra as mulheres uma articulação entre a perspectiva feminista de gênero e marxismo. Para a autora, a dominação masculina está atrelada ao capitalismo e ao racismo. A autora agrega à reflexão dizendo que a dominação masculina não é materializada somente por uma ideologia política e está vinculada também a uma exploração econômica. A ideologia machista patriarcal institui uma sociabilidade em que o homem deve dominar a mulher e a mulher deve submeter-se ao poder do homem. Essa dinâmica relacional desigual é naturalizada por homens e mulheres. Saffioti (1979) não compactua com a visão de Chauí (1985) de que as mulheres atuam como cúmplices nessa operação. A autora enfatiza a posição de sujeito das mulheres, mesmo dentro de uma relação desigual de poder. Se elas permanecem em uma situação de violência não é porque consentem, mas porque são forçadas a ceder, não se pode perder de vista a posição desigual ocupada por homens e mulheres em relação (SANTOS; IZUMINO, 2005).

As pesquisas da década de 1980 utilizam predominantemente a referência dessas duas autoras. Foram tecidas críticas ao entendimento de cumplicidade da mulher introduzido por Chauí (1985), mas nem toda sua teoria foi rechaçada, sendo utilizado o conceito de dominação masculina. A perspectiva de Saffioti (1979) também foi incorporada a muitas pesquisas dessa década, tendendo a uma vitimização das mulheres, mesmo com algumas ressalvas (SANTOS; IZUMINO, 2005).

A terceira corrente tem como principal autora de referência Gregori (1993), ainda segundo o levantamento de Santos e Izumino (2005). Gregori (1993) rejeita perspectivas feministas de que a mulher é dominada pelo homem ou vítima da situação. Levanta a reflexão que essa abordagem estabelece papéis fixos ao homem e à mulher, reificando o binarismo de gênero. A autora levanta uma reflexão sobre a queixa prestada na delegacia pela mulher que é uma construção narrativa que sempre reafirma de forma incontestável o papel de vítima da mulher. É um procedimento em que a mulher narra sua história sob a perspectiva da vítima e que não possibilita uma reflexão sobre o próprio papel na dinâmica relacional, atribuindo somente ao outro, visto como algoz, qualquer tipo de mudança. Também levanta uma crítica à visão jurídica que aborda o problema colocando a atuação do homem como criminosa e merecedora de punição. Para Gregori (1993), os relacionamentos são, em alguma instância, de parceria e que a violência pode ter se estabelecido entre o casal como um recurso de comunicação, mesmo que não seja apropriado e cruel, entre parceir@s.

A autora recusa a compreensão de que a violência se trata da dominação de um sobre o outro. É um entendimento que fixa uma parte como plenamente autônoma e a outra como heterônoma. Essa perspectiva não oferece possibilidade de mudança e encerra a mulher na posição de vítima. Para a autora, a vivência conjugal não é de uma disputa de poder, mas de um jogo comunicacional. Na perspectiva de Gregori, a mulher tem autonomia e participa ativamente da relação violenta. Discorda de Chauí (1985) sobre a heteronomia da condição feminina e resgata o argumento da cumplicidade da mulher, não como um instrumento de dominação do homem. Ao apresentar-se como vítima durante a queixa, a mulher reforça estereótipos de gênero e coopera na sua produção como não-sujeito e se coloca na posição de vítima porque assim obtém a proteção almejada, experimentando dessa forma prazer. Destaca que é a mulher que vivencia o medo e sofre danos no próprio corpo, contraditoriamente também é ela que cria condições de aprisionamento à situação se colocando como vítima, o que alimenta uma passividade. A autora adverte que não quer culpar a mulher de sua situação, mas compreender o contexto em que a violência ocorre e os significados atribuídos à sua manifestação. Esse estudo teve variada ressonância nos movimentos feministas e alguns locais de atendimento às mulheres que sofrem violência abandonaram expressões como mulheres vítimas de violência passando a utilizar **mulheres em situação de violência**.

A perspectiva de Gregori me parece uma posição psicologizante da dinâmica relacional, despolitizando a problemática, o que poderia sustentar a intervenção psicológica com um olhar sexista, ao colocar o problema na forma como a mulher se comunica com o

homem, perdendo a dimensão de que a violência ocorre por conta de um sistema hierárquico de gênero. Há o problema de sustentar a interpretação de que a mulher “provocou” ou está se beneficiando indevidamente da proteção da lei. Focar no problema da violência contra a mulher pelo parceiro íntimo como um problema de comunicação, ao meu ver, é uma perspectiva demasiadamente psicologizante e despolitizada. Esta linha de raciocínio desconsidera totalmente o papel do sistema de gênero nos processos de subjetivação.

Segundo Santos e Izumino (2005), houve uma contribuição importante de Gregori (1993) no sentido de relativizar a dominação masculina e a vitimização feminina e avaliar o contexto em que a violência ocorre, o significado que assume. A mulher, ao realizar a queixa, tanto resiste à violência quanto perpetua um estereótipo sobre seu gênero. A vitimização é limitadora da análise e não oferece alternativa de transformação da situação à mulher, pois ela precisaria sempre de uma intervenção de fora. Para Santos e Izumino (2005), a mulher também pode ser cúmplice da própria violência. Ao meu ver, essa é uma afirmação muito perigosa, visto que a mesma se faz com frequência às mulheres vítimas de violência sexual, que estariam transitando em horários inapropriados ou com roupas inadequadas em espaço público¹⁷. Não se trata de ser cúmplice da própria violência. É preciso compreender os motivos, específicos em cada caso, que fazem a mulher permanecer no relacionamento violento.

Em relação a essa análise de Santos e Izumino (2005) sobre a perspectiva de Gregori, não se pode perder de vista que a socialização hegemônica entre homens e mulheres fomenta diferenças que tornam mulheres mais vulneráveis. Portanto, em muitos casos a mulher não é capaz de superar a situação de violência vivenciada sem uma intervenção de fora, o que não significa dizer que ela está reiterando um papel de vítima. Nesse caso, está sendo ativa na busca de soluções para combater a violência vivenciada, necessitando, porém, de um auxílio exterior, pois não poderia fazê-lo sozinha devido às desigualdades (corporais, financeiras, entre outras), sem, portanto, se subordinar.

Almeida (2007) escreve sobre isso que a passividade experimentada por algumas mulheres não é a causa da violência. A violência é uma forma de garantir efetividade à dominação, entretanto não é dirigida a seres passivos que não manifestam nenhum tipo de resistência. É justamente a cronificação e banalização da violência que tende a intensificar

¹⁷ Isto corresponde inclusive à retórica historicamente utilizada por advogados de defesa de homens acusados de crimes sexuais, no intuito de desqualificar moralmente a mulher agredida.

mecanismos de heteronomia que fragilizam psicologicamente os agentes e produzem uma sujeição das vítimas.

Santos e Izumino (2005) coadunam com a perspectiva de Saffioti (1979) sobre a desigualdade de poder na relação entre homens e mulheres e criticam à análise feita por Gregori (1993). Observam que Gregori (1993) concentra-se na situação apresentada pelas mulheres entrevistadas sem articular à cena de pesquisa a um contexto mais amplo de significação social e cultural. Também levantam que Gregori generaliza as queixas como situações em que mulheres sempre se apresentam como vítimas, como se a vitimização nas instâncias jurídicas, a fizessem assumir uma perspectiva de vitimização de si e da própria situação. As queixas assumem diferentes significados entre mulheres que as realizam. A dicotomia vítimas X cúmplices também é problemática. A queixa pode ser um instrumento de negociação com o parceiro sobre a resolução da situação, não se trata apenas de buscar a proteção ou de passividade corroborando estereótipos de gênero. A busca por efetuar a queixa é uma maneira de ser sujeito do próprio destino, de atuar negociando, já que devido a uma desigualdade de poder não consegue fazê-lo diretamente com o companheiro (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Portanto, esta ideia da violência como um recurso de comunicação do casal, apresentada por Gregori, é refutada por Santos e Izumino (2005). É uma relação marcada pela desigualdade de poder e é preciso analisar o papel feminino na condução das queixas com mais cuidado.

Em outro texto, Gregori conjuntamente com Debert (2008) afirma sobre a incorporação do conceito de violência de gênero pela justiça:

A pergunta recai sobre a validade e o interesse desse novo conceito. O conceito de gênero, principalmente nos estudos que têm como referência o sistema de justiça, foi incisivo na crítica à vitimização, que compreendia as mulheres como vítimas passivas da dominação. Contudo, o interesse pelas formas alternativas de justiça não pode nos levar ao extremo oposto, pressupondo que as mulheres que forem capazes de desenvolver atitudes adequadas podem facilmente se livrar das práticas discriminatórias, encontrando caminhos capazes de restaurar direitos e práticas libertárias. Desta perspectiva, não podemos cair na armadilha de transformar a violência, o poder e o conflito em problemas de falta de confiança e autoestima dos oprimidos ou, então, de dificuldade de comunicação (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 167).

Saffioti (1993) faz uma crítica às perspectivas de Chauí e Gregori sobre as mulheres como cúmplices dos maridos, mas também não corrobora uma visão de que a violência

familiar ocorre de forma unilateral, como expressão do temperamento violento de uma pessoa. Ela constitui-se na trama familiar pelo conjunto de pessoas envolvidas, mas não de forma igual. Para serem consideradas cúmplices da violência, dando consentimento às violências cometidas pelos homens, as mulheres teriam que ocupar uma posição de igualdade com os homens. Então o que acontece é que as mulheres cedem à violência, sujeitam-se a isso. Como acontece, por exemplo, na relação entre patrão e empregado. O empregado não consente com o contrato, com o salário, mas se sujeita, pois é abundante a oferta de mão de obra.

Saffioti (1997) prossegue na análise afirmando que, embora a queixa registre a passividade da mulher e que incorra num processo de vitimação da mulher pelas instâncias policiais e jurídicas, materializando estereótipos de gênero, isso não quer dizer que a mulher é vítima passiva. A autora destaca que, no momento da queixa, a pessoa desempenha um papel dentro de um cenário que a vitimiza. A vitimização consiste em perceber-se exclusivamente como objeto da ação, como um alvo da violência do outro. Isto não quer dizer que a mulher, enquanto sujeito, seja passiva ou não-sujeito. “O não sujeito é uma *contradictio in subjecto*” (SAFFIOTI, 1997, p.70). O sujeito é sujeito por interagir socialmente e por se apropriar subjetivamente dos frutos da interação. O sujeito concebido por definição como sempre ativo que faz uma avaliação da circunstância e, sensatamente ou não, atua no papel de vítima passiva. O sujeito ocupa o papel de vítima com agenciamentos próprios e negociando constantemente a representação desse papel que lhe é destinado. Homens podem tratar mulheres como não sujeitos e muitas vezes mulheres se percebem como não-sujeitos. Entretanto, o fato de mulheres criarem um conceito sobre si mesmas, revela sua atividade de sujeito. Isso não quer dizer que a mulher escolhe compactuar com a violência perpetrada, são cúmplices. A organização social de gênero dá poder ao homem de vida e de morte (como no caso de impunidade de homicídios cometidos por homens contra as mulheres) e, nessa configuração social, mulheres são vítimas por desfrutarem de parcela menor de poder.

Santos e Izumino (2005) criticam a *dominação patriarcal* como insuficiente para explicar a variedade de papéis que as mulheres vem assumindo diante da vivência de violência. Ressaltam que a violência de gênero ¹⁸contra as mulheres acontece numa relação de desigualdade de poder e compreendem o poder não como absoluto e estático, exercido por um homem sobre a mulher, como concebido pela cultura patriarcal, mas de forma dinâmica e

¹⁸ Entretanto, na hierarquia de gênero cabe à posição de masculinidade o exercício privilegiado do poder.

num contexto relacional, podendo ser exercido pelo homem sobre a mulher e vice-versa, sem desconsiderar a desigualdade de poder. Ressaltam que não se pode definir gênero sem considerar que é um campo de exercício de poder.

Almeida (2007) analisa que:

... a ideologia patriarcal – tensionada por conquistas históricas, sobretudo feministas – não se revela suficientemente disciplinadora. Não se pode, no entanto, prescindir dessa ideologia, posto que as práticas autoritárias, coercitivas e punitivas, para que se mantenham, necessitam de uma base legitimadora, que faça supor o consentimento ativo do outro – dependendo do lugar político em que o analista se encontra no quadro das relações de gênero, pode optar por falar em “cumplicidade” (ALMEIDA, 2007, p. 28).

Almeida e Bandeira (2004) afirmam que a socialização é o processo social de construção de posições e a singularização de papéis dentro de um ordenamento social que instituem hierarquias entre pessoas e categorias de sujeitos, tornando as posições ocupadas aparentemente naturais e auto-evidentes.

Os estudos acadêmicos sobre a violência de gênero constituíram-se num campo variado de explicações sobre esse fenômeno. Almeida e Bandeira (2004) sintetizaram algumas linhas de investigação:

a) a hegemonia do poder masculino, que permeia a relação entre homens e mulheres; b) a condição de subalternidade feminina, baseada na hierarquia de gênero; c) reprodução das imagens de homem e mulher e dos papéis a ambos atribuídos por meio da construção social da violência; d) a existência disseminada e, ao mesmo tempo, invisibilizada das violências nas relações familiares e sociais; e) a presença das dissimetrias organizadoras das normas e regras sociais em relação aos comportamentos de homens e mulheres (p.7).

Advertem que essas linhas estabelecidas não esgotam todas as perspectivas de gênero e feministas sobre a problemática. É apenas uma contribuição para sistematizar as referências bibliográficas acadêmicas sobre a violência de gênero.

Os estudos feministas sobre a violência de gênero versam sobre a dominação masculina e o patriarcado como uma condição fundamental para sua manifestação. Entretanto, são insuficientes para explicar sua ocorrência. Ressaltam que ambos os conceitos são frágeis diante das transformações da sociedade contemporânea e ambos os conceitos receberam críticas, entretanto mesmo diante das transformações, continuam a constituir um horizonte de explicação de configurações familiares.

A lógica da família patriarcal parece alinhar-se à manutenção da situação de violência e a preservação de sua estrutura aparece como um motivo frequente que faz mulheres permanecerem numa circunstância de violência, pois toca à mulher fazer o pedido de separação, realizar a conciliação, reconquistar afetivamente, deixar de trabalhar, compreender o ciúmes, entre outros. Outros motivos citados pelas autoras que fazem as mulheres permanecerem em relacionamentos conjugais violentos e que tem a ver com o processo de socialização e aprendizagem psicossocial: medo de perder a guarda d@s filh@s, a crença de que o autor vai mudar, medo de ameaças e da violência se intensificar, dependência econômica e afetiva, entre outros.

Segato (2003) versa sobre a origem e a manutenção da violência contra as mulheres colocando-a numa intersecção de dois eixos que são retas perpendiculares que formam uma cruz. O primeiro eixo horizontal aborda o contrato entre iguais, colocados como pares e que estão num mesmo nível hierárquico – diz respeito ao relacionamento entre os homens. O eixo vertical abrange a relação entre categorias de pessoas com status diferente, hierarquicamente dispostas e valoradas de forma desigual – diz respeito ao relacionamento entre homens e mulheres. O eixo representado como uma relação entre iguais, possibilita competições e alianças entre os pares derivada de sua capacidade de dominação sobre os considerados desiguais que ocupam uma posição inferior. As diferentes manifestações de violência estão inscritas nesse eixo vertical - de exercício de domínio sobre mulheres - e no eixo horizontal – de afirmação da condição de semelhança entre homens ao manter a subordinação de mulheres.

Para manter o status, em um regime engendrado, de igualdade entre homens, o tributo é a violação de mulheres, consideradas desiguais. O poder dos considerados iguais e a manutenção da paridade nesse grupo, depende do exercício desse poder e controle sobre os considerados desiguais, de manter a condição de desigualdade, a sujeição de mulheres. Há uma tensão entre esses dois eixos, há contradições entre a manutenção do *status* e o contrato entre os pares.

Segato (2003) montou esse esquema interpretativo para compreender a manifestação da violência em um regime de gênero patriarcal. A desigualdade começa na família e a violência moral presente nessa esfera é naturalizada, engendrando hierarquias. Para a autora, essa hierarquia existe há tanto tempo que se confunde com a história da própria espécie, o que a faz afirmar que a célula elementar das relações violentas são as relações de gênero que se

constituem no protótipo da violência, sem desconsiderar outras marcas de desigualdade (raça, etnia, idade, classe social, nação ou religião)

Saffioti (1993) adverte que o raciocínio que patologiza o autor da violência oculta as hierarquias, as desigualdades e contradições do contexto cultural e social. Da mesma forma, a culpabilização dos pobres pelos altos índices de violência. A violência doméstica e familiar contra as mulheres acontece entre pessoas de diferentes classes sociais, grau de escolarização, com diferenças de poder aquisitivo.

No próximo capítulo, falarei sobre subjetividade e cultura. Ao longo da confecção desse capítulo, além do conceito de gênero e violência de gênero, senti a necessidade de explicitar com que conceito de subjetividade e cultura desenvolverei minhas análises posteriores.

Capítulo 2

Subjetividade e cultura

Neste capítulo discorro sobre o *self*, utilizando-me das críticas de Rose (1998/2011) sobre o modelo de subjetividade constituído pelos discursos psi (psicológico/psicanalítico/psiquiátrico) ao longo do século XX. Referencio-me a Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey para conceituar a subjetividade e apresento alguns autores de teoria antropológica para definir cultura. Uma discussão sobre subjetividade e cultura se tornou fundamental nessa dissertação para orientar minhas análises sobre a produção subjetiva das mulheres referente à situação de violência vivenciada e ao acompanhamento realizado na unidade. A violência de gênero se manifesta em um sistema cultural hierárquico de gênero. Não há como compreender a subjetividade fora de um horizonte cultural. Da mesma forma, a cultura toma forma na vivência de agentes sociais.

Nikolas Rose em livro *Inventando nossos selves* (1998, publicada no Brasil em 2011) examina a atual concepção hegemônica de *self* engendrada pelos saberes psi (psicologia, psicanálise e psiquiatria) no contexto social, cultural e histórico do século XX. É importante destacar que psicologia, psicanálise e psiquiatria não compõem um corpo homogêneo de teorias. Ao contrário, é a multiplicidade de explicações e técnicas que instauraram novos modos de subjetivação, a partir da segunda metade do século XIX. Essas disciplinas foram constituídas como áreas de conhecimento na emergência do presente regime do *self*, ao mesmo tempo em que fomentaram esse sistema.

Nesse empreendimento, o autor problematiza a naturalização da noção em vigor de eu/pessoa autônoma, de *self* como um fenômeno individual, algo supostamente óbvio. Contesta essa compreensão, vivência e avaliação de si mesm@, dos atos, enfim da imagem que fazemos de nós mesm@s como unidades independentes por meio de uma investigação histórica dos processos sociais que instituíram um discurso normativo sobre o *self*. A proposta do autor com esse estudo é contribuir para o entendimento das circunstâncias sob as quais a maneira contemporânea de pensar e agir sobre seres humanos adquiriram a configuração atual. Indagar sobre o que parece fundamental, uma certeza é um meio de ampliação dos modos de pensarmos e relacionarmos com nós mesm@s – mais do que com nossas experiências pessoais, com os pressupostos que sustentam a prática profissional e a autoridade social dos psis.

Sobre a naturalização dessa concepção de eu, Luiz Fernando Dias Duarte (2005) fez uma discussão que aponta a fragilidade da ideologia individualista no Brasil. A discussão de Rose, sobre Europa ocidental e Estados Unidos, será utilizada, entretanto com o cuidado com o eurocentrismo não questionado de transplantar linearmente o debate para o Brasil. Essa noção de eu não é autoevidente para o público em geral. Utilizarei aqui o debate de Rose, mas com a ressalva de que essa noção de eu parece ser utilizada pel@s profissionais psi e a população psicologizada da população brasileira. O regime em vigência do *self* é uma invenção, uma produção cultural, histórica e social, esse conceito não é auto-evidente. Dentro da perspectiva adotada por Rose (1998/2011), não existe uma instância fundamental e atemporal subjacente, uma potência latente, que pode ser resgatada pela crítica e que é encoberta pelos modos de subjetivação contemporâneos.

Nas palavras do autor sobre a proposta do estudo:

Eu chamo este trabalho de “história crítica”: seu objetivo é explorar as condições sob as quais esses horizontes de nossa experiência tomaram forma, diagnosticar nossa condição contemporânea do *self*, desestabilizar e desnaturalizar o regime do *self* que hoje parece inescapável, elucidar os fardos impostos, as ilusões embutidas, os atos de dominação e maestria de si que são a contraparte das capacidades e liberdades que constituem o indivíduo contemporâneo (ROSE, 2011, p. 12).

Rose (2011) adverte que a apropriação do termo *self* (e a experiência de si) não mantém a uniformidade conceitual em diferentes espaços geográficos e períodos de tempo, bem como é operacionalizada de formas distintas pelos sujeitos que o adotam, variando também de acordo com a problemática que é objeto de compreensão e intervenção psicológica (por exemplo, um assassino de mulheres, um aluno com dificuldade de aprendizagem ou uma dona de casa deprimida de classe alta). O autor explica que faz referência a uma ordem de inteligibilidade, posto como um regime do *self*, visto que há um elo comum na variância que se sobrepõe como norma – o pressuposto de uma interioridade psíquica. Prossegue dizendo que observa um tipo de delineamento nos discursos de pessoas que realizam intervenções sobre seres humanos, mulheres e homens, negr@s e branc@s, presidiári@s, adult@s e crianças e chefes, que opera como ideal de que existe uma psicologia interior que nos anima e motiva nossa ação e está em busca da valorização de si e da própria realização e satisfação na vida cotidiana. Para o autor, há limitações nessa compreensão de si que geram ansiedades e sofrimento. A consideração das contingências históricas que produziram o modo de compreendermos a nós mesmos como uma totalidade essencial impulsiona um processo de abertura ao questionamento e à transformação.

Elucida que o *self* era concebido como a nossa mais profunda realidade, como um espaço autêntico e fidedigno de si, a origem da ação, o local do pensamento, crenças e valores. Foi caracterizado como totalidade, coerente, singular, o agente de uma trajetória pessoal, aquilo que define nossa particularidade enquanto uma pessoa diferente das demais¹⁹. A instância em que ocorre o acúmulo e a síntese de experiências, que constitui-se pelas nossas vivências mais remotas, pela particularidade de nossa biografia e legados familiares, impulsiona os pensamentos e as ações. E, seguindo essa linha de raciocínio, as nossas vidas eram significadas no processo de descoberta do nosso *self*, nossa realidade última, de expressar nosso *self*, de amar nosso *self* e ser amado pelo nosso *self*. Em contrapartida, Rose (2011) alerta, a despeito deste ideal normativo, pessoas têm operado de maneira diferente da definição de *self* supracitada. Essa constatação leva a questionar a acepção do *self*, que deixa de ser compreendido como uma dádiva natural e passa a ser percebido como um objetivo, um ideal regulatório, um discurso normativo sobre o processo de ser. Este é um argumento compatível com a discussão de Bauman (2007) sobre a natureza provisória das identidades líquido-modernas, que são projetos que nunca se concretizam.

Para o autor, essa definição do *self* como sujeito individualizado, coerente e autocentrado, reafirmada, respectivamente²⁰, como uma experiência universal e inerente aos seres humanos é um imperativo de lugares que necessitam que as pessoas consagrem o *self*, retifiquem esse discurso, reiterem e tomem para si a responsabilidade integral de seus *selfs*. Segundo Rose (2011):

O *self* universal tem sido reciprocamente encontrado em projetos de articulação de um conhecimento da pessoa, um conhecimento estruturado pela pressuposição de que uma explicação satisfatória do ser humano deveria ser, pelo menos em princípio, ilimitada, na medida em que os humanos possuem certas características universais (processos, morais, fisiológicos, psicológicos ou biológicos) sobre os quais se tem trabalhado, então, de maneira regular e previsível para produzir indivíduos particulares e singulares. Se nosso atual regime do *self* tem uma certa “sistematicidade”, este é, talvez, um fenômeno relativamente recente, resultante de todos estes diferentes projetos que procuram conhecer e governar humanos como se eles fossem *selfs* de certo tipo (ROSE, 2011, p.12).

¹⁹Embora este *self* psi continue em vigor, houve uma virada nas metrópoles globalizadas contemporâneas que vai no sentido da fragmentação e externalização deste *self* coerente e interiorizado, como por exemplo as discussões de Hall (2003) e Sibilía (2008).

²⁰Este seria justamente o sujeito moderno/iluminista que na leitura de Hall (1997) estaria sendo (ou já teria sido?) descentrado na pós-modernidade.

Existem outras teorias sobre o *self* que se fundamentam em pressupostos concorrentes ao ponto de vista dominante, como a Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey²¹, sobre as quais discorrerei mais à frente. Outras perspectivas como, por exemplo, as das teóricas feministas, que de maneiras distintas, problematizam os pressupostos essencialistas, homogeneizantes e a-históricos de *self*, chamando a atenção para o caráter cultural e político dessa noção de *self* - supostamente neutra e universal.

Sobre isso, Rose (2011), corroborando diferentes análises feministas sobre a questão, elabora a crítica de que a pressuposição de neutralidade e universalidade desse modelo de *self* encobre valores e concepções sexistas. Isto é, a universalidade é aplicada a um sexo/gênero (“o Homem” como universal) e recusada ao outro (as mulheres como caso particular). O autor ainda pondera que a universalização do conceito de *self* é a negação da dimensão corporal dos processos subjetivos e nos conduz a uma ideia errônea, concebendo-o como algo abstrato, racional e universal – mais uma vez ligado ao masculino. Ao compreendermos a subjetividade como corpórea²², a noção de *self* amplia-se para novas teorizações e críticas sob as contingências culturais e históricas que o encerraram no domínio de uma entidade desencarnada. Um dos desafios que se impõe a esse estudo é refletir e construir, com o suporte das teorias e epistemologias feministas, uma analítica sobre o domínio subjetivo que incorpore o debate de gênero.

Rose (2011) analisa que o regime dominante de *self* produziu tecnologias para governar as subjetividades em termos da liberdade dos sujeitos. Em vez de uma imposição de caráter coercitivo, as restrições à liberdade individual ou intervenções sobre as vidas são construídas com base em uma retórica da autonomia e lançam mão de tecnologias de subjetivação que visam produzir sujeitos autônomos autorregulados, em conformidade com parâmetros da conduta desejável. Isto tudo implica não somente uma noção naturalizada de *self*, mas também de liberdade, entendida por referência ao ideário liberal das sociedades ditas democráticas. O autor constrói uma narrativa historiográfica que evidencia a regulação da liberdade por meio da consolidação dessa concepção de *self* (e todos os outros termos que ela carrega), que produz a experiência de que agimos sobre nós mesm@s por meio de escolhas.

²¹ Destaco que o autor Rey não utiliza a expressão *self*, esse autor utiliza a expressão subjetividade que carrega outra noção.

²² A este respeito, Csordas (2008) ressalta, em sua revisão recente acerca do campo metodológico da corporeidade (*embodiment*), que a dimensão do corpo vivido contém a diferença de gênero. Ou seja, a experiência corporificada é engendrada. Isto se aplica tanto ao gênero heteronormativo binário (a divisão entre homens e mulheres), mas também ao caso das pessoas trans e *intersex*. O mesmo se poderia tematizar também acerca da experiência de sujeitos identificados a diferentes posições no regime das hierarquias raciais, às variações dos corpos deficientes, etc.

Caracterizar seres humanos como sujeitos de liberdade em potencial constituiu um campo propício a proliferação de tecnologias psi para governar indivíduos livres. Esses sistemas psi nos ajudam a interpretar e administrar nossa própria experiência de si, entretanto não são apenas teorias e técnicas de si, compõem um projeto político de governo de indivíduos que se fundamenta nessa noção (de indivíduo livre), ao mesmo tempo em que produz essa ordem.

Figueiredo e Santi (2007) oferecem uma crítica a essa noção de autonomia, liberdade individual promulgada pela psicologia. Discorrem sobre as condições socioculturais do século XIX e colocam a privatização da subjetividade como fator que propiciou o nascimento da psicologia. Os autores alegam que a psicologia cria uma ilusão de liberdade num mundo em que cada vez mais há restrição de liberdade, ao mesmo tempo em que seu nascimento enquanto disciplina é decorrente de uma noção de subjetividade privatizada que consiste na percepção de que somos diferentes, vivenciamos desejos e sentimentos independentes dos demais, da sociedade. A necessidade de ocultar nossas experiências aos demais, bem como o desejo por liberdade e responsabilidade por nossas escolhas, desconsiderando as autoridades que estão acima, é uma produção e forma de governo das subjetividades, não apenas uma expressão natural e genuína do ser.

O campo de teorização sobre o *self* está em constante desenvolvimento, manifestou diferentes desdobramentos e se transformou. O que não significa dizer que essa discussão, conforme proposta por autores como Rose (2011) e González Rey (2002) ao historicizar e mapear o campo de produção teórica e prática clínica psi, está ultrapassada, apenas que outros pressupostos compõem a cena, tornando esse campo menos homogêneo e a discussão mais complexa. Teorias antagônicas e suas derivações disputam o espaço de enunciação.

Sobre o contexto ético-político-acadêmico e profissional específico da pesquisadora no momento de confecção desse texto, as reflexões formuladas por Rose sobre o regime do *self* inspiram-me a realizar uma breve e rudimentar análise da conjuntura do microcosmos da psicologia na instituição de ensino superior em que curso o mestrado. As questões levantadas pelo autor parecem-me ainda atuais, familiares aos espaços universitários e de trabalho por mim frequentados na cidade. É verificável que a noção de *self* está em debate pelas diferentes perspectivas presentes nesses lugares e que as discussões não se reduzem à sua caracterização como um fenômeno essencial e individual. Entretanto, o que me motiva a trazer essa discussão à tona neste texto é a dissonância nos discursos que pretendem incluir o social, o cultural como constitutivos dos processos psicológicos, mas que inserem essas dimensões

como elementares à subjetivação, na forma de variáveis ou aspectos que influenciam o modo de pensar e agir do sujeito nas pesquisas em psicologia. Para realizar tal tarefa seria proveitosa a interlocução com a antropologia que tem como seu objeto a cultura. Creio que a discussão sobre as relações entre cultura e subjetividade ainda pode ser aprofundada, inclusive incorporando questionamentos recentes ao conceito de cultura oriundos das ciências sociais.

A despeito de uma intensa e crescente produção acadêmica internacional e nacional de pesquisadores das diferentes áreas das ciências sociais (BUTLER, 2003; FIGUEIREDO; SHANTI, 2007; GONZÁLEZ REY, 2002; ROSE, 2011; HALL, 2011) que subverte uma noção de subjetividade unificada e relativiza essa ideia como um conceito histórico e culturalmente localizável, ainda predomina nas instituições de psicologia que me circundam esse regime do *self* analisado por Rose. A intenção não é apenas renovar o debate e incrementá-lo, mas pensar suas especificidades locais e instigar essa discussão nesses circuitos.

Fernando Luiz González Rey (2002) apresenta o campo de debates que fomentaram a construção de seu pensamento sobre os processos e formas de organização psicológica numa perspectiva histórico-cultural, o que culminou no desenvolvimento da Teoria da Subjetividade, de sua própria autoria. Esse trabalho apresenta uma convergência entre o conceito de subjetividade, formulado pelo autor, e a relação direta e imediata com o contexto histórico e cultural de construção da teoria. A subjetividade é descrita como de natureza processual, dinâmica e assim também é descrito o campo de teorização em psicologia como de natureza processual e dinâmico. Isso exprime que a teoria não é uma mera descrição da realidade, mas uma produção em contingências históricas e culturais.

A leitura dessa obra me inspirou algumas reflexões pessoais sobre teoria. Uma teoria não permanece inalterada, a despeito da intenção de preservá-la em sua versão original e da crença (sempre equivocada) em sua verdade como realidade última. A apropriação e uso recorrente por diferentes agentes (subjetividades) no decorrer do tempo/espaço e com as modificações inescapáveis das conjunturas em que as proposições foram ordenadas, assim como as transformações da própria problemática que a teoria pretendia inicialmente explicar contestam a naturalidade e o grau de verdade de uma teoria. Uma teoria é instituída de modo situacional e, em função da mutabilidade intrínseca das situações históricas, pode ser destituída de seu prestígio e autoridade. Isso não significa dizer que a teoria perde totalmente a sua credibilidade, pois pode manter seu valor como ferramenta para o pensamento desde que

devidamente situada em relação ao seu contexto original e atualizada diante de novos fenômenos e produções teóricas. Pois a sua manutenção estática sem incorporar estes componentes novos torna-a obsoleta.

González Rey (2002) discorre sobre a psicologia em seus primórdios e traça uma história das teorias psicológicas dominantes, as tensões e transformações derivadas da complexa tentativa de gerar inteligibilidade sobre ser humano e inclui em sua definição sobre a subjetividade esses aspectos constitutivos próprios do processo de teorização. Dessa forma, não há uma separação entre sujeito e objeto ou teoria e problema. O elemento em estudo, já é a própria teoria em formulação. O desenvolvimento da Teoria da Subjetividade também levou a uma discussão sobre a Epistemologia Qualitativa que abrange a construção do conhecimento por meio de um método de pesquisa dialógico.

A cada nova reflexão sobre o que deveria ser o objeto de estudo da psicologia foram fundadas novas teorias psicológicas, tornando o campo cada vez mais complexo e controverso. A expectativa inicial de cada tendência era dar conta de definir e explicar o fenômeno psicológico de forma completa dentro do referencial teórico utilizado. A proposta de González Rey (2002) com a confecção desta obra é, por meio de uma análise histórica da constituição e desenvolvimento das teorias dominantes em psicologia na modernidade, contribuir para a superação da fragmentação e dicotomias ainda presentes no nosso cenário. As psicologias do século XX estavam imersas num projeto de conhecimento totalizante que modelou os seus diferentes segmentos na forma de sistemas fechados, estáticos de saber, com pretensões de totalidade. É possível observar uma semelhança entre a forma como as diferentes abordagens compreendiam a si, enquanto sistemas de saber, e o objeto em estudo, o que culminou numa falta de consenso e na dispersão dos estudos sobre a subjetividade. Quando uma perspectiva se contrapunha a outra, não havia a possibilidade de interlocução e interação, resultando numa afiliação a um corpo teórico e recusa completa ao outro. Esse pensamento linear simplista e reducionista, que concebe as diferentes teorias como pólos opostos, ainda hoje é observado nos meus circuitos de estudo e trabalho de psicologia, o que resulta em posturas dogmáticas, resistentes ao diálogo e à troca de conhecimentos.

Trazer essa discussão à tona, mais uma vez, por meio da teorização de González-Rey (2002) sobre a subjetividade, é uma forma de dar novos rumos ao debate, promover a interação das correntes psicológicas ainda muito autocentradas e com explicações autorreferentes. Em consonância com as reflexões de González Rey (2002), Nikolas Rose

(2011) afirma que a concepção unificada de *self* é desafiada e fragmentada pela heterogeneidade de discursos por meio dos quais o *self* é socialmente construído, inclusive dentro da psicologia. Também segundo Figueiredo e Santi (2007), a psicologia é um espaço de dispersão: “o espaço psicológico não deu lugar a formação de um continente, mas sim de um arquipélago não se trata de um conceito uno e integrado, embora também não sejam ilhas totalmente avulsas e desconectadas” (FIGUEREDO; SANTI, 2007, p. 17).

A Teoria da Subjetividade rompe com os traços deterministas e essencialistas impregnados à noção clássica de subjetividade e a apresenta como um fenômeno ontológico próprio, de qualidade cultural e histórica, com organização e processos específicos. O desenvolvimento dessa noção representou uma nova dimensão complexa, sistêmica, dialógica e dialética ao *self*. A subjetividade não é compreendida como uma instância intrapsíquica, superando também a concepção de que é algo que vem de “fora” e que aparece “internalizado” na pessoa. Nas próprias palavras do autor:

A subjetividade não é algo que aparece somente no nível individual, mas que a própria cultura dentro da qual se constitui o sujeito individual, e da qual é também constituinte, representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade. Temos de substituir a visão mecanicista de ver a cultura, sujeito e subjetividade como fenômenos diferentes que se relacionam, para vê-los como fenômenos que, sem serem idênticos, se integram como momentos qualitativos da ecologia humana em uma relação de recursividade (González Rey, 2002, p. 78).

Além de se constituir histórica e culturalmente, o *self* é também o produto de um universo teórico, ele não existe por si só. Como já foi exaustivamente refletido nesse texto com o aporte de Rose (2011), é uma concepção que constitui nosso modo de pensar e compreender a nós mesmos e nos relacionarmos com os outros. Dessa forma, distintas formas de compreensão do *self* implicam modos de subjetivação distintos e maneiras de agir sobre nós e outras pessoas com que nos relacionamos. Isto fica evidente, se contrastamos uma concepção de *self* como um espaço interior natural à concepção de uma subjetividade plural, contraditória e constituída situacionalmente. Em minha experiência, o que outrora foi vivenciado como uma expressão genuína do eu, me aparece hoje como um processo subjetivo convertido em hábito, constituído culturalmente.

Isto é, ao incorporar novas concepções sobre o *self* ao meu pensamento e à minha prática profissional, não se trata apenas de conhecer e aprender uma nova teoria, de instruir-se, há também impactos sobre minha própria subjetividade. O que foi considerado, quando eu era estudante de graduação, como o espaço mais íntimo, próprio, a expressão da autenticidade

intrinsecamente determinada perde a qualidade de verdade, deixa de ser uma evidência inquestionável. Uma vez que se desnaturaliza a interioridade psicológica a-social, o que restaria afinal? Uma nova forma de conceber e relacionar-se consigo e com @s outr@s.

Essa reflexão me remete aos escritos de Luís Cláudio Figueiredo (2007). O autor escreveu que a formação d@ psicólog@ é constante e inacabada. Não se encerra na universidade e outros locais com o objetivo primeiro de promover o ensino, nem nos encontros de supervisão da prática profissional. Está aberta e é ampliada por meio do contato com a literatura, outras manifestações artísticas, com a filosofia, história e antropologia. Acrescenta que a formação é uma tarefa interminável que acontece enquanto houver vida e é geradora de movimento, novos sentidos a essa biografia. Não é somente a teorização sobre o *self* que é diversificada, o exercício da psicologia por diferentes sujeitos é variado, a despeito da pretensão de uniformização do método clínico dentro de uma abordagem. Nossa prática é atualizada e aperfeiçoada por meio dos diferentes espaços sociais frequentados.

Além de promover uma maior interação entre as diferentes psicologias, se faz necessário também na produção de conhecimento sobre o *self* o desenvolvimento de um olhar interdisciplinar. Em conformidade com o que foi discutido até aqui, Geertz (2001), em seu ensaio “Cultura, mente, cérebro/Cérebro, mente, cultura”, lança o argumento da relação de interdependência entre os temas cultura, mente e cérebro. A complexidade cerebral é produto da seleção natural na qual a cultura desempenhou um papel fundamental e, da mesma forma, a cultura não seria dessa maneira sem o incremento das estruturas do cérebro. Portanto, o desenvolvimento cerebral é consequência da participação da cultura e a cultura é consequência da complexificação do emaranhado cerebral. Organismos que não tem certo nível de complexidade cerebral não conseguem produzir sistemas simbólicos.

O autor prossegue, dizendo que sem cultura não há mente e sem mente não há cultura. Apesar de serem noções diferentes, não são entes autônomos. Problematiza a localização da mente dentro da cabeça e a cultura fora dela. As capacidades elementares do ser humano de falar e sentir dependem da inserção do sujeito num ambiente cultural. Não se pode falar de um desenvolvimento intracerebral determinado intrinsecamente e não gerado pelos recursos culturais. Assim como também não se pode falar da produção, funcionamento e reprodução das instituições sociais sem mente.

Geertz (2001) enfatiza a necessidade de romper com uma perspectiva hierárquica da cadeia do ser que se estende do físico e biológico, ao psicológico, ao social e o cultural

(semiótico), com cada plano ascendendo do que está abaixo. Não se trata de uma base orgânica fundamental que se desdobra em outros processos dependentes dela. O próprio curso do desenvolvimento cerebral depende dos recursos da cultura para se operacionalizar. O cérebro não é a causa do desenvolvimento da cultura, mas condição. Ao mesmo tempo, sem cultura nosso cérebro também não se desenvolve, o que implica uma relação de recursividade entre os dois e não de sobreposição do primeiro sobre o segundo. O autor problematiza essa noção que coloca o biológico como um aparato universal, o social como algo menos generalizável e o psicológico como singular. Não se trata de dimensões independentes. Não poderíamos prever exatamente a constituição de um organismo com base apenas em sua disposição filogenética²³. As práticas sociais e culturais, bem como a subjetividade participam do desenvolvimento da compleição física. O autor chama a atenção pra necessidade de romper com uma história da ciência que hierarquiza e trata as disciplinas como matrizes separadas e independentes. Ressalta a necessidade de produzimos um modelo que articula tudo ao mesmo tempo, sem segmentar as diferentes especializações.

Nesse texto, o autor faz importantes apontamentos sobre as emoções. Apresenta o posicionamento de autores culturalistas radicais da antropologia simbólica segundo os quais as emoções não são naturais, são maneiras de classificar experiências que não são equivalentes em contextos culturais e sociais específicos. Se o nome utilizado pra nomear uma emoção não pode ser traduzido em outro sistema cultural e social, em decorrência de uma especificidade na experiência daquela emoção que inviabiliza a generalização desse sentimento entre os contextos em comparação (e isso não se reduz apenas a uma questão semântica, há uma qualidade diferente), não podemos falar que as emoções são universais. A manifestação de uma emoção não é uma reação pura sem contexto de significação. Os processos de agenciamento de uma emoção são compreendidos como de domínio da mente, entretanto, por meio da problematização da tradução da experiência emocional de um sistema social e cultural a outro, o autor atenta para a natureza cultural da vivência de uma emoção. A mente é compreendida como um domínio da singularidade de certos processos que não se reduzem a cultura ou ao cérebro. Contudo, essa organização singular não teria se configurado dessa maneira sem a cultura. O eu não é uma coisa, nem a cultura. A cultura viva é afetada

²³O geneticista Lewontin (2001) argumenta que mesmo do ponto de vista biológico, um organismo resulta da interação entre a parcela de seus genes que está ativa, o ambiente (no caso humano, principalmente o social) e o crescimento celular aleatório, de modo que nem mesmo um organismo simples é o resultado linear de seu genótipo.

por quem dela participa. A cultura compartilhada não é um consenso e apresenta uma fragilidade enquanto norma, convenção social.

A perspectiva apresentada por Geertz (2001) sobre a emoção dialoga com a noção de subjetividade de González Rey (2002) que justamente articula o simbólico, de ordem sociocultural, e o emocional, no nível singular e coletivo. González Rey concebe a subjetividade, não como uma organização intrapsíquica, mas como um sistema aberto e em desenvolvimento que participa da constituição dos processos sociais.

A respeito da homogeneidade da cultura, Fredrik Barth (2000) promove uma crítica sobre os pressupostos convencionais do conceito antropológico de cultura. As tradições clássicas em ciências sociais fundamentam-se em concepções de cultura e sociedade como sistemas regulares e coerentes. O uso corrente dos termos cultura e sociedade, em suas diversas acepções, estão carregados de noções inadequadas, negligencia pontos cruciais peculiares aos fenômenos caracterizados. Nas palavras do autor:

Como a maioria dos conceitos antropológicos, cultura e sociedade estão marcados pelos questionáveis pressupostos do holismo e integração: celebram a conexão entre instituições discrepantes, a adequação dos costumes a um dado lugar e estilo de vida e o compartilhamento de premissas, valores e experiências dentro de uma comunidade (BARTH, 2000, p.107).

Crítica o pressuposto de que uma cultura manifesta uma coerência lógica generalizável e enfatiza a importância de investigar a natureza e extensão de uma regularidade observada. Uma cultura é um aglomerado diverso, desconexo e controverso, uma miscelânea do novo com o velho, um cenário sincrético. O autor ressalta que a cultura não pode ser concebida “...como um corpus unificado de símbolos e significados interpretados de maneira definitiva” (BARTH, 2000, p.115). O forte senso de coerência e ordem generalizável é problemático e pode derivar de um ideal de unificação dos processos culturais no plano analítico, não convergente com a realidade manifestada. Em outras palavras, pode haver uma confusão entre a complexidade observada e os padrões abstratos supostos pelo pesquisador/a.

A tendência a conceber a cultura como um princípio motor perpetua a noção de cultura em vigor, arraigada nos pressupostos de holismo e integração, como sistemas semióticos uniformes e fechados de diferentes sociedades. Há processos sociais que instituem padrões culturais, entretanto esses padrões não são imprescindíveis, funcionalmente ou estruturalmente, para as operações simbólicas e expressivas da cultura (BARTH, 2000).

O autor critica tendências de análise de uma cultura que privilegiem a harmonia, a adequação e a unidade, assim como pressuposições de integração e consistência lógica do horizonte em estudo. Ele diz que:

As pessoas participam de universos de discursos múltiplos mais ou menos discrepantes; constroem mundos diferentes, parciais e simultâneos, nos quais se movimentam. A construção cultural que fazem da realidade não surge de uma única fonte e não é monolítica (BARTH, 2000, p. 123).

Como a atividade social é produtora de significado, num processo de natureza dinâmica e de atualização constante, abstrair princípios gerais não é a maneira mais adequada de descrição de uma cultura. Dessa forma, o autor levanta a necessidade de criar outros modelos de apreensão e explicação de uma cultura que não se fundamentam no estabelecimento de uma homogeneidade e generalizações, recusando a complexidade inerente às tensões e contradições dos significados presentes em qualquer cultura.

O autor afirma ainda que, em relação aos participantes daquele universo, a cultura é distributiva, o que quer dizer que é compartilhada de uma mesma maneira por alguns, mas não por todos. É necessário observar a distribuição da cultura, de que forma ela ordena a vida social e se desdobra em uma estrutura complexa. Os sujeitos estão sempre e necessariamente posicionados²⁴. Os relatos são posicionados e produzidos de acordo com as contingências. Não existe um informante apto a descrever sozinho a totalidade do universo cultural que participa. Cada pessoa fornece uma visão parcial, a partir do lugar que ocupa no sistema e com as limitações contingenciais dessa posição. Da mesma maneira, não existe uma explicação universal e neutra. Todos os pontos de vista são parciais, não é possível vislumbrar a totalidade e ter consciência de todas as forças que nos atingem. O todo não consiste na soma das partes, as visões parciais se ligam e se sobrepõem produzindo um mundo complexo que molda suas vidas e que nenhum componente pode vislumbrar na sua totalidade.

Nessa parte do argumento de Barth podemos observar um ponto de intersecção entre o apontamento que o autor faz sobre posicionamento singular de diferentes atores na cultura e o que foi discutido anteriormente sobre subjetividade. Cada pessoa ocupa um posicionamento específico numa ordem cultural, que torna as ações inteligíveis, significativas e moralmente justificáveis, do ponto de vista dos atores (e atrizes) sociais. Concomitantemente, a pessoa

²⁴ O argumento formulado por Barth sobre o caráter distributivo da cultura e o posicionamento dos atores (e das atrizes) sociais é compatível com a afirmação por Clifford (2000) das trajetórias biográficas complexas dos nativos. Isso sustenta a consequente crítica ao ideal metodológico da etnografia realista clássica, de selecionar “nativos típicos” como informantes privilegiados, visto que não há exemplares típicos de uma cultura. Voltarei a mencionar este autor ainda neste capítulo.

cria um sentido pessoal ao próprio modo de existir e ocupar aquela posição que lhe foi viabilizada por meio de sua trajetória biográfica singular. A antropologia não privilegia o estudo das intenções dos atores/atrizes individuais, assim como a psicologia, ao menos em suas formas majoritárias, não está primordialmente preocupada com a decodificação do domínio simbólico coletivo. Entretanto, observa-se um ponto de intersecção entre as duas disciplinas que não podem avançar em suas teorias desconsiderando a dimensão complementar do fenômeno cujo estudo privilegiam, como já foi, inclusive, apontado por Segato (2003), Mauss (1934/2003) e, na psicologia social, por González Rey (por exemplo, 2004). Dessa forma, faz-se necessário a criação de um espaço de interlocução entre os dois campos. Aproximar-se do debate antropológico acerca do conceito de cultura pode contribuir para a produção de análises mais complexas que contemplem simultaneamente os fenômenos coletivos e individuais. O desenvolvimento de um olhar interdisciplinar permite a reconstrução crítica da teoria psicológica de forma a transformá-la para abordar esses temas e questões de forma mais consistente.

A crítica salutar de Barth aos pressupostos de homogeneidade na cultura são extremamente bem-vindas em um momento que certos setores da psicologia buscam dialogar com a antropologia e incluir a cultura dentre os aspectos constitutivos dos fenômenos da ordem da subjetividade. Neste contexto, seria extremamente relevante evitar uma noção demasiado monológica de cultura, que já foi superada na própria antropologia.

Em consonância com a crítica de Barth sobre o conceito antropológico de cultura, o antropólogo James Clifford (2000) no texto “Culturas Viajantes” também desestabiliza premissas clássicas do pensamento antropológico, trazendo para a discussão a problematização da circunscrição da cultura a um território, isto é, a equivalência entre cultura e localidade. O autor evidencia o caráter ilusório da pureza de uma cultura. A compreensão de cultura como restrita a um ambiente geopolítico é enfraquecida pelas experiências de viagens dos nativos e dos diferentes tipos de migrantes que compõem o cenário. A cultura se constitui na mobilidade social ²⁵.

²⁵Essa reflexão me remete ao meu campo. O universo cultural em estudo é composto por profissionais e mulheres provenientes das diferentes regiões administrativas do DF e entorno. O serviço é um local em que as pessoas passam parte de suas vidas e agrega pessoas que participam de outros mundos culturais complexos e controversos. Isto tem como consequência a necessidade de repensar a noção de “campo” no contexto de minha pesquisa. As mulheres atendidas, aliás em um serviço situado na estação de metrô, não constitui uma comunidade, mas se encontram reunidas em função de um mesmo tipo de situação social, o fato de serem vítimas de violência.

O contato intercultural é um aspecto constitutivo das culturas. Em um mundo globalizado as pessoas são diretamente afetadas por uma variedade de discursos e formas culturais que estão além do convívio social imediato. Não há um contexto de circunscrição espacial, isolamento que mantém a pureza e originalidade de uma cultura, a mobilidade participa dos processos de constituição de uma experiência (CLIFFORD, 2000).

No próximo capítulo, abordei o desenvolvimento de uma nova abordagem política com recorte de gênero, bem como o desenvolvimento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência com base em Tratados Internacionais. A Política Nacional prevê no eixo da assistência a criação de programas governamentais especializados no atendimento as mulheres em situação de violência. Tais programas são inspirados no modelo de atendimento desenvolvido por entidades feministas conhecidas como SOS-Mulher na década de 80. Os Centros de Atendimento as Mulheres em situação de violência possuem um atendimento multiprofissional e interdisciplinar. Abordarei também nesse capítulo a inclusão do psicólogo pela política em tais programas e o que a Norma Técnica de Uniformização de Centros de Atendimento as Mulheres (SPM, 2005) coloca sobre atendimento em psicologia nesses locais.

Capítulo 3

Gênero, políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero e o atendimento no CRAM

O objetivo deste capítulo é mapear as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, refletindo concomitantemente sobre a sua constituição histórica e social, em nível nacional e local. A elaboração de conceitos, princípios, diretrizes, objetivos e a definição de ações, prioridades e estratégias de gestão e monitoramento fortaleceu tais políticas públicas no país, que estão ordenadas no atual Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado em 2011, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres contempla, como programas governamentais, no eixo da assistência, a rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência. Esta rede compreende os Centros de Atendimento à Mulher em situação de Violência (CRAMs). Considero importante traçar um histórico sobre a constituição das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, atualmente ordenadas no Plano Nacional, para compreender como o CRAM foi originalmente concebido – por meio da iniciativa dos movimentos e entidades feministas²⁶ –, ponderar sobre suas especificidades e examinar a particularidade do atendimento público prestado às mulheres pela equipe multidisciplinar nesse espaço, serviço estratégico para a superação da violência.

Começo esse capítulo com uma breve análise do contexto histórico, social e político originário das políticas públicas, com recorte de gênero, que vem sendo desenvolvidas há mais de três décadas no território nacional. O desenvolvimento da categoria de análise gênero²⁷, bem como o reconhecimento jurídico da condição de igualdade de homens e mulheres que culminou na criação de uma legislação que defenda direitos fundamentados em princípios de igualdade e equidade, bem como a constituição e instauração de políticas públicas e programas governamentais que contemplem transversalmente a perspectiva de gênero e suas interseccionalidades (raça, classe e idade), calcadas no respeito à diferença e visando a superação de múltiplas desigualdades vivenciadas por mulheres, é fruto da

²⁶ Refiro-me aos SOS-MULHER que serão detalhados mais a frente.

²⁷ No capítulo 1 dessa dissertação, apresento o debate acadêmico sobre o conceito, bem como o processo de institucionalização dos estudos de gênero na academia.

reivindicação dos movimentos feministas e de mulheres. As intervenções dos movimentos feministas e de mulheres, em sua articulação com o Estado, produziu a incorporação de suas temáticas na organização estatal, por meio de políticas e aparelhos que visam a garantia de direitos e a igualdade de oportunidades para as mulheres.

Na primeira parte, discorrerei sobre a atuação dos movimentos feministas e grupos de mulheres, que passaram a ganhar visibilidade nacional na década de 70 - no século XX, no contexto histórico e social de democratização do regime político e do Estado em ação no Brasil que teve como efeito a constituição de uma agenda governamental de gênero e a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e programas estatais, com o objetivo de estabelecer políticas específicas para as mulheres²⁸. Apresentarei as principais leis internacionais e nacionais que versam sobre a discriminação sexista e violência de gênero. A criação, ampliação e o aprimoramento de políticas públicas com uma perspectiva de gênero, especialmente àquelas dirigidas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, derivam e, simultaneamente, contribuem para o aperfeiçoamento da legislação nacional e local sobre a temática. Tratarei da constituição da agenda pública de gênero com início na década de 70, no século XX, até o atual momento, mantendo o foco no enfrentamento à violência contra as mulheres -área temática em estudo nessa dissertação.

Discorrerei sobre as iniciativas recentes do governo do DF neste campo, dentre as quais a criação do Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, programa da Secretaria de Estado da Mulher que constitui o lócus da pesquisa. E, ao final, analisarei os SOS-Mulher, a primeira experiência de atendimento às mulheres em situação de violência. Definirei o que é o CRAM, como é o atendimento prestado nesse contexto institucional que abrange uma intervenção multiprofissional para superar a situação de violência vivenciada pela mulher, atendida conforme a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (SPM, 2006).

A constituição de uma agenda e de políticas públicas de gênero no Brasil: a interação de movimentos feministas e grupos de mulheres com o Estado

A partir do final de 1970, aconteceram importantes transformações na relação entre Estado e sociedade no Brasil, que consistiu na redemocratização. A década de 80 foi marcada pelo fim do regime ditatorial que teve uma duração de 20 anos e por mudanças nas políticas

²⁸Durante este mesmo período, consolidou-se na academia um campo de estudos de gênero, sob impacto da militância feminista, conforme discutido previamente no capítulo 1 dessa dissertação.

públicas vigentes firmadas ao longo dos anos anteriores. As mudanças no Estado brasileiro, que estão acontecendo desde esse período, tiveram como referência uma agenda da reforma construída por diversos atores e atrizes e que consistia, primordialmente, na descentralização e a participação da sociedade civil na formulação das políticas públicas, não se tratava apenas numa mudança de regime político, mas do Estado em ação (FARAH, 2004).

Essa agenda foi formulada por distintos movimentos sociais, que foram constituídos ao longo da década de 70, visando à democratização do regime e é composta por reivindicações que tratavam, entre outros assuntos, do acesso ao serviço público principalmente nos centros urbanos. Novos atores e atrizes foram incluídos no cenário político e, simultaneamente, a incorporação de novos temas, demandados por esse novo contingente de pessoas, na agenda pública. Já nesse momento, as mulheres estavam de forma expressiva compondo os movimentos sociais urbanos e demandas diferenciadas relativas à particularidade da situação de pobreza vivenciada por mulheres emergiram nas proposições femininas (FARAH, 2004).

A história de formação dos movimentos sociais urbanos na década de 70 é também a história da constituição das mulheres como sujeito coletivo, pois elas ocuparam e atuaram em manifestações públicas dando visibilidade a temas que eram confinados à esfera privada. A constituição das mulheres como sujeito coletivo aconteceu, inicialmente, mediante à mobilização de mulheres pela democratização do regime e de problemáticas que incidiam sobre trabalhador@s urban@s das camadas populares, em torno de questões como salários baixos, a precária infraestrutura urbana, saneamento básico, questões relativas à moradia, transporte e acesso aos serviços públicos, que é uma consequência do modelo capitalista adotado no país. Os movimentos sociais pleiteavam a implantação de equipamentos estatais como creches, escolas públicas e postos de saúde (FARAH, 2004).

A expressiva presença de mulheres nesses movimentos sociais, que se pautavam primordialmente por denunciar as desigualdades de classe, fez com que grupos de mulheres membros apresentassem as suas necessidades específicas associadas à condição feminina: como creche, saúde das mulheres, contracepção, a violência contra as mulheres, desigualdade salarial, entre outros temas. Esses assuntos que emergiram nos movimentos sociais por grupos de mulheres convergiram com a agenda política dos movimentos feministas que tinha como objetivo fundamental “a transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a superar as desigualdades presentes na relação entre homens e mulheres” (FARAH, 2004, p.

51). Dessa forma, a convergência entre a pauta dos movimentos feministas e a definição de temas específicos relativos à condição feminina, elaborada por mulheres nos movimentos sociais urbanos, contribuiu para a incorporação das questões de gênero na agenda governamental, para o estabelecimento de um regime democrático, que visava a superação de qualquer tipo de desigualdade social (FARAH, 2004).

Houve divergências entre os movimentos feministas. Uma parte resistiu à institucionalização de suas temáticas e à incorporação da perspectiva de gênero pela pauta oficial do governo por demandar uma transformação radical nas relações de poder e não concordar que essa transformação advém de uma relação de colaboração entre Estado e movimentos. Então, essa parte refratária à ocupação dos espaços estatais caminhou para a constituição de organizações não-governamentais que desenvolveram programas de gênero em diferentes áreas: saúde, educação, trabalho e geração de renda, entre outros. Entretanto, ganhou força a perspectiva de que as questões apresentadas pelos movimentos deveriam participar dos espaços governamentais e da definição das políticas públicas. Com o tempo, as posições refratárias passaram a interagir com o Estado e também propor ações para as políticas públicas. O espaço governamental, por meio da formulação de políticas públicas, é, atualmente, um espaço privilegiado para promover a superação das desigualdades de gênero no país. Isso decorre da democratização do regime, que deu abertura para instauração de políticas mais inclusivas, mas também da atuação dos movimentos feministas internacionais que reivindicavam a inclusão da perspectiva gênero nas políticas públicas em diferentes conferências²⁹(FARAH, 2004; MIRANDA, 2007).

O que são políticas públicas?

As políticas públicas são ações do poder público orientadas por diretrizes, princípios, regras fundamentais e procedimentos que constroem a realidade (e, simultaneamente, a transformam) e que são derivadas da interação e interlocução entre Estado e sociedade civil (ALMEIDA; BANDEIRA; 2004b).

Para Farah (2004):

Política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Um programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra uma política pública (p.47).

²⁹Entre elas, destaco a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Pequim, 1995). Falarei novamente sobre essa conferência mais a frente.

As políticas públicas refletem - no seu processo de formulação/concretude e, principalmente, em seus resultados - a distribuição de poder político e recursos entre membros da sociedade. Traduzem conflitos sociais em processos de decisão no que tange a repartição de custos e benefícios sociais (SPM, 2012). Essas políticas ocorrem em diferentes áreas da gestão pública, como saúde, educação, moradia, transporte, assistência social, cultura, etc. Essas políticas são ações.

As políticas públicas eram, historicamente, delineadas e executadas por aqueles que detinham o poder: a elite política - constituída por homens brancos, heterossexuais, com alto grau de escolaridade, concentração de renda e domínio social. As experiências de quem estava fora do campo de poder dominante não foram reconhecidas, já que não eram contempladas pelo Estado no seu plano de ação. As mulheres não ocupavam os espaços de deliberação política e a elas não eram dirigidas políticas específicas (ALMEIDA; BANDEIRA; 2004b).

A problematização dessa situação foi promovida por movimentos feministas e grupos de mulheres, que destacaram e ainda realçam o *status* subalterno das mulheres em sociedades de cultura patriarcal, mostrando que não há neutralidade nas ações políticas (com relação a qualquer tema, não só gênero, mas também raça, classe, orientação sexual, etnia, faixa etárias, entre outros) e os seus diferentes impactos sobre a vida de homens e mulheres. As desigualdades presentes na relação entre homens e mulheres são uma preocupação dos movimentos feministas, pois é a hierarquia entre os sexos/gêneros o fundamento dos altos índices de violência contra as mulheres. As representações essencialistas sobre o masculino e o feminino, bem como a naturalização dos papéis sociais de homens e mulheres como algo fixo e imutável, não permitiam a incorporação da perspectiva de gênero nas ações políticas do passado. Foram as críticas feministas às representações sobre o feminino e o masculino, bem como a ênfase nas desigualdades de poder na relação entre homens e mulheres, que possibilitaram a formulação de políticas públicas que contemplassem a perspectiva de gênero. (ALMEIDA; BANDEIRA; 2004b).

As políticas públicas buscam atender as demandas dos setores mais vulneráveis da sociedade, grupos excluídos e marginalizados. As demandas desses grupos são recebidas por pessoas que estão em posição de poder, e ocupando espaços de decisão, e que são respaldadas por uma agenda pública construída em conjunto com a sociedade civil por mobilizações sociais. A elaboração das políticas públicas, dessa forma, se constitui num processo de definição de quem decide, quando, como, quais as consequências e sobre quem incidem os

resultados, e para quem são formuladas diante da averiguação das diferentes demandas e pela pressão das necessidades. Decisões sobre a formulação de políticas públicas estão enquadradas na natureza do sistema político vigente, organização da sociedade civil e da cultura política. É importante frisar que nem sempre políticas governamentais são políticas públicas, pois para serem definidas como públicas é necessário saber quem serão os beneficiári@s, sobre quem incidirá o impacto dos efeitos e se o processo de formulação da política foi colocado à apreciação pública (SPM, 2012).

O que são políticas públicas de gênero (para as mulheres)?

Há uma diferença entre as políticas públicas de gênero e as políticas dirigidas às mulheres. As políticas que se direcionam às mulheres nem sempre fundamentam-se numa perspectiva de gênero. Esta segunda pauta-se nas desigualdades de poder das relações sociais, nos diferentes processos de socialização de homens e mulheres e seus efeitos sobre a relação entre homens e mulher, a nível individual e coletivo. Enquanto as políticas dirigidas às mulheres, mas sem uma perspectiva de gênero, pautam-se em práticas assistencialistas e pontuais a um determinado grupo. Não são políticas que permitem mudanças profundas de processos sociais estruturais e que, ao contrário, reforçam os estereótipos de gênero da cultura patriarcal. Porém, há outras políticas direcionadas às mulheres que se constituem numa estratégia de promoção da igualdade entre homens e mulheres (ALMEIDA; BANDEIRA; 2004b). As políticas públicas com recorte de gênero reconhecem a diversidade e diferença entre homens e mulheres. Mas, por atribuírem valor igual a cada um e ao mesmo tempo reconhecerem necessidades específicas, são criadas estratégias e implementadas ações diferenciadas para as mulheres poderem superar as desigualdades de gênero (FARAH, 2004).

Segundo Farah (2004), se não se pensar as posições diferentes ocupadas pelos atores e atrizes no quadro de relações sociais, ações governamentais que parecem atender as necessidades comuns serão implementadas, mas não contemplarão a diversidade das necessidades diferenciadas das pessoas. Para citar a variedade das distintas necessidades, cita o exemplo de um edifício público construído para tod@s, mas que não possui rampas de acesso ou elevadores. Pessoas com deficiência, ou idos@s, com dificuldade de mobilidade, estarão excluíd@s do acesso. Embora haja a pretensão de que o edifício público é para ser acessado por qualquer um(a), sua estrutura física não contemplou necessidades diferenciadas de grupos de pessoas do corpo social para poder acessá-lo (FARAH, 2004).

Em relação ao recorte de gênero, o processo é análogo, a dificuldade em perceber diferenças entre homens e mulheres que restringem “acessos” (desigualdades) é derivada da nossa falta de familiaridade com a perspectiva de gênero nas ações governamentais e, também, nas nossas ações cotidianas. Para tanto, a autora cita, como exemplo, a política de segurança pública tradicional que não está preparada para atender as necessidades das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, já que o autor das violências é o parceiro íntimo e reside no mesmo domicílio, divergindo de situações em que o agressor é desconhecido e a violência acontece no espaço público. Tanto a atuação da equipe de atendimento como as estratégias de enfrentamento traçadas para prover a segurança das mulheres em situação de violência doméstica e familiar haverão de ser diferenciadas. Caso contrário, estas mulheres permanecerão desprotegidas. O que esse exemplo mostra é que é preciso desenvolver um olhar para perceber se diferentes (homens e mulheres) estão sendo atendid@s em suas demandas, experimentando igualdade de oportunidades para, inclusive, manifestar-se (FARAH, 2004).

Desenvolver a perspectiva de gênero requer investigar como desigualdades específicas manifestam-se no cotidiano das mulheres, seja no espaço público ou na esfera doméstica, na forma de sutis ou ardilosas discriminações que dificultam a inserção no mercado de trabalho, o acesso aos serviços públicos, como incidem na exaustiva execução das tarefas domésticas. Políticas públicas e programas podem exercer um papel importante na redução das desigualdades sociais, podendo contribuir ou não para amenizá-las (FARAH, 2004).

As políticas públicas de gênero são formuladas com base no entendimento de que as instituições estatais contribuem para a construção social e política dos gêneros e, por isso, devem visar a equidade entre homens e mulheres, combatendo as desigualdades. Essas políticas desenvolvem-se em amplo espectro e devem buscar a promoção da qualidade de vida de homens e mulheres por meio do pleno exercício da cidadania. Devem pautar-se numa visão sobre as mulheres como sujeitos autônomos e ativos, desnaturalizando os estereótipos de gênero e os papéis sexuais. Também deve conceber as mulheres em sua diversidade (ALMEIDA; BANDEIRA; 2004b).

Além disso, para a proposição de estratégias de ação, é necessário reconhecer como e onde essas desigualdades se manifestam, quais os impactos gerados, bem como recorrer ao conhecimento acumulado por pessoas envolvidas com a questão (em interlocução com mulheres, a sociedade civil local, equipes profissionais sensibilizadas para a questão de

gênero). A identificação da manifestação concreta das desigualdades de gênero herdadas, sócio-históricas e culturais, favoreceu identificar prioridades de ação, assim definidas na agenda governamental: a) combate à violência de gênero; b) saúde da mulher; c) programas de geração de emprego e renda, capacitação profissional; d) acesso a crédito; d) propriedade; f) eliminação da discriminação no trabalho. É importante não apenas a formulação de políticas públicas com perspectiva de gênero para mulheres beneficiárias, mas que o recorte de gênero seja incorporado em todas as políticas (FARAH, 2004).

Portanto, não basta apenas desenvolver programas dirigidos às mulheres, mas a incorporação da perspectiva de gênero que visa a redução das desigualdades entre homens e mulheres. Podem haver programas que, embora sejam direcionados às mulheres ou que tenham módulos específicos para as mulheres, acabam por reiterar estereótipos de gênero, mantendo a mulher numa posição de subordinação e tutela no espaço público e privado, o que mantém a desigualdade. (FARAH, 2004).

Tratados internacionais e legislação nacional

No Brasil, a crescente incorporação da questão de gênero - nas políticas públicas e programas - na agenda de governo local é derivada de um longo processo histórico e social, fomentado por diferentes atores e atrizes de variadas áreas em âmbito internacional. Não pretendo nessa dissertação realizar uma aprofundada análise sobre isso, pois não é o foco do estudo. Nesse tópico, apresentarei as principais leis internacionais e nacionais que subsidiaram e que induziram a criação de políticas públicas numa perspectiva de gênero, mantendo o foco no enfrentamento à violência contra mulheres, com capilaridade nos governos nacionais, estaduais e municipais.

A **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (DUDH)³⁰ versa sobre os direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, à proteção contra qualquer discriminação que viole a Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação, entre outros direitos. Todos merecem esses direitos sem discriminação de sexo/gênero. O fenômeno da violência de gênero constitui uma violação aos direitos humanos das mulheres, afetando-as em seu direito à saúde, à integridade física e à vida.

³⁰A DUDH foi proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1948.

A Organização das Nações Unidas declarou o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e traçou um plano mundial de ação criado na I Conferência Mundial sobre a Mulher³¹. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, **CEDAW**³² (sigla em inglês - como é referenciada), constitui-se na Carta Magna dos Direitos da Mulher, após um longo processo histórico de esforços de movimentos feministas internacionais para a concepção de tal tratado desde 1975, que versa sobre a discriminação contra as mulheres em distintas searas da vida: saúde, trabalho, família, entre outros. Em seu primeiro artigo é definido:

Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo

A CEDAW é um tratado de direitos humanos e ficou conhecida como a Carta dos Direitos Humanos da Mulher. O texto da convenção define o que é a discriminação contra as mulheres e uma agenda para eliminar e erradicar a discriminação, bem como promover a igualdade entre homens e mulheres. A proibição da discriminação é articulada com políticas compensatórias que visam dar celeridade ao processo de alcance de igualdade por meio da adoção de medidas afirmativas, específicas e de caráter temporário, focadas em amenizar e remediar o padrão discriminatório que prejudica as mulheres. A CEDAW associa medidas punitivas a medidas de discriminação positiva para a promoção da valorização das mulheres.

Em 1994, aconteceu a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, que ficou conhecida como **Convenção de Belém do Pará**³³. É um tratado internacional que reconhece a violência contra a mulher como uma violação dos

³¹Aconteceu na cidade do México. Durante a Conferência, o período de 1975-1985 foi declarado como a "Década da Mulher". Dessa forma, foi criado um espaço institucional para tratar dos impedimentos sobre o desenvolvimento das mulheres. Outras conferências foram realizadas depois disso: II Conferência Mundial sobre a Mulher (Copenhagem, 1980), III Conferência Mundial sobre a Mulher (Nairóbi, 1985). Essas conferências, entre outras, foram importantes para o estabelecimento dos eixos das políticas públicas de diferentes países (MIRANDA, 2007).

³²Foi aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU em 1979, ratificada pelo Brasil em 1984, com reservas. Em 1994, as reservas foram retiradas e o documento foi integralmente ratificado pelo Estado brasileiro. A convenção é o principal instrumento internacional para promover e assegurar a igualdade de gênero e para pôr fim a todo tipo de discriminação cometida, seja pelo Estado, por organizações, empresas ou pessoas. Atualmente, são 186 Estados-parte. Nos países signatários do protocolo facultativo, adotado pela ONU em 1999 e pelo Brasil em 2002, as mulheres que tiverem seus direitos violados e que tenham esgotado os recursos às instâncias em suas nações de origem, podem recorrer ao Comitê CEDAW. O Comitê CEDAW monitora os efeitos da Convenção e garante a sua aplicação entre os signatários. Ele é composto por 23 peritas.

³³A Convenção de Belém do Pará, em 1994, foi adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, sendo ratificada pelo Brasil em 1995. Aponta direitos a serem respeitados e garantidos, deveres dos Estados participantes e define os mecanismos interamericanos de proteção às mulheres.

direitos humanos da mulher e que precisa ser prevenida, punida e erradicada no continente americano. Define a violência contra a mulher no seu primeiro artigo: “Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Define também diferentes formas de violência contra a mulher e os espaços relacionais em que ocorre: em âmbito doméstico, no trabalho, em instituições, inclusive estatais.

Ao especificar os direitos que protege, a Convenção de Belém do Pará destaca o direito de toda mulher a uma vida livre de violência, que compreende o direito a ser livre de todas as formas de discriminação e o direito de ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação. Destaco como medida a ser tomada pelos Estados-parte, em relação ao estabelecimento de programas, expressa no artigo 8º: “(d) Prestar serviços especializados apropriados à mulher sujeita à violência, por intermédio de entidades dos setores público e privado, inclusive abrigos, serviços de orientação familiar, quando for o caso, e atendimento e custódia dos menores afetados”. Dessa forma, os governos devem criar locais e serviços para mulheres em situação de violência que ofereçam atendimento psicológico e de orientação jurídica, também abrigo, caso necessário. Esses locais devem oferecer condições para a mulher superar a violência vivenciada e que possam retornar ao convívio social.

Na IV Conferência Mundial sobre a Mulher³⁴ com o subtítulo “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” inovações conceituais foram produzidas. O legado da conferência consistiu na **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim** que é um guia com orientações para os governos e sociedade sobre os direitos das mulheres, políticas públicas e programas que visam a igualdade entre homens e mulheres e o fim da discriminação. Esse documento inclui a noção de gênero, empoderamento e transversalidade, além de ressaltar que as

³⁴ A Declaração e a Plataforma de Ação é um documento originário da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que aconteceu em Pequim, e foi adotada pelo Brasil em 1995. Foi assinada por 184 países. Com base na Plataforma de Ação de Pequim, legado da IV Conferência, e na atuação dos movimentos feministas nacionais foi definido a agenda de gênero atual e as diretrizes das políticas públicas nas áreas de violência, saúde, geração de emprego e renda, educação, trabalho, infra-estrutura urbana e habitação, questão agrária, incorporação da perspectiva de gênero por toda a política pública (transversalidade), acesso ao poder político (FARAH, 2004).

desigualdades de gênero são uma questão de direitos humanos e não decorrentes de problemas sociais e econômicos.

Sobre as medidas que o governo, também local, deve tomar consta no artigo 125 (a):

estabelecer centros de acolhida e serviços de apoio dotados dos recursos necessários para assistência às meninas e mulheres vítimas da violência, bem como serviços médicos, psicológicos e de orientação e assessoramento jurídicos, a título gratuito ou a custo módico, quando seja necessário, além de assistência apropriada para habilitá-las a encontrar meios de subsistência;

No nível da legislação brasileira, a constituição de 1988 também foi impactada pelos movimentos feministas e de mulheres. Mulheres se mobilizaram para efetuar alterações na nova Constituição e elaboraram um documento com propostas intitulado Carta das Mulheres Brasileiras à Assembleia Constituinte. Essa mobilização ficou conhecida pelo lema: “constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”. Diversas propostas contidas no documento foram incorporadas à Constituição nas diferentes áreas temáticas: saúde, família, trabalho, violência, discriminação, entre outros (FARAH, 2004). A nova Constituição Federal (CF) brasileira, em seu artigo 5º, consagrou a igualdade de todos perante a lei e, explicitamente, no artigo 226, §5º, reconheceu a igualdade entre homens e mulheres na família e, §8º, assegura “a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações”. Dessa forma, o Estado brasileiro declara seu papel no enfrentamento à violência sobre qualquer membro da família, homem ou mulher, adulto ou criança.

Em agosto de 2006, foi instituída a Lei Nº 11.340, que ficou conhecida como Lei Maria da Penha³⁵, com o objetivo de erradicação, coibição, punição e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher com base no artigo 226, §8º, da CF, na CEDAW e na Convenção de Belém do Pará. A Lei dispõe que, a partir de sua promulgação, sejam criados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A lei garante o gozo dos direitos a todas as mulheres independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura e nível educacional, idade e religião.

³⁵ A lei foi intitulada Maria da Penha por alguns movimentos feministas em homenagem a uma mulher que vivenciou violência doméstica durante anos. Houve uma grave omissão das autoridades jurídicas sobre o caso, culminando, em 2011, na condenação do Estado brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Essa é a primeira lei no país que versa sobre violência doméstica e familiar contra as mulheres (GREGORI; DEBERT, 2008).

Outras importantes enunciações da Lei referem-se a classificação dos tipos de violência, a saber: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Dispõe sobre a proibição de penas de cesta básica ou pecuniárias aos autores, cria medidas integradas de prevenção, de assistência e de coibição à violência. A Lei prevê medidas protetivas de urgência para obrigar o autor a se afastar da mulher, por exemplo, e medidas protetivas para a ofendida. Uma delas é o encaminhamento da mulher e dependentes aos programas e serviços de proteção da assistência social. Também prevê a integração institucional da política pública de assistência, envolve todos os entes federados, conforme disposto em seu artigo 8º: “A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais”.

A assistência à mulher em situação de violência conforme artigo 9º da Lei 11.340/2006 será prestada por meio da articulação das diversas políticas públicas de proteção (como o SUS, SUAS³⁶, entre outros). Ainda dentro da concepção de integração dos entes federados para a execução das políticas públicas dentro das respectivas competências, a lei dispõe, no artigo 35º, sobre a criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar, casas-abrigo, delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, centros de educação e reabilitação para agressores.

A agenda de gênero com foco no combate à violência de gênero na passagem do século XXI

Na década de 80 foram criadas as primeiras políticas públicas brasileiras com uma perspectiva de gênero. Os movimentos feministas e de mulheres, nesse momento histórico, contribuíram para a criação do primeiro **Conselho Estadual da Condição Feminina**³⁷ e da primeira **Delegacia de Defesa da Mulher**³⁸ (DDM), em 1985, que, ainda hoje, é a principal política pública de enfrentamento e erradicação da violência (FARAH, 2004; SANTOS;

³⁶Sistema Único da Assistência Social.

³⁷O primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina foi criado, em 1983, na cidade de São Paulo por meio do Decreto n. 20.892. Entre suas atribuições consta promover ações com o objetivo de garantir os direitos da mulher e eliminar formas de discriminação que impeçam a participação das mulheres na vida socioeconômica, política e cultural. O Conselho dos Direitos da Mulher do DF (CDM/DF) foi criado pelo decreto n. 11.036 de 09 de março de 1988.

³⁸A primeira DDM no Brasil (e também no mundo) foi criada na cidade de São Paulo em agosto de 1985 por meio do Decreto n. 23.769 para a investigação, por policiais mulheres, de crimes de estupro e lesão corporal praticados contra mulheres (SANTOS; IZUMINO, 2005). Atualmente, existe apenas uma DEAM no DF e, nas delegacias circunscricionais das demais regiões administrativas, existe a Seção de Atendimento à Mulher – SAM para oferecer atendimento especializado às mulheres.

IZUMINO, 2005). Em 1985, foi criado o Primeiro **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**³⁹ como um órgão do Ministério da Justiça (FARAH, 2004). Articuladas à presença da DEAM, em 1990, foram criadas as **CASA-ABRIGO**⁴⁰ de mulheres (ALMEIDA; BANDEIRA, 2004). Tanto a DEAM quanto as CASA-ABRIGO e os Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher se proliferaram por outros estados no país, há variações na denominação de ambos nos diferentes locais. Foi também a mobilização das mulheres e feministas que originou a instituição do **Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher**⁴¹ (PAISM) em 1993 (ALMEIDA; BANDEIRA, 2004a). Em 1998, foi elaborada Norma Técnica⁴², pelo Ministério da Saúde (MS), para a prevenção e tratamento dos agravos resultantes de violência sexual contra mulheres e adolescentes. Em 2003, foi promulgada a Lei 10.778/03 que trata sobre a Notificação Compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidos nos serviços de saúde, público ou particular.

Destaca-se também a criação de grupos de enfrentamento e atendimento às mulheres em situação de violência – **SOS Corpo**⁴³, pioneiro em Recife (1978). Outros locais como esse foram criados em São Paulo, Campinas e Belo Horizonte na década de 1980. Esses grupos caracterizaram-se por um agir político diante das instâncias públicas, uma forma de politizar as violências contra mulheres, naturalizadas no cotidiano, e como uma forma de demandar do Estado uma resposta (ALMEIDA; BANDEIRA, 2004b). Trata-se da constituição de um local para atendimento psicológico, social e orientação/encaminhamento jurídico às mulheres em

³⁹ O CNDM foi inicialmente criado para promover políticas com o objetivo de acabar com a discriminação contra a mulher e assegurar a igualdade entre homens e mulheres. Entre 1985 e 2010, as atribuições do CNDM foram reformuladas. Em 2013, passou a integrar a estrutura institucional da SPM e é um órgão de caráter consultivo e deliberativo, constituído por representantes da sociedade civil e governo, isso favorece o processo de controle social das políticas públicas para mulheres (SPM, 2004).

⁴⁰ As Casas-Abrigo de mulheres se constituem como espaço de garantia de defesa e proteção de mulheres e meninas vítimas de violência doméstica e sexual. Foram criadas pela Lei n. 434/1993 e regulamentada pelo Decreto n. 22.949/2002. As mães e dependentes abrigadas permanecem na instituição por até noventa dias. Durante esse período, elas têm acesso a acompanhamento psicológico, pedagógico, jurídico e social. Necessidades básicas como alimentação saudável, vestimenta, educação, transporte, educação, lazer e segurança são supridas pelo programa. O encaminhamento para esse serviço é feito pela DEAM.

⁴¹ O PAISM foi um programa lançado pelo governo federal em 1984 e foi a primeira ação em saúde pública para as mulheres. Inicialmente, esse programa estava voltado para a área de ginecologia e obstetrícia, posteriormente, em 1996, foram incorporadas ações estratégicas para as mulheres em situação de violência. As ações em saúde se ampliaram e versam sobre a saúde sexual e reprodutiva, violência sexual contra meninas e mulheres, violência intrafamiliar. O Programa de Atenção à Violência é um serviço da saúde pública e constitui-se na principal porta de entrada de casos de mulheres em situação de violência (ALMEIDA; BANDEIRA, 2004a). No DF, esse programa está em atuação na Secretaria de estado da Saúde do DF.

⁴² Essa Norma Técnica garante o atendimento às mulheres e adolescentes que sofreram violência sexual nos serviços de saúde, com vistas a reduzir os agravos ocasionados por esse tipo de violência (cuidados em saúde, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada).

⁴³ Analisarei detalhadamente essa experiência ao final do capítulo, no tópico que proponho uma discussão sobre os CRAMs.

situação de violência e de realização de oficinas/campanhas para a sensibilização sobre a gravidade da violência de gênero (GREGORI; DEBERT, 2008).

Entre os anos de 1985 e 2002, o principal foco da política de enfrentamento à violência contra as mulheres esteve na criação de DEAMs e de Casas-Abrigo, estando, portanto, na Segurança Pública e na Assistência Social. E esse também era o foco do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher⁴⁴ da Secretaria de Estado de Direitos da Mulher (SEDIM), vinculada ao Ministério da Justiça – MJ, criada em 2002 (SPM, 2011).

Em 2003, foi criada a **Secretaria de Políticas para as Mulheres**⁴⁵ da Presidência da República (SPM/PR) com *status* de ministério. Esse organismo federal é responsável pela elaboração, coordenação e articulação de políticas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres e para o combate da discriminação por meio da valorização da mulher e de sua inclusão cultural, econômica, política e social no país. A SPM considera o enfrentamento à violência contra as mulheres como uma das suas principais linhas de atuação e existe, na estrutura da SPM, um órgão específico que é a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SEV) para tanto. A SEV tem como missão “promover a prevenção e o combate à violência contra as mulheres, o atendimento às mulheres em situação de violência e a garantia de seus direitos” (SPM, 2004).

Em 2003, foi elaborado o programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher – Plano Nacional: Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero : Construindo Políticas Públicas. Nesse Plano, é colocado que o enfrentamento à violência contra as mulheres exige o envolvimento da sociedade em seu conjunto: os três poderes, os movimentos sociais, as comunidades. Esse envolvimento conjunto implica na construção de uma rede intitulada Rede de Cidadania que consiste numa ação comum que reúne recursos públicos e comunitários para prevenir, atender e erradicar a violência doméstica e contra a

⁴⁴Esse foi o primeiro programa federal em resposta ao problema da violência de gênero e doméstica contra as mulheres no país. Foi uma afirmação do compromisso do Estado diante de uma questão pública (ROCHA, 2005).

⁴⁵A SPM assessora a Presidência da República, conjuntamente com demais ministérios, na confecção de políticas para as mulheres. Executa também campanhas educativas em âmbito nacional, projetos e programas com organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados. A atuação da SPM visa contemplar todas as mulheres em sua diversidade: racial, geracional e de orientação sexual, mulheres negras, indígenas, do campo, da floresta e/ou com deficiência. A atuação da SPM se desdobra em três fundamentais frentes de ações: “(a) Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; (b) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e (c) Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade”. A SPM é composta basicamente pelo órgão colegiado - Conselho Nacional de Direitos da Mulher, o Gabinete, a Secretaria-Executiva e três outras Secretarias, entre elas, a Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - SEV.

mulher em nosso país (SPM, 2003). Já nesse programa, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher é citado como um dos serviços da Rede que funcionam como porta de entrada.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres passou a ser construída a partir de 2004 com a realização da **I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM⁴⁶)** que se constituiu no processo de elaboração do **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM⁴⁷)**. Por meio da criação do I PNPM, a SPM passa a desenvolver uma política orientada por princípios e diretrizes nitidamente estabelecidos e em articulação com as outras esferas de poder e com a sociedade.

O I PNPM apresenta, no 4º eixo fundamental - Enfrentamento à Violência, os objetivos:

1. Implantar uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; 2. Garantir o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência; 3. Reduzir os índices de violência contra as mulheres; 4. Garantir o cumprimento dos instrumentos e acordos internacionais e revisar a legislação brasileira de enfrentamento à violência contra as mulheres (SPM, 2005).

O **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM⁴⁸)**, confeccionado durante a **II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM⁴⁹)**, deriva do aperfeiçoamento da implementação e das demandas da sociedade civil. O II PNPM apresenta novos objetivos ao eixo de Enfrentamento à Violência:

Reduzir os índices de violência contra as mulheres por meio da: I. Consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com plena efetivação da Lei Maria da Penha; II. Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; III. Implementação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no que diz respeito às ações referentes ao tráfico de mulheres jovens e meninas (SPM, II PNPM, 2008).

⁴⁶ A I CNPM aconteceu em Brasília em 2004, sob coordenação da SPM e CNDM, e reuniu mulheres de todas as regiões do país. A CNPM é a etapa final de um processo que se inicia com conferências nos municípios e estados. As mulheres participaram ativamente da construção do debate e apresentaram propostas para a confecção do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM, I PNPM, 2005).

⁴⁷ O I PNPM é composto de 199 ações, distribuídas em 26 prioridades, que visam o enfrentamento das desigualdades entre mulheres e homens no país, reconhecendo o papel fundamental do Estado, por meio de políticas públicas, no combate a estas e outras desigualdades sociais. Durante a I CNPM foram estabelecidas diretrizes fixadas em quatro eixos fundamentais e urgentes: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e, enfrentamento à violência contra as mulheres. O PNPM orienta as ações da SPM (SPM, 2005).

⁴⁸ A II CNPM resultou no II PNPM que estabelece 91 metas, 56 prioridades e 394 ações em 11 grandes áreas de atuação. O II PNPM dá continuidade às ações fundamentais para o cumprimento dos objetivos e metas da promoção da igualdade de gênero, levando em conta a necessidade de um tempo de maturação e consolidação. O PNPM se renovou por meio da avaliação sem perder de vista princípios e diretrizes que pautam a Política Nacional para as Mulheres e que orientam seus objetivos.

⁴⁹ A II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), que aconteceu em 2007, reafirma os pressupostos e princípios estabelecidos na I PNPM.

A **III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**⁵⁰ (III CNPM) originou o **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres** (III PNPM) 2013-2015 com maior inserção de temáticas de gênero. A III PNPM consiste numa atualização do II PNPM para os anos de 2013-2015.

A CNPM e, também, a existência do CNDM constituem mecanismos de participação social na formulação da política. A presença dos movimentos feministas e de grupos de mulheres nas primeiras conferências foi fundamental para a construção da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres. A Política Nacional de Violência contra as Mulheres está de acordo com a Lei Maria da Penha, com a CEDAW e a Convenção de Belém do Pará, ratificadas pelo Brasil. Essa política tem como objetivo:

explicitar os fundamentos conceituais e políticos do enfrentamento à questão, que tem orientado a formulação e execução das políticas públicas formuladas e executadas – desde a criação da SPM em janeiro de 2003 – para a prevenção, combate e enfrentamento à violência contra as mulheres, assim como para a assistência às mulheres em situação de violência (SPM, 2011).

O Plano abarca uma noção de violência contra as mulheres que contempla diferentes tipos como: a violência institucional, tráfico de mulheres, exploração sexual de mulheres, entre outras. A Política Nacional utiliza a mesma definição expressa na Convenção de Belém do Pará (1994) anteriormente citada nesse texto. No texto da política, há uma definição de gênero fundamentada na referência e citação integral a Joan Scott (1994). Para definir violência de gênero, o texto da Política Nacional traz uma citação de Saffioti (1987): “é tudo que tira os direitos humanos numa perspectiva de manutenção das desigualdades hierárquicas existentes para garantir obediência, subalternidade de um sexo a outro. Trata-se de forma de dominação permanente e acontece em todas as classes sociais, raças e etnias”.

O conceito de enfrentamento à violência contra a mulher, adotado pela política, refere-se à:

implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões. O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades de gênero e a violência contra as mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência. Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate (SPM, 2011, p.24).

⁵⁰ Aconteceu em 2011.

A noção de enfrentamento não inclui apenas a noção de combate⁵¹, mas também de prevenção⁵², da assistência⁵³ e da garantia de direito das mulheres⁵⁴ que constituem os quatro eixos estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. No que se refere à assistência, a Política Nacional prioriza a ampliação da rede de serviços especializados no atendimento à mulher⁵⁵ (o Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Defensorias da Mulher, Promotorias da Mulher, Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180⁵⁶) e assegurar o atendimento humanizado e qualificado desses serviços. Está sendo desenvolvido pela SPM/PR o programa “Mulher: Viver sem Violência” é uma iniciativa recente da atual gestão do governo federal que consiste num conjunto de ações estratégicas de enfrentamento à violência de gênero com o objetivo de melhorar e tornar mais rápido o atendimento às mulheres. Estarão reunidos num mesmo local, denominado **Casa da Mulher Brasileira**, serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigamento e orientação para trabalho, emprego e renda, em diferentes capitais do país⁵⁷.

O enfrentamento à violência contra as mulheres é considerado um eixo intersetorial e prioritário na área de políticas para as mulheres. Com o estabelecimento da importância desse eixo foi lançado o **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**⁵⁸ em 2007. O Pacto é uma estratégia de articulação e integração entre governo

⁵¹ “Ações punitivas e cumprimento da Lei Maria da Penha” (SPM, 2011, p. 26)

⁵² “Ações educativas e culturais que interfiram nos padrões sexistas” (SPM, 2011, p. 26)

⁵³ “Fortalecimento da Rede de Atendimento e capacitação de agentes públicos” (SPM, 2011, p. 26)

⁵⁴ “Cumprimento da legislação nacional/internacional e iniciativas para o empoderamento das mulheres” (SPM, 2011, p. 26)

⁵⁵ A **Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher** é assim definida: “...diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência” (SPM, 2011, p.13). Já a **Rede de Atendimento à Mulher**: “...faz referência ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento. Assim, é possível afirmar que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência é parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres” (SPM, 2011, p. 14).

⁵⁶ O **Ligue 180**, Lei n.10.714/13, é um serviço de utilidade pública que presta atendimento às mulheres em situação de violência 24h por dia, durante todos os dias da semana. Durante a ligação as mulheres recebem informações e orientações sobre o que é a violência de gênero, nas mais variadas formas, e sobre os serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência da localidade em que se encontram para buscar a garantia de seus direitos. A Central também acolhe denúncias de tráfico de seres humano.

⁵⁷ Esse programa também possui um ônibus para levar esses serviços para as mulheres do campo e da floresta.

⁵⁸ É através do Pacto Nacional que a SPM, ao firmar os convênios com os estados e com os municípios, repassa recursos para que os organismos de Mulheres (Secretarias ou Coordenadorias da Mulher) desenvolverem as ações que irão consolidar a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o Pacto Nacional. Nesse sentido, uma novidade importante, no âmbito da Política Nacional, é o incentivo à formação de redes compostas por todos os serviços que atendem à mulher em situação de violência, de modo a oferecer-lhe

federal, estadual e municipal na concretização e descentralização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres por meio de um acordo federativo que se fundamenta numa perspectiva transversal e intersetorial de gênero e na capilaridade das ações sobre esse tema. A transversalidade diz respeito às diversas políticas públicas setoriais (saúde, educação, trabalho, entre outros); a intersetorialidade, a diferentes organismos e gestor@s (ministérios, secretarias, coordenação, entre outros); a capilaridade, a uma maior articulação entre políticas nacionais e locais.

A SPM tem sido responsável pela publicação de diferentes manuais, como por exemplo: Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em Situação de Violência; Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta; Norma Técnica do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência; Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; Diretrizes para Implementação dos Serviços da Rede de Atendimento; entre outros. Após um breve mapeamento da rede de enfrentamento e de atendimento local do DF, focarei no detalhamento do CRAM, segundo a Norma Técnica elaborada pela SPM.

Políticas públicas de enfrentamento à violência contra as Mulheres no DF

A população do DF é de 2.570.160 e a população feminina é de 1.341.280 (IBGE, Censo 2010).

Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do DF

Órgãos de informação, Orientação e Políticas Públicas⁵⁹.

A **Secretaria de Estado da Mulher** do Governo do Distrito Federal foi instituída na atual gestão governamental por meio do Decreto n. 32.716, de 1º de janeiro de 2011. Antes da criação do órgão, as políticas para mulheres eram contempladas institucionalmente sob o

um atendimento integral, que leve em conta os aspectos jurídico, psicológico e social. A ação governamental, portanto, avança para uma atuação mais ampla, que contempla: o apoio a serviços especializados; a capacitação de agentes públicos para a prevenção e atendimento; a criação de normas e padrões de atendimento; o incentivo à constituição de redes de serviços; e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de Segurança Pública. Após 4 anos de Pacto, foi necessário uma releitura e uma avaliação com olhar sobre as 27 unidades da Federação pactuadas. Novos eixos foram estruturados: 1. Garantia de aplicabilidade da Lei Maria da Penha; 2. Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; 3. Garantia de segurança cidadã e acesso à justiça; 4. Garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; 5. Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos (SPM, 2011). A repactuação no DF foi assinada em 2012.

⁵⁹Essa categoria inclui órgãos responsáveis pela formulação, execução e controle de políticas públicas para as mulheres e serviços de orientação e informação às mulheres em situação de violência (SPM, 2011).

organograma da Secretaria de Estado da Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUS), na forma de uma Subsecretaria de Assuntos da Mulher. A concepção da SEM/DF é resultado de demanda apresentada por movimentos feministas, de mulheres, entre outros movimentos sociais locais, em debate com os gestores da política nesse território. A SEM/DF, como explica texto extraído do site institucional:

trabalha com a missão de defender e ampliar os direitos da mulher, por meio da formulação, implementação e integração de políticas públicas, na perspectiva da emancipação e transformação social. Sua visão de trabalho é ser reconhecida como órgão formulador e efetivador de uma política de Estado para a mulher

Existe na estrutura da SEM/DF, uma Subsecretaria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (SEBSEAM) e é responsável pelos programas Casa Abrigo, Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica, Roda de Conversa⁶⁰ e Disque Direitos Humanos da Mulher (156, opção 6).

O **Disque Direitos Humanos da Mulher** é um serviço também criado na atual gestão governamental do GDF que presta informações e orientações às mulheres sobre a Lei Maria da Penha e rede de atendimento as mulheres em situação de violência no DF.

O **Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal** (CDM-DF) foi criado por meio do Decreto n. 11.036 em 1988⁶¹ e está vinculado a SEM/DF.

Órgãos de fiscalização de atuação funcional

Também existe na SEM uma **Ouvidoria**⁶².

Organizações não governamentais feministas e de mulheres⁶³

Existem diversas **entidades da sociedade civil** no DF que atuam na defesa dos direitos das mulheres destacam-se: o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e a Associação de Mulheres Empreendedoras (AME). Também existe na cidade o escritório das

⁶⁰O Programa tem como objetivo reunir as mulheres do DF para conversar sobre variados assuntos e para apresentá-las os serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

⁶¹Existem mais dois conselhos importante no DF: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; o Conselho Nacional das Mulheres Indígenas (CONAMI).

⁶²A Ouvidoria é um espaço para a organização da comunicação entre o cidadão e o Governo, que garante a participação popular, a transparência e auxilia na eficiência da prestação dos serviços públicos. Também existe a Ouvidoria da SPM/PR.

⁶³Representam a sociedade civil organizada no apoio à rede de atendimento as mulheres. Em geral, exercem papel mobilizador, reivindicativo, informativo e educativo.

Nações Unidas para a Mulher - ONU Mulheres – Entidade de representação das Nações Unidas para Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres.

Programas/Serviços de responsabilização dos agressores

Existe dez unidades do **Programa Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica** (NAFAVDs/SEM⁶⁴) que atendem aos homens e seus familiares em situação de violência doméstica em distintas regiões administrativas.

Rede de atendimento à Mulher

Os serviços não-especializados⁶⁵: **CRAS, CREAS** e uma **unidade de abrigo para mulheres** em situação de rua⁶⁶; os serviços especializados⁶⁷: **DEAM⁶⁸, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher⁶⁹, Promotorias Especializadas⁷⁰, Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM) na Defensoria Pública, Seção Especializada no Atendimento à Mulher do Instituto Médico Legal, Casa-Abrigo, Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência – (Pró-Vítima)⁷¹, Núcleo de Estudos e Programas para os Acidentes e Violências (NEPAV)⁷² e o Centro de Referência de Atendimento à Mulher.**

⁶⁴ Criados em 2003 no Distrito Federal e funcionam por meio de um acordo de cooperação técnica assinada entre a SEM-DF e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Esses serviços estão localizados em dependências do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. As mulheres vítimas e os autores das violências são atendidos por psicólogos, assistentes sociais e pedagog@s. O acompanhamento é o fortalecimento das vítimas e a responsabilização dos autores sobre as violências cometidas por meio de uma escuta qualificada (AGUIAR, 2008)

⁶⁵ Serviços não-especializados de atendimento à mulher (ou seja, que não atendem exclusivamente as mulheres) e que, em geral, constituem portas-de-entrada para a mulher na rede de atendimento – realizando o encaminhamento aos serviços especializados (SPM, 2011)

⁶⁶ Existem CRAS e CREAS no DF e uma casa de abrigo para mulheres em situação de rua, chamada Casa Flor, no DF e estão sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST/DF) que atendem às mulheres em situação de violência.

⁶⁷ Serviços que atendem exclusivamente a mulheres e que possuem *expertise* no tema da violência contra as mulheres (SPM, 2011, p.15).

⁶⁸ Existe uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), localizada na região central de Brasília. Além disso, cada uma das delegacias circunscricionais existentes no DF possui uma Seção de Atendimento à Mulher (SEAM).

⁶⁹ Há juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher no DF.

⁷⁰ Há Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público.

⁷¹ Existem dois Núcleos no DF da Subsecretaria de Proteção às Vítimas de Violência, da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania que visam à defesa dos direitos humanos das vítimas de violência, que dispõem de equipe multidisciplinar para atender à busca espontânea, aos registros de ocorrência policial e aos encaminhamentos feitos pelo Poder Judiciário. .

⁷² São serviços de atenção à saúde das mulheres em situação de violência doméstica e sexual. Nesse programa, também são atendidas crianças, adolescentes, idosos, entre outras pessoas, em situação de violência, não é um programa exclusivo para mulheres. Existe o Abortamento-legal apenas em uma unidade, na região central de Brasília.

Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs) em Situação de Violência e a experiência do SOS-MULHER

Os CRAMs são serviços que compõem a rede de atendimento à mulher e são inspirados na experiência dos SOS. É importante mencionar que há variações para a denominação desse tipo de serviço em território nacional e que algumas unidades ainda permanecem com o nome de SOS (SILVEIRA, 2003). No DF, a nomenclatura utilizada é a mesma empregada pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência e de outros documentos elaborados pela SPM que citam o serviço.

Os SOS foram uma prática inédita sobre o tema da violência contra as mulheres e constituíram um marco no atendimento direto as mulheres em situação de violência e serviu de referência para a criação de outros serviços dessa natureza. O serviço foi gestado na década de 70 em reuniões de movimentos feministas de diferentes localidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Campinas (SP), que estavam na época focadas em denunciar a gravidade e magnitude do problema da violência contra as mulheres e a vulnerabilidade das mulheres que sofrem violência (SILVEIRA, 2003).

A inauguração do primeiro SOS em 1980 foi acelerada devido a repercussão nacional de alguns casos de homicídios de mulheres por companheiros e após denúncias de outros assassinatos de mulheres ao movimento. Não houve tempo para as ativistas feministas pensarem sobre como seria o atendimento oferecido e, em São Paulo, a primeira unidade foi inaugurada brevemente numa sede provisória durante um ato público no Teatro Municipal de São Paulo para manifestar contra os feminicídios que causaram a comoção popular (SILVEIRA, 2003).

O serviço foi inaugurado precocemente e ofertado de maneira precária somente com o empenho das militantes, sem suporte e apoio. Não haviam serviços especializados no atendimento à mulher na época. A perspectiva feminista para o atendimento das mulheres, realizado na época, pautava-se na compreensão de que a vivência da agressão era um momento oportuno para que a mulher se conscientizasse da condição de opressão feminina e o quanto as reivindicações feministas lhe são próprias, produzindo a saída da solidão e a percepção de que não se trata de uma experiência individual, solidarizando-se com o movimento feminista (SILVEIRA, 2003).

Os SOS enfrentaram dificuldades que culminaram no seu fechamento devido ao isolamento da instituição, falta de estrutura, ausência de apoio e aos conflitantes interesses das

ativistas feministas e das mulheres que buscavam o serviço. As mulheres buscavam o serviço devido à falta de emprego, moradia, creche, alimentação e não era o foco o processo reflexivo e de conscientização aspirado pelo movimento. Não foram realizadas discussões mais profundas pelo movimento para superar essas contradições e dar respostas satisfatórias às mulheres que buscavam o serviço (SILVEIRA, 2003).

As mulheres não buscavam o serviço para serem convertidas ao feminismo e o contexto cultural das mulheres era muito diverso, com diferentes noções de família, papéis sexuais, sexualidade, divisão das tarefas domésticas, trabalho, etc., o que problematizou a visão de uniformidade e igualdade das mulheres. A aspiração de cumplicidade e solidariedade entre mulheres foi problematizado nas situações de abrigo em que houve conflitos entre as usuárias do serviço. Apesar do esfacelamento do serviço, essa experiência deixou legados importantes, como a necessidade de humanização no atendimento pelas instituições policiais (SILVEIRA, 2003).

OS CRAMs expressam-se como um espaço de expressão das mulheres, de uma primeira manifestação, de escuta qualificada por uma equipe multidisciplinar e de saída do isolamento. Essas primeiras iniciativas revelaram dificuldades que ainda não foram transpostas pelos CRAMs, que foram baseados nesse modelo de atendimento. Algumas dificuldades identificadas no SOS: a experiência das mulheres em situação de violência com parceiros íntimos são marcadas pela ambiguidade; a necessidade de responder as demandas de vaga em creche, ausência de emprego, acesso a moradia para possibilitar a autonomia da mulher⁷³; garantir celeridade no judiciário para a defesa dos direitos das mulheres; e o impacto sobre a saúde mental dos profissionais que atendem as mulheres, sendo necessário viabilizar formas de cuidado (SILVEIRA, 2003).

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher, conforme a norma técnica de padronização⁷⁴ (SPM, 2006), é um espaço de acolhimento e atendimento social, psicológico e de orientação/encaminhamento jurídico a mulheres em situação de violência, ocorrida por sua condição de ser mulher, com o objetivo de superar a situação de violência vivenciada pela mulher. O acompanhamento realizado no CRAM visa o fortalecimento e o resgate da cidadania da mulher.

⁷³ Isso implica demandar políticas públicas intersetoriais que reconheçam que a vivência da violência é uma situação de vulnerabilidade social

⁷⁴ Elaborada pela SPM, é um documento que fornece diretrizes, atribuições e padrões gerais para a execução do programa.

O CRAM serve como porta de entrada especializada aos serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência e outros equipamentos do Estado de enfrentamento à violência contra a mulher. Também é um local estratégico da política pública de enfrentamento à violência contra as mulheres. Exerce o papel de articuladores entre organizações governamentais e não-governamentais que integram à rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, por conta da violência de gênero (SPM, 2006).

A Norma preconiza que o objetivo primordial da intervenção realizada pelo CRAM é cessar a situação de violência vivenciada pela mulher, respeitando sua autonomia pra fazer escolhas e tomar decisões referentes ao próprio caso, no entanto promovendo meios de fortalecimento da atendida pra esse processo de interrupção da violência. Também é estabelecido no documento que o CRAM deve se focar na prevenção de futuros atos de agressão e que as ações de intervenção do CRAM devem considerar as necessidades de cada mulher e circunstâncias econômicas, culturais, étnica, orientação sexual, idade e religião, entre outras. Outra indicação é sobre a função social do serviço que deve colaborar pra eliminação de preconceitos e atitudes que favorecem a prática de violência contra as mulheres.

Vale ressaltar que, apesar da função estratégica do serviço na rede de atendimento, somente na segunda parte da década de 90, os CRAMs passam a ser valorizados. Antes disso o foco das políticas e o investimento era nas DEAMs e nas Casas-Abrigo. Somente no ano de 2003, no Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher pela SPM, que os CRAMs são contemplados na política nacional. Esse espaço ainda não possui o mesmo prestígio que a DEAM. Entretanto, algumas mulheres que buscam o serviço desejam orientação para tomada de soluções ou vislumbram uma saída da circunstância de violência sem acessar a polícia. O aparelho emerge como uma solução alternativa à DEAM (SILVEIRA, 2003).

Silveira (2003) analisa o trabalho no CRAM:

O trabalho no centro permite à mulher recuperar a história de violência e posicionar-se em relação a ela, inclusive reconhecendo seus limites para lidar com a situação. Os centros têm, entre seus objetivos, a discussão da construção social do papel das mulheres e da construção da subalternidade; e a recuperação da cidadania, autoestima e confiança nas próprias percepções e decisões. Um importante diferencial é que o processo de ambiguidade é acolhido e enfrentado, enquanto um plano de saída da dinâmica violenta pode ser desenhado. A aposta é no *desejo* da mulher, seja ele qual for e no

tempo que for possível e necessário. A ênfase é “no processo” de superação da relação violenta, o que não necessariamente significa a separação conjugal (p.64).

Silveira (2003) analisa que a atuação dos CRAMs é limitada pela falta de políticas públicas articuladas que respondam de forma efetiva às demandas apresentadas pelas mulheres e, por isso, se restringe a ser um espaço de escuta e orientação. Esse mesmo tipo de problema já havia sido evidenciado nos atendimentos prestados pelos SOS, que serviram de modelo à implantação desse tipo de serviço. Dessa forma, assim como nas entidades feministas de atendimento, muitas situações que chegam ao serviço são resolvidas de forma improvisada e circunstancial. Uma parte das mulheres frequentadoras do serviço pertence às camadas populares e as demandas das mulheres se cruzam em dois eixos de exclusão gênero e raça, e, também, classe. Depois de um período de acompanhamento, as mulheres já conseguem ter clareza da situação e das estratégias necessárias para a superação da violência, entretanto a falta de recursos se transforma em obstáculos objetivos, além do medo e insegurança.

Dessa forma, é necessário a priorização da inclusão das mulheres em programas da Assistência Social já que a violência vulnerabiliza toda a família. Entretanto, não há uma política definida e o encaminhamento é feito caso a caso, o que desgasta a atendida e as profissionais. A fragilidade da rede, em especial dos serviços de segurança e judicial, dificultam a finalização dos casos, a proteção das mulheres e a defesa de seus direitos (SILVEIRA, 2003). A avaliação da literatura é corroborada por sua própria experiência nos serviços.

O Centro de Referência de Atendimento às Mulheres é um programa que pauta-se numa perspectiva de gênero, compreendendo que o padrão dominante nas identidades de gênero de adult@s concretiza-se pela desigualdade na relação entre homens e mulheres e numa situação de subordinação das mulheres, tanto na esfera pública como privada. Nesse programa, mulheres são o público beneficiário, o foco específico de ação e é dada uma atenção diferenciada. O programa incorpora a perspectiva de gênero, entendida como uma orientação para a redução das desigualdades entre homens e mulheres.

Foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Centros de Referência e Atendimento em 2005. Na época, reuniram-se quarenta serviços dos cinquenta contabilizados (menos de 1% dos municípios brasileiros dispunham desse serviço) pela SPM/PR. Esse encontro fomentou debates sobre o papel dos CRAMs, a metodologia de atendimento, a articulação

com a rede, entre outros temas. No DF, esse serviço passou a existir apenas em 2011 e contava com uma precária estrutura até agosto de 2012.

Sobre a metodologia de atendimento numa abordagem multidisciplinar

Segundo a Norma Técnica (2005), o CRAM tem como uma das suas diretrizes a abordagem multidisciplinar que consiste em: atendimento que atenda as demandas singulares; profissionais de diferentes especialidades atendem de forma articulada, mantendo-se as tensões das formações de origem, entretanto sem confusão de papeis; as intervenções ocorrem de maneira quase concomitante, não se trata de um sucessão de relações e procedimentos, mas de esforços empreendidos de forma sinérgica. A equipe multidisciplinar do CRAM deve ser composta por: 1 coordenador(a), 2 secretários(as), 2 assistentes sociais, 2 psicólogos(as), 1 advogado(a), 2 educadores(as), 1 ajudante-geral e 1 segurança. Os atendimentos social, psicológico ou jurídico podem ser individuais ou em grupo.

A norma recomenda que o atendimento aconteça em quatro fases: 1ª FASE - Acolhimento e Informações Gerais (recepção das mulheres pela equipe administrativa) pelos ; 2ª FASE - Orientação à mulher em situação de violência – Diagnóstico Inicial e Encaminhamento (atendimento inicial individual promovido por uma dupla de profissionais, preferencialmente psicólogo e assistente social) ; 3ª FASE - Diagnóstico Aprofundado e Atendimento (consiste no atendimento social, psicológico e jurídico de acordo com a demanda apresentada pela mulher) e 4ª FASE - Monitoramento do Atendimento e Encerramento do Atendimento (desligamento da mulher após a verificação de que a situação de violência foi superada).

Sobre o atendimento psicológico a norma preconiza que:

Consiste no atendimento realizado por profissional de Psicologia, com o objetivo de promover o resgate da autoestima da mulher e a resiliência da mulher atendida, de forma a tratar possíveis sintomas de depressão e ansiedade crônica; promover paradigmas que possibilitem à mulher em situação de violência internalizar o conceito de que a violência é inaceitável e insustentável em qualquer tipo de relacionamento, por mais que possa ser frequente no padrão do tecido social em que ela está inserida; facilitar à mulher atendida a aquisição de técnicas de controle que lhe forneça instrumentos para assumir o controle da situação, saindo do papel de vítima passiva da violência doméstica e no trabalho, e de técnicas e estratégias de proteção e segurança pessoal. Técnicas de relaxamento e controle do estresse, de resolução de conflitos e de assertividade devem integrar o atendimento psicológico. É importante ressaltar, no entanto, que o atendimento não deve promover sessões de mediação entre a mulher atendida e o(a) agressor(a) em situações de violência doméstica. A mediação familiar é inadequada na situação de violência doméstica, uma vez que a mulher agredida e o agressor estão em papéis desiguais no que se refere ao exercício de poder pessoal (SPM, 2006, p.37).

Vale frisar que a Norma Técnica trata-se de um documento elaborado pela SPM que fornece regras, diretrizes, orientações e características do serviço e do atendimento, entretanto seu cumprimento não é obrigatório. No próximo capítulo, versarei sobre as particularidades do serviço em estudo delineadas a partir da minha observação participante e das entrevistas com os diferentes atores e atrizes em interação nesse contexto.

Capítulo 4

Os objetivos da pesquisa e o método etnográfico

Neste capítulo, o intuito é apresentar minhas perspectivas metodológicas de investigação e o cenário da pesquisa.

Metodologia de pesquisa

Antes de falar sobre o método empregado, realizarei uma reflexão epistemológica sobre a pesquisa qualitativa para situar minha perspectiva de investigação. A classificação da pesquisa como qualitativa não se refere apenas a uma questão instrumental, a uma forma de colher e inserir dados nas análises. A definição de uma pesquisa como qualitativa trata, portanto, dos processos envolvidos na produção do conhecimento, de qual é a concepção epistemológica que fundamenta o ato (forma) de pensar e gerar compreensão sobre um fenômeno (GONZÁLEZ REY, 2005).

González Rey (2005) propõe a expressão Epistemologia Qualitativa para demarcar a aceção do qualitativo não apenas como uma variação de método, mas um tipo de entendimento sobre a forma de realizar pesquisa e produzir conhecimento diferente daquele subjacente às metodologias hegemônicas. Esclarece que a terminologia parece redundante, pois o termo epistemologia já inclui a dimensão qualitativa dos processos de construção do conhecimento. Apesar disso, preserva a expressão para marcar explicitamente esse momento de reflexão e ruptura com as concepções clássicas (frequentemente instrumentalistas) sobre a pesquisa em psicologia.

O método institui as etapas da pesquisa, mas não consiste num protocolo de procedimento operacional apenas. As concepções constituintes do método caracterizam a pesquisa como qualitativa ou quantitativa. Mais importante do que o formato do procedimento, é a relação estabelecida com o fenômeno estudado, o tratamento dispensado às informações. Essa constatação resgata a participação da pesquisadora como uma atriz posicionada, sujeito do pensamento, num campo de discussões epistemológicas, para aplicação do método de produção do conhecimento.

A ênfase no método é substituída pela autoria dos sujeitos que compõem o cenário de pesquisa. A produção de conhecimento não se reduz à aplicação do método, ou de

determinados instrumentos. As investigações psicológicas com human@s incluem a interação entre pesquisadora e pesquisad@ como uma dimensão fundamental do processo de construção do conhecimento. Desconstruindo dessa maneira a crença no método como uma forma de apropriação neutra e linear da realidade.

Sobre esse aspecto González Rey (2005) afirma: “*Sem implicação subjetiva do sujeito pesquisado, a informação produzida no curso do estudo perde significação e, portanto, objetividade, no sentido mais amplo da palavra*” (p. 28). O autor concebe o momento da pesquisa como um processo dialógico que inclui tanto a pesquisadora quanto @s participantes como sujeitos do processo. É por meio do diálogo e da constituição de um espaço de interlocução que se gera inteligibilidade sobre o estudado. Esse entendimento é compatível com o argumento de Bizerril (2004), específico para etnografia, sobre o “vínculo etnográfico” – definido como relação de confiança, cooperação e reciprocidade - como condição para a prática de pesquisa.

Em um contexto em que perguntas abertas são formuladas e @ entrevistad@ pode falar livremente sobre o assunto, o vínculo entre pesquisadora e participante acontece de forma diferente. Essa relação compõe parte das análises, o que é dito expressa a natureza do vínculo, bem como o posicionamento de ambos em um universo cultural. A conversação pode gerar reflexões tanto para a pesquisadora como também pra @ pesquisad@. Nesse tipo de entrevista, a pessoa compartilha suas experiências de forma mais ativa, escolhe sobre o que quer falar e participa dos rumos da entrevista. O vínculo entre pesquisadora e pesquisad@ também é considerado um aspecto fundamental da prática da etnografia e esse tema será retomado novamente nesse texto.

Na Epistemologia Qualitativa, a pesquisadora inclui em suas análises o papel e a riqueza da observação participante durante o cotidiano de interação da pesquisadora e pesquisadas, bem como das pessoas pesquisadas entre si. A pesquisa não consiste somente na realização das entrevistas. A dimensão da interação informal cotidiana é rica tanto para a Epistemologia Qualitativa quanto para a Etnografia.

De acordo com González Rey (2005), o desenvolvimento da Epistemologia Qualitativa deveu-se a necessidade de aplicação de uma metodologia de pesquisa adequada ao estudo da subjetividade sob um enfoque histórico-cultural. Os questionamentos, do autor, ao conceito de personalidade elaborado pelas teorias tradicionais originou uma crítica às formas de construção de conhecimento dessas teorias e culminou na proposta de uma Epistemologia

Qualitativa. Esclarece que a proposta não tem a intenção de instituir um novo paradigma, como um referencial metodológico, pois isso implicaria numa padronização de técnicas de pesquisa que não esgotam as reflexões epistemológicas.

Segundo González Rey (2005), a epistemologia qualitativa não consiste no método de pesquisa empregado, mas numa compreensão sobre o conhecimento que o caracteriza como de natureza processual, dinâmica, aberta, em desenvolvimento. Portanto, não se configura como um entendimento rígido. As teorias ganham legitimidade quando geram inteligibilidade sobre o estudado. O autor denomina esse processo como criação de zonas de sentido. Durante a investigação, o processo de tornar o que é estudado inteligível, abre um campo de significação pra produção de conhecimento e novas possibilidades de ação sobre a realidade do sujeito pesquisado ou sob a forma de formulações teóricas.

Há três princípios fundamentais que, para o autor, descrevem a Epistemologia Qualitativa. O primeiro é que o conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa. No momento da pesquisa, é necessário atribuir sentido às ações do participante, que são acessadas pela pesquisadora de forma indireta e implícita. O conhecimento não é uma soma de fatos constatados no momento empírico. Os esquemas interpretativos feitos pela pesquisadora baseia-se em indicadores durante a pesquisa, não fazem sentido descolados deste contexto. A interpretação não consiste na criação de categorias universais. A teoria é uma ferramenta pra a pesquisadora compreender o contexto, no entanto, com o cuidado de não reificar elementos novos numa estrutura prévia. O segundo princípio destacado é o caráter interativo do processo de produção do conhecimento. O terceiro é a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento. A singularidade se constitui como uma forma única e diferenciada de constituição subjetiva num contexto histórico-cultural. Nessa perspectiva, o foco do estudo é qualidade de expressão do sujeito e não a recorrência em outros sujeitos. Dessa forma, o número de sujeitos a serem estudados é definido segundo um critério qualitativo de acordo com os rumos da pesquisa. O estudo de caso de um sujeito pode produzir um conhecimento significativo sem a necessidade de verificação de recorrência em outras pessoas.

Na pesquisa, assumirei o posicionamento da Epistemologia Qualitativa e utilizarei o método etnográfico. A etnografia é considerada o principal método de pesquisa qualitativa da antropologia. O termo etnografia foi conservado para o estudo dos diferentes grupos sociais, perdendo sua característica original de fazer referência a pesquisa de campo somente de grupos étnicos (BIZERRIL, 2004). A etnografia é uma importante tradição de pesquisa

qualitativa na antropologia e vem sendo também praticada por profissionais de outras disciplinas como sociologia, história, psicologia social, educação, saúde coletiva, estudos culturais, etc.

A execução da etnografia acontece por meio do trabalho de campo, que consiste fundamentalmente na observação participante⁷⁵, registrada em um diário de campo⁷⁶ elaborado durante o período de pesquisa de campo, mas não exatamente durante os momentos de observação participante. O cerne do trabalho de campo consiste no convívio prolongado e cotidiano entre pesquisadora e pesquisad@s com objetivo de conhecer a cultura estudada. A frequência de contato e a criação de um elo de confiança são fundamentais pra prática da etnografia. @ etnógraf@ também necessita dominar a língua nativa e conhecer às teorias relevantes à sua pesquisa (BIZERRIL, 2004).

A interação entre pesquisadora e participantes determina o curso da investigação. Desafios (típicos de uma situação que não se pode prever e calcular) emergem do convívio com as pessoas em seus contextos de vida. Assim como novas possibilidades de investigação também se abrem nessa convivência imprevisível. O treinamento teórico d@ etnógraf@ (por meio da apropriação das principais teorias e leitura de outras etnografias) são importantes pra prepará-lo para as surpresas e dilemas do campo. Cada campo tem sua dinâmica própria e a pesquisa versa sobre os diferentes encontros intersubjetivos entre pesquisadora e pesquisad@, momentos em que se configuram as condições de uma interpretação. A formação acadêmica direciona como deve ser o trabalho de campo, mas a subjetividade da pesquisadora participa de sua execução dando rumos singulares ao processo. Da mesma forma, é a pesquisadora que escolhe (até certo ponto) o que vai observar, ouvir e registrar (CAIXETA, 2003).

Há uma multiplicidade de definições para a etnografia que se fundamentam em diferentes concepções de cultura. De acordo com a antropologia interpretativa norte-americana, a etnografia era conceitualizada como uma tradução cultural, ou melhor, como uma “descrição densa” (GEERTZ, 1989). A etnografia é definida por Bizerril (2004) como “uma modalidade intersubjetiva de conhecimento, caracterizada pela co-autoria, partilhada entre etnógrafo e nativo. As relações humanas são elemento fundamental para a viabilidade da pesquisa de campo e para a compreensão da alteridade” (p. 153).

⁷⁵Consiste na presença assídua da pesquisadora no campo, no convívio freqüente com as diferentes pessoas que integram o campo, na participação em diversas atividades que acontecem no contexto pesquisado e fora dele, mas relacionados aquele universo.

⁷⁶Notas que incluem tanto as impressões dos encontros com @s participantes, bem como narrativas das experiências de campo, e apontamentos de caráter mais analítico acerca do observado.

A etnografia consiste numa estratégia de pesquisa que busca apreender formas culturais, sem negligenciar seu aspecto dinâmico, concebendo a amplitude dessa realidade em transformação. Sobre isso, Barth (2000) afirma que a narrativa etnográfica deve ser confeccionada com base numa interpretação crítica da percepção que @s nativ@s⁷⁷ tem de suas motivações, conceitos e significados. A escrita etnográfica não consiste apenas na apresentação do ponto de vista dos diferentes atores/atrizes posicionados, os resultados são construídos numa negociação intersubjetiva entre pesquisadora e pesquisad@, sem sobrepor-se à visão nativa. Cabe à pesquisadora estabelecer articulações e reconhecer a pluralidade da realidade vivida mediante pontos de vista específicos.

O presente estudo pretende oferecer um espaço de interlocução entre antropologia e a psicologia social. A etnografia, método tradicional da antropologia, compartilha com as metodologias qualitativas da psicologia social os pressupostos de que não há neutralidade na pesquisa; a importância do vínculo que consiste na implicação subjetiva d@ pesquisadora e d@s participantes da pesquisa em que amb@s estão engajad@s na produção de conhecimento para o desenvolvimento da investigação. Isto se evidencia nas situações de interação e diálogo, particularmente no uso de instrumentos como as entrevistas abertas, cuja qualidade depende do interesse e engajamento d@ entrevistad@. As diferenças entre os métodos qualitativos da psicologia social e a etnografia são, fundamentalmente, que a primeira pode prescindir de conviver cotidianamente com o grupo social pesquisado e é possível realizar intervenções clínicas durante o atendimento. A etnografia não é, em princípio, interventiva e necessita do estreitamento de laços entre o grupo estudado e pesquisadora por meio do convívio com o grupo por um tempo longo.

A pesquisa pretende contribuir com uma reflexão que possa contribuir para a superação da dicotomia entre sujeito e social, ainda presente em algumas correntes de pensamento na psicologia social. Para isto, resgatei no capítulo 2 dessa dissertação alguns aspectos da discussão antropológica acerca dos conceitos de cultura e sociedade e da interlocução entre esta discussão e as reflexões de González Rey (2004) que tematizam a indissociabilidade entre sujeito e social.

⁷⁷O termo nativ@ é aqui utilizado não para descrever membros de grupos étnicos exóticos, como na época pioneira da antropologia, mas sim para designar quaisquer atores/atrizes sociais que sejam membros plenos do grupo pesquisado por meio do método etnográfico.

Questões éticas da pesquisa

A pesquisa foi realizada com o conhecimento e anuência da gerente do CRAM que assinou um termo de anuência. Foram realizadas entrevistas abertas com 3 mulheres acompanhadas na unidade. As entrevistas foram gravadas em áudio com autorização da mulher e depois transcritas para análise. Cada participante foi informada dos objetivos da pesquisa, condições de sua participação e assinou um termo de consentimento livre e esclarecido. As mulheres entrevistadas serão identificadas nessa dissertação por nomes fictícios. Procurei manter o cuidado com as mulheres entrevistadas, o compromisso em atendê-las como funcionária do serviço e o respeito por suas subjetividades.

Sobre o início da pesquisa

Inicialmente, o objetivo da pesquisa parecia demasiadamente amplo e antes de começar a pesquisa de campo, eu não sabia exatamente no que focar minhas análises. A sensação era de não saber exatamente o que iria acontecer, primeiramente, deveria somente ir a campo, conviver e conversar com diferentes atores e atrizes, observar o cotidiano na unidade, anotar minhas reflexões sobre a minha experiência, abrir-me para escutar as pessoas sem rotular o que estava sendo dito em esquemas interpretativos previamente formulados. A pesquisa foi se concretizando e tomando rumos de acordo com meus encontros com o campo, por meio da interação com colegas e mulheres, das trocas, de cursar as disciplinas, do intercâmbio com o orientador.

Como já apontado pela literatura antropológica sobre a pesquisa etnográfica, realizar a pesquisa em um ambiente altamente familiar, cujas situações parecem óbvias, demanda a ocupação de uma nova posição nesse contexto. Em um primeiro momento, me senti como mais uma participante da minha própria pesquisa, sabia descrever facilmente o que é o serviço, o que fazemos na unidade, quem atendemos, como é a rotina, como é o atendimento. Parecia que eu não iria encontrar dificuldade, a sensação que tinha era a de que a observação participante já estava realizada, bastava descrever o que para mim era certo e evidente.

Com o passar do tempo, deparei-me com uma atuação diferente no serviço. Eu não era mais apenas a profissional, gradualmente desenvolvi uma postura mais analítica, mais curiosa sobre detalhes que passavam despercebidos e aprendi nuances do cotidiano, do fazer

automatizado ao qual o olhar da profissional não estava atento e ainda não tinha reparado. Esse foi um processo interessante e transformador da minha experiência no serviço.

Eu não apenas me dirigia todos os dias ao trabalho e prestava o atendimento as mulheres. Passei a não somente fazer, atender, mas a examinar, a dar vazão às inquietações, a indagar: por que existia um serviço daquela natureza, por que atendemos somente mulheres, quem pensou o serviço dessa forma? Qual o percurso percorrido para o estado atual da situação no serviço? Como o atendimento interdisciplinar tomou a forma presente? Eu achava que as entrevistas com as mulheres seria o mais importante, o ponto de definição dos caminhos da pesquisa; o atendimento e a problemática das mulheres já fazia parte das minhas preocupações. Então, a fase que parecia mais fácil e menos importante da pesquisa foi o que se mostrou mais surpreendente e reveladora para mim: a observação de campo. À medida que, para a realização desse estudo sobre o meu próprio cotidiano profissional, lançava um olhar desnaturalizante – conforme minha perspectiva metodológica de investigação, de caráter etnográfico – sobre o corriqueiro, sobre meu próprio atendimento, sobre minhas próprias relações com colegas, sobre minhas dificuldade como profissional, sobre os desafios cotidianos institucionais, sobre minhas inquietações relacionadas ao exercício da profissão de psicóloga nesse espaço, e estranhava a banalidade dos procedimentos, muitas perguntas surgiram. Concomitante a isso, cursar as disciplinas Metodologia de Pesquisa, Cultura Subjetividade e Identidade: Perspectivas Interdisciplinares e Sociologia do Gênero e da Raça, a leitura da bibliografia de referência, a participação no grupo de pesquisa, somados as reflexões sobre a pesquisa de campo registradas no diário de campo, com as reflexões das aulas e das orientações constituíram o curso da pesquisa e a produção de conhecimento que está registrado nesse texto – a dissertação – a etapa final de todo o processo.

A observação participante incluiu a análise das atas de reunião de equipe, das sinopses qualitativas⁷⁸ e quantitativa⁷⁹, o exame de documentos diversos sobre o serviço ou sobre os

⁷⁸Documento confeccionando mensalmente por cada profissional da unidade e entregue a gerência que consta uma análise qualitativa da produtividade quantitativa de atendimentos, a realização de atividades diversas que não são contempladas na sinopse quantitativa, com uma explicação minuciosa sobre essas atividades, além de análise das dificuldades de operacionalização dos processos de trabalho, exame das demandas apresentadas pelas mulheres. Nesse documento, @s servidor@s explicitam sua percepção sobre o trabalho realizado naquele mês. A sinopse qualitativa é uma forma de abranger a totalidade do acompanhamento que não consiste apenas em atendimento presencial, mas em contatos institucionais (via e-mail, telefone, fax), visitas institucionais, confecção de relatórios para diferentes órgãos e organizações da rede, contatos com a família, visita domiciliar, orientação telefônica, participação em eventos, seminários, congressos, capacitação seja para aperfeiçoar o próprio conhecimento ou para participar como palestrante.

⁷⁹Nesse documento são contabilizados o número de atendimentos individuais presenciais, de atendimentos em grupo, de pastas ativas, de orientações telefônicas, entre outros por área durante o mês. Além de contabilizar a

atendimentos⁸⁰ nas pastas das mulheres⁸¹, minhas anotações sobre o cotidiano na unidade⁸² e sobre observações dos atendimentos, sobre conversas com @s diferentes profissionais⁸³ acerca de suas percepções sobre o trabalho⁸⁴ e a entrevista com as mulheres atendidas. Durante a observação de campo confeccionei um diário de campo com anotações sobre minhas análises, reflexões e percepções.

A realização da pesquisa na unidade propiciou conversas com @s profissionais que fizeram emergir reflexões conjuntas, análises diversas e avaliações sobre os processos de trabalho. Foi estimulada uma discussão sobre com qual conceito de “violência de gênero”⁸⁵ e “mulheres” trabalhamos, o que é o atendimento interdisciplinar⁸⁶, no que consiste o atendimento psicossocial ou uma abordagem psicossocial, como desenvolver uma perspectiva de gênero (que visa a redução das desigualdades de gênero) nos atendimentos e nos diferentes projetos da unidade, como produzir o fortalecimento das mulheres nos atendimentos de diferentes áreas (e por diferentes profissionais), no que consiste o atendimento psicológico nesse tipo de serviço, qual a concepção ética-política que embasa nossas escolhas teórico-metodológicas, entre outros.

A busca por informações estatísticas sobre os dados sociológicos das mulheres atendidas (escolaridade, raça, estado civil, religião, entre outros) oportunizou uma reflexão sobre o modo de registro desses elementos no cadastro, no formulário de acolhimento e na

quantidade de mulheres que ingressaram no serviço e os casos encerrados no mês. Trata-se de um registro da produtividade em números.

⁸⁰Esse material está conservado no arquivo da unidade ou armazenados nos computadores, como, por exemplo, o caderno com informações sobre a data de abertura e encerramento das pastas das atendidas, o registro em programa do excel dos dados sociológicos das mulheres atendidas para fins estatísticos guardados virtualmente⁸⁰, relatórios sobre atividades realizadas fora da unidade.

⁸¹ Acesso ao cadastro, formulário de acolhimento, evoluções d@s profissionais sobre o atendimento realizado.

⁸² Rotinas administrativas, fluxograma de atendimento, interação entre os diferentes profissionais, entre outros.

⁸³ Tod@sfuncionári@s, inclusive @s vigilantes, a funcionária da limpeza, a gerente.

⁸⁴ O atendimento às mulheres, interação da equipe, o trabalho interdisciplinar, sobre o que é um atendimento numa perspectiva de gênero, qual o entendimento sobre um atendimento numa abordagem psicossocial, entre outros.

⁸⁵A capacitação realizada em 2013 para @s profissionais que atuam no programa CRAM contribuiu para a reflexão em equipe sobre o que é a violência de gênero, para a politização do atendimento e fomentou o debate entre @s diferentes profissionais sobre diversos temas que foram tratados ao longo das aulas, também a consulta a bibliografia recomendada por professoras do curso.

⁸⁶Tod@s @s especialistas lotados no CRAM fizeram concurso público para atuar em outras áreas (na medida socioeducativa que na época era gerida pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos e Cidadania – SEJUS/DF ou no Sistema Único da Assistência Social implantado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST). O CRAM é o programa mais recente da SEM/DF e a unidade da 102 foi a última inaugurada. Há especialistas que após a nomeação receberam sua primeira lotação no programa CRAM e outr@s especialistas já atuaram no programa NFAVD ou CASA-ABRIGO antes.

planilha do excel e a contabilização de novas categorias⁸⁷ para fins estatísticos. A busca pelos dados sociológicos sobre as atendidas contribuiu para estimular o tratamento das informações alimentadas na planilha como uma forma de conhecer as características da nossa clientela e elaborar estratégias de intervenção apropriadas. A busca por informações sobre a história de concepção do programa e de inauguração das duas unidades no DF na versão oficial do governo também suscitou uma reflexão sobre a criação de um acervo histórico sobre a unidade.

Apesar de não terem sido realizadas entrevistas gravadas em áudio e um exame minucioso sobre a percepção d@s profissionais sobre o trabalho, conversar com distintos @s especialistas foi de fundamental importância para o desenvolvimento de minhas análises nesse estudo. A interação cotidiana informal foi incluída como fonte de informação. A pesquisa incluiu o diálogo da pesquisadora com diferentes atores e atrizes nesse cenário social. E também a interlocução com profissionais de outros serviços da rede de atendimento e da rede de enfrentamento. A interlocução com profissionais foi uma dimensão fundamental do processo de produção desse estudo.

A pesquisa aconteceu por meio da minha imersão simultânea nesse espaço como profissional e pesquisadora, o que deu uma qualidade diferente ao estudo. Trabalho no programa há dois anos e meio. É importante ressaltar que o fato de que faço parte da equipe, participo da rotina da unidade, da construção do dia-a-dia, de que componho esse cenário como uma de suas atrizes, propiciou acessar aspectos do cotidiano que somente a frequência assídua e o tipo de vínculo como parceira de trabalho torna viável. Esse é um aspecto relevante para/sobre as minhas análises, no que esse fato pode colaborar ou impossibilitar. O vínculo com @s participantes da pesquisa e minha interação com o contexto pesquisado não ocorreu somente por meio do estudo, há uma história prévia de relação com as mulheres e inserção como profissional do serviço.

Ao mesmo tempo, a realização da pesquisa de campo introduziu-me em um novo papel na unidade, possibilitou lançar um novo olhar sobre o serviço, incrementado por novas leituras da literatura feminista sobre gênero e violência de gênero e sob uma perspectiva desnaturalizante sobre o cotidiano na unidade, sobre as rotinas administrativas, o fluxograma de atendimento, as relações entre profissionais, o atendimento prestado. Isso me levou a

⁸⁷ Orientação sexual, o tipo de violência se é doméstica e familiar, por exemplo, ambas informações são registrados no formulário de acolhimento que é inserido na pasta da mulher.

interagir com colegas de trabalho de uma forma não habitual, instigando-os a falar sobre suas percepções sobre o trabalho de maneira diferente da que estava acostumada. Emergiu um tipo de diálogo novo nessa relação de colegas e profissionais do serviço. Não costumava, antes da confecção da pesquisa, conversar com colegas sobre alguns temas acerca dos quais o ingresso no mestrado, a leitura da bibliografia de referência da dissertação e a pesquisa de campo na unidade me fizeram parar para refletir. Desempenhar um novo papel na unidade e a perspectiva desenvolvida como pesquisadora por meio da etnografia fomentou conversas entre mim e as pessoas de meu contexto de trabalho que ainda não tinham acontecido antes da pesquisa, propondo reflexões outrora não pensadas, uma nova forma de interação aconteceu motivada por questões concernentes à pesquisa. O processo de pesquisa, além de sua função ou valor acadêmicos, fomentou transformações e reflexões no espaço social pesquisado.

Também com as mulheres entrevistadas ocorreu uma nova forma de interação, agora como pesquisadora. Não se tratou mais de uma conversa com objetivos explícitos de intervir sobre a situação de violência apresentada. Senti a necessidade de quebrar o protocolo de procedimento do atendimento e desenvolver um outro tipo de escuta. Não se trata de uma dicotomia entre ser profissional e ser pesquisadora do serviço. Entretanto, percebo que ao atuar nesse ambiente também como pesquisadora (em decorrência do ingresso no mestrado e da escolha pela etnografia) realizei novas atividades no serviço, como a leitura das atas e outros documentos com outro tipo de atenção, numa nova perspectiva, decorrente do processo de investigação. E o mesmo aconteceu na relação com as mulheres. A condução das entrevistas não aconteceu como o acolhimento ou os atendimentos continuados. O momento da entrevista não consistiu em ouvir o relato com a finalidade primordial de promover uma escuta mobilizadora para cessar a situação de violência imediata da forma tradicional do acolhimento⁸⁸ ou dos atendimentos continuados (que envolve um monitoramento da situação).

Também não poderia deixar de citar as reflexões e anotações realizadas no diário de campo durante o Curso de Capacitação para Formação da Equipe Técnica dos CRAM's da SEM-DF⁸⁹. A ocorrência do curso promoveu um intercâmbio entre profissionais lotad@s em diferentes unidades e programas (CRAM e Casa-Abrigo), bem como o contato e o diálogo

⁸⁸O acolhimento inclui uma avaliação dos riscos envolvidos na situação, elaboração do plano de segurança da mulher, informar a mulher sobre os diferentes programas e seus direitos, proceder com encaminhamentos para a rede de serviços.

⁸⁹ Curso promovido numa parceria entre SEM/PR, SEM/DF e o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher – NEPEM da Universidade de Brasília – UNB no segundo semestre de 2013.

entre as professoras universitárias (com notório saber na área que ministraram a capacitação) e profissionais do atendimento. A observação participante foi realizada em diferentes contextos que envolvem o trabalho, não se restringiu apenas ao espaço físico e geográfico da unidade ou ao convívio entre profissionais da mesma unidade. Foi importante observar a interação d@s profissionais no contexto da capacitação e as trocas nessa ocasião entre profissionais de outros programas de atenção às mulheres em situação de violência que também estavam presentes no curso (Casa-Abrigo e CRAM de Goiás). As anotações sobre minhas observações foram fundamentais para a construção de reflexões e análises.

Investigando o cotidiano: da especialização e natureza do serviço, mulheres atendidas

Há duas unidades no Distrito Federal. Há uma unidade funcionando temporariamente numa sala de um prédio administrativo do governo no SIA, enquanto acontece a reforma do espaço original – no prédio da antiga rodoferroviária. A equipe dessa unidade é composta por 2 técnico@s administrativ@s, 2 agentes sociais, 1 bacharel em Direito.

E a outra unidade, inaugurada no DF em dezembro de 2010⁹⁰, e que recebeu o nome de Ieda Santos Delgado durante cerimônia de inauguração da nova instalação na estação 102 sul do metrô e comemoração do sexto aniversário da Lei Maria da Penha em 2012. O espaço recebeu esse nome em homenagem à advogada e militante pelos direitos das mulheres Ieda Santos Delgado (1945-1964)⁹¹. A equipe do CRAM Ieda Santos Delgado é composta por 1 gerente, 1 assessora da gerente, 2 técnico@s administrativ@s, 2 agentes sociais, 3 assistentes sociais⁹², 1 bacharel em Direito, 7 psicólog@s^{93,94}, 4 vigilantes e 1 funcionário da limpeza. No segundo semestre de 2013, chegaram nov@s psicólog@s e 1 assistente social à unidade. Há a presença de estagiári@s na unidade, conforme a disposição pessoal d@s profissionais para serem preceptor(a) d@s alun@s, a depender também de convênio firmado pela SEM/DF com

⁹⁰Não há informações oficiais (no site institucional ou um acervo histórico da SEM) sobre a criação do programa e inauguração da primeira unidade (também não consegui achar notícias na imprensa). Essa informação foi prestada por colegas que estão há mais tempo na SEM e que acompanharam o processo de inauguração.

⁹¹Carioca, afrodescendente, foi presa em São Paulo, em 11 de abril de 1974. Ela é uma das pessoas incluídas na lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/1995. Essas informações estão contidas num cartaz afixado no local. Profissionais e atendidas não participaram do processo de escolha do nome da unidade.

⁹²Uma assistente social está lotada temporariamente nessa unidade enquanto aguarda inauguração de mais um CRAM na região administrativa Ceilândia.

⁹³É interessante mencionar que há dois psicólogos homens na unidade. Já houve um período que a chefia priorizava a lotação de mulheres na unidade. Quando um atendimento é agendado com especialista homem, a mulher pode manifestar sua preferência por ser atendida por outra mulher. Os dois colegas homens lotados na unidade são profissionais com experiência no trabalho com violência doméstica e familiar, trabalharam no programa NAFVD anteriormente e relatam não haver dificuldades na condução dos casos no CRAM.

⁹⁴Dois psicólog@s estão lotados temporariamente nessa unidade enquanto aguardam a inauguração de mais um CRAM na região administrativa Ceilândia.

as universidades e faculdades. No segundo semestre de 2013, havia na unidade duas estagiárias de serviço social e duas estagiárias de psicologia.

Ambas as unidades recebem pessoas de todo o DF, pois ainda não foi definido um território de abrangência por estabelecimento. As duas unidades que existem no DF funcionam em horário ininterrupto de 7h às 19h. As equipes de ambas as unidades se revezam para trabalhar no “Ônibus da Mulher”⁹⁵.

A configuração do espaço também faz parte da descrição do campo. O espaço da unidade Ieda Delgado, onde ocorreu a pesquisa, contém a recepção, brinquedoteca, sala d@s técnic@s administrativ@s e agentes sociais, duas salas de atendimento individual, auditório, sala d@s especialistas, sala de arquivo, sala da gerência, copa e banheiro. Com a chegada de nov@s especialistas (picólog@s e assistente social) à unidade, em reunião de equipe, optou-se por transformar uma das salas de atendimento em uma sala para tod@s @s especialistas. Essa sala é um local para @s profissionais se acomodarem enquanto não estiverem em atendimento, para evoluir sobre o atendimento na pasta social da mulher, realizar ligações, fazer consultas e/ou escrever documentos no computador. Na antiga configuração, havia três salas de atendimento divididas por área, então, era uma sala de atendimento para especialistas do direito, uma sala de atendimento para especialistas da psicologia e uma sala de atendimento para especialistas do serviço social. A nova organização do espaço que consiste na transformação de uma das salas de atendimento em uma estação de trabalho para tod@s especilialistas possibilitou maior interação entre especialistas. Essa sala funciona como uma estação de trabalho, em que profissionais conversam sobre os casos e atendimentos, trocam informações, socializam.

O desenvolvimento da interdisciplinaridade no serviço promoveu uma forma de organização da pasta da mulher que contém cadastro⁹⁶, folha de evolução do administrativo sobre o agendamento dos atendimentos, formulário de acolhimento que pode ser preenchido por qualquer especialista durante atendimento inicial, folha de evolução psicossocial e um formulário para o atendimento continuado do Direito. Antigamente, havia uma folha de evolução para a Psicologia, uma folha de evolução para o Serviço Social e uma folha de

⁹⁵Unidade móvel que atende mulheres em situação de violência nas áreas rurais. O ônibus oferece atendimento psicológico, social, jurídico e também são distribuídas cartilhas da Lei Maria da Penha. As unidades móveis são disponibilizadas de acordo com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e compõe o programa Mulher, Viver sem Violência do governo federal. O DF recebeu dois ônibus da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). A gestão de logística e itinerário dos ônibus, assim como dos serviços de atendimento, são de responsabilidade da Secretaria da Mulher do DF.

⁹⁶Preenchido pelo técnico administrativo ou agente social.

evolução para o Direito. Em reunião recente, optou-se por realizar uma única folha de evolução psicossocial em que profissionais de diferentes áreas escrevem seguindo a data do último atendimento. Unir as evoluções das três áreas numa única folha facilitou o acesso à informação de profissionais de outras áreas sobre o caso e de integrar a perspectiva de outras áreas à minha percepção sobre a mulher atendida. Observo que a criação de uma sala que promove a interação entre profissionais, do formulário de acolhimento que integra informações das três áreas e que pode ser preenchido por qualquer especialista foram transformações operacionalizadas pelo desenvolvimento de uma perspectiva interdisciplinar na unidade.

Também é interessante citar mais um exemplo de minha experiência pessoal no serviço sobre os processos de trabalho. No início, eu não compreendia a necessidade de questionar a mulher informações como, por exemplo, dados sócio-econômicos relativos a moradia e situação profissional para preencher o formulário de acolhimento e não me sentia à vontade para preenchê-lo com a mulher. O formulário consiste numa entrevista diretiva que inclui indagar a mulher, inclusive, sobre seu rendimento. No começo, as profissionais do Direito não utilizavam o formulário do acolhimento, pois achavam que ali continham perguntas sobre a mulher que a sua área não precisava obter aquelas informações. Hoje há um consenso entre diferentes profissionais que o formulário de acolhimento deve ser preenchido por qualquer especialista durante atendimento inicial. O acolhimento levanta informações sobre a situação da mulher e ajuda na avaliação de riscos. Antigamente, não havia no formulário informações sobre a judicialização do caso e, atualmente, foi criada uma seção sobre esse tema.

No serviço, é ofertado atendimento social, psicológico e orientação/encaminhamento jurídico a mulheres em situação de violência de gênero. A unidade atende mulheres, travestis e mulheres trans adultas em situação de violência de gênero que buscam espontaneamente o serviço ou são encaminhadas pela Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, destacando a Central de Atendimento - Disque 180⁹⁷ e o Disque 156 – opção 6⁹⁸. Existem diferentes formas de violência contra a mulher, algumas delas tipificadas no ordenamento jurídico, como a violência doméstica e familiar, assédio moral e sexual, tráfico de pessoas, estupro. Outras formas de violência sem uma regulamentação jurídica como a lesbofobia, transfobia, violência contra as profissionais do sexo, entre outras manifestações. A

⁹⁷A explicação desse serviço consta no capítulo 3.

⁹⁸A explicação desse serviço consta no capítulo 3.

violência pode ser esporádica ou de repetição, cometida por desconhecido ou vivenciada num contexto de uma relação de afeto e/ou trabalho. O serviço também recebe pessoas que buscam informação e orientação não para si, mas para outras.

A unidade virou uma referência para os “assuntos da mulher”. Chegam variadas situações e, durante atendimento inicial, verifica-se qual a necessidade da mulher, se a demanda apresentada deve ser acompanhada no serviço, como vai ser o acompanhamento na unidade e caso haja necessidade as pessoas são encaminhadas à outros serviços. Qualquer mulher que chegar a unidade será recepcionada pel@ agente social ou técnic@ administrativ@ e poderá ser acolhida pel@s especialistas se assim desejar.

Para ilustrar, menciono duas experiências pessoais de atendimento como profissional da unidade sobre a diversidade de demandas que recebemos no serviço. Recebi para acolhimento uma mulher que queria informações sobre como proceder após a leitura de uma história em quadrinhos para crianças que, na sua avaliação, reificava a posição da mulher como dona de casa, mãe e submissa ao marido. A mulher gostaria de reivindicar sobre a posição do feminino na história. Outra mulher buscou a unidade após assistir um noticiário da TV que exibiu uma reportagem de um homem que entrou e urinou no vagão feminino⁹⁹ do metrô. A segunda mulher apresentou-se como uma cidadã que quer informações sobre qual órgão deveria buscar para manifestar e registrar sua indignação e repúdio a esse tipo de acontecimento. Ambas as mulheres, foram acolhidas e o atendimento consistiu numa construção de uma proposta interventiva aos órgãos apropriados, essas mulheres não continuaram em acompanhamento no serviço, mas foram ouvidas e receberam os encaminhamentos necessários. Nesses casos supracitados, o serviço pareceu um local apropriado e seguro para buscar informações sobre como agir em relação a situações de discriminação e violência contra às mulheres, um espaço social que se busca para falar sobre situações de desigualdade entre gêneros e pleitear melhoras para mulheres.

Observo que, com frequência, algumas pessoas buscam o serviço não somente para receber atendimento social, psicológico ou orientação jurídica, mas porque o local oferece um atendimento especializado para mulheres numa perspectiva de gênero e “um olhar sensível” para a situação das mulheres. Nos exemplos relatados acima, as mulheres não buscaram o serviço para conversar especificamente com uma psicóloga, assistente social ou bacharel em

⁹⁹No DF, há alguns vagões do metrô reservados para mulher e deficientes em horários de grande movimentação de passageir@s.

direito, não se tratava de um atendimento especializado nessas áreas, mas gostariam de dialogar com profissionais que parecem dar atenção às questões de desigualdade de gênero e que podem tomar providências sobre a situação das mulheres.

Também há casos que o inverso acontece, as mulheres procuram o serviço em busca de advogad@, de psicólog@ ou de um assistente social. Chegam na unidade mulheres em busca de psicoterapia, de laudo psicológico para diversos fins, de atendimento psicológico por conta de sua situação de saúde mental, também em busca de advogado para as diversas matérias, ou de assistente social para a obtenção de benefícios de transferência de renda. É interessante observar a especificidade do trabalho d@s profissionais de diferentes áreas no contexto do atendimento prestado no serviço. No CRAM, @ profissional do direito não exerce a advocacia, @ especialista em serviço social não realiza o mesmo trabalho que o assistente social que atua na Assistência Social (no Sistema Único da Assistência Social – SUAS) e @ especialista em psicologia não realiza a psicoterapia ou psicodiagnóstico. O atendimento realizado pelas diferentes áreas visa o fortalecimento da mulher com o objetivo primordial de cessar a situação de violência.

Cito um exemplo da complexidade das demandas apresentadas ao CRAM, que vivenciei como profissional da unidade: recebi uma mulher que chegou ao acolhimento em busca de psicólog@ para escrever um laudo psicológico sobre a filha a pedido do advogado do homem acusado de cometer as violências contra a filha – que é tio da vítima - com a finalidade de comprovar que a filha é deficiente mental. Segundo o relato da mulher atendida, o irmão estava preso, é um homem honesto, ajudava nos cuidados da filha e o encarceramento do irmão causou sofrimento na família. A denúncia realizada sobre a violência contra a filha foi feita por uma sobrinha que não seria confiável.

Esse caso exemplifica a necessidade do acolhimento interdisciplinar, mesmo nos casos em que a demanda pareça ser dirigida a um profissional de uma área. Na análise das demandas derivadas de situações de violência de gênero, concomitantemente aparece a necessidade de intervenção de diferentes áreas. Há a necessidade d@s diferentes especialistas terem um olhar informado sobre as questões de gênero para a compreensão e leitura da situação apresentada pelas mulheres, de desenvolver uma perspectiva de gênero nos atendimentos que não legitime a violência, que não contribua para a sua manutenção, que não justifique sua incidência, que não revitalize a mulher, que busque sua prevenção e o fortalecimento das mulheres para o enfrentamento da situação. No caso relatado, foi explicado

a mulher que no CRAM não realizamos avaliação psicológica, entretanto o atendimento inicial não consistiu em apenas informar isso a mulher e encaminhá-la ao serviço apropriado.

Um atuação profissional centrada no indivíduo ou na individualidade sem atenção a dimensão coletiva e política de quem é beneficiária do serviço e da própria prática produz uma compreensão sobre a circunstância relatada pela mulher descontextualizada. Sob a perspectiva de gênero das desigualdades de poder nas relações entre os gêneros é necessário fazer uma avaliação do contexto social e cultural que a mulher está inserida e sobre o pedido formulado por laudo psicológico. Um atendimento que visa o fortalecimento da mulher inclui conversar com ela sobre o que está acontecendo na família, aprofundar no pedido apresentado, ter mais detalhes da história, compreender porque coloca a fala da sobrinha sob suspeita, explicar o que é o laudo psicológico, conversar sobre a situação da filha, além de obter informações sobre a situação socioeconômica da mulher e da filha, conhecer sua situação profissional, de moradia, de saúde, quem é a rede social delas. Tudo isto proporciona uma reflexão mais abrangente sobre a circunstância inicialmente trazida, com um olhar atento a situação das mulheres nessa história, permitindo identificar se há situações de violência contra mãe e filha, se elas estão desprotegidas. O atendimento conjuntamente com a profissional do direito foi interessante nesse caso, pois propiciou uma explicação sobre a realização o boletim de ocorrência, uma explicação sobre como é a apuração dos fatos na delegacia, sobre o que constitui prova para a justiça, uma explicação sobre a tramitação jurídica do caso, sobre a violência sexual, entre outros. O CRAM é apresentado como um espaço para a mulher tirar suas dúvidas e conversar sobre o assunto num local protegido, em que o sigilo será mantido. Em situações como estas, é explicado que não compomos o sistema judicial e nem a segurança pública (polícia) e que ela pode nos procurar sempre que precisar e continuar sendo acompanhada pela equipe.

Também já recebi na unidade uma mulher que queria saber informações sobre como proceder após o seu Passe Livre¹⁰⁰ ter sido bloqueado e uma mulher que estava com problemas no condomínio, suspeitava de que o síndico desviava verbas. A primeira chegou a unidade para conversar com uma assistente social e a segunda para obter orientação jurídica. Ambas as mulheres foram recebidas, o momento do acolhimento se trata de conhecer melhor a história e aprofundar na problemática, averiguar se há uma situação de violência de gênero, dar informações. Em ambos os casos, pareceu que as mulheres buscaram a unidade porque o

¹⁰⁰ Benefício criado pelo governo federal para deficientes físico, mental, auditivo, visual, entre outros que dá acesso a transporte público gratuito.

espaço lhes pareceu seguro para buscar orientações sobre a própria problemática vivenciada, para obter orientações sobre como proceder, entretanto não verificamos uma situação de violência de gênero. Explicamos o que é o serviço, que o espaço atende mulheres, mas que a demanda apresentada não estava relacionada a uma vivência de violência de gênero. A característica do serviço de atender somente mulheres e a ambientação oferecida atrai algumas mulheres que buscam suporte para a resolução de seus conflitos nos mais variados temas e âmbitos da vida. O espaço se apresenta como um local de segurança, protetor das mulheres e muitas buscam a unidade porque são mulheres e não pela natureza do serviço ofertado.

Também recebi uma mulher que estava vivenciando uma dificuldade relacionada a sua sexualidade e buscou a unidade para receber atendimento psicológico. O atendimento visou compreender a demanda, qual a dificuldade, em saber um pouco da relação da mulher com o parceiro, explicar o que é o serviço, nossas especificidade de atendimento e realizar o encaminhamento para local apropriado. As situações são ambíguas e o atendimento consiste em se aprofundar na demanda da mulher e junto com ela compreender se ela apresenta uma demanda a ser acompanhada pelo serviço, levando em conta o que é a violência de gênero conforme pautado pela Política Nacional e literatura acadêmica sobre o tema.

Na minha experiência como profissional, já recebi variados casos de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ¹⁰¹; de violência sexual perpetrada por desconhecidos; de violência contra profissional do sexo; de assédio sexual no trabalho; mulher em situação de rua e vivenciando violência com parceiro íntimo; de mulher que vivenciou violência de gênero em instituições públicas; de adolescentes em situação de violência doméstica e familiar e violência sexual por desconhecido; violência contra mulheres lésbicas; mulheres que vivenciaram violência de gênero pelo pastor/padre; mulher que vivenciou violência na comunidade religiosa que faz parte; idosas; empregadas domésticas; mulheres surdas; cuidadoras de idosos, violência contra a mulher negra, cigana. Já recebi (seja em atendimento presencial ou orientação telefônica) profissionais da educação e saúde, vizinh@s, familiares, amig@s de mulheres em situação de violência que buscaram o serviço para obter informação de como proceder em relação a circunstância vivenciada pela pessoa conhecida. Já recebi psicólog@s de outros serviços ou psicólog@s de consultório particular

¹⁰¹Com múltiplas configurações, envolvendo diferentes familiares.

que acompanham mulheres em situação de violência e gostariam de conversar sobre o caso. Esses são alguns exemplos para dar um panorama do que tem chegado a unidade.

Uma outra situação que experienciei no serviço foi o telefonema que recebi de uma psicóloga do trabalho pedindo orientações, pois identificou uma situação de violência de gênero vivenciada por uma mulher da equipe (constituída majoritariamente por homens) que trabalha na área fim da empresa. A empregada executava uma tarefa considerada “tipicamente” masculina com bom desempenho e havia somente duas mulheres num total de mais ou menos 200 funcionários homens na unidade. A empregada não quis ser atendida no serviço. Posteriormente, a pedido da psicóloga da empresa que entrou em contato com o serviço, foi realizada uma palestra pela equipe do CRAM sobre violência contra as mulheres para os funcionários homens da empresa. Já aconteceram outras palestras para homens em outras instituições.

Também me recordo de uma mulher que ficou abalada emocionalmente após a audiência, pois se sentiu desqualificada pelo promotor quando ele afirmou que ela não precisava se preocupar, pois arrumaria outro companheiro e que mulher mais velha costuma experimentar carência e “correr atrás de homem mais novo”. Segundo relato dessa mulher, o ex-companheiro é mais jovem e o promotor que atuou no caso agiu preconceituosamente. Ela se sentiu subjugada e buscou o serviço, pois gostaria de saber como proceder em relação a conduta do promotor. Há vários relatos de mulheres que vivenciaram situações adversas com policiais e no sistema de justiça. O trabalho no CRAM incluiu o fortalecimento da mulher para o enfrentamento das adversidades no sistema judicial compreendendo a dinâmica cultural constituída por um sistema de gênero hierárquico para produzir compreensão sobre as situações relatadas pelas mulheres nas diversas instituições.

Outra situação vivenciada por mim foi a de uma mulher que chegou ao serviço, apresentou-se com um nome feminino, entretanto trajava roupas “tipicamente” masculinas e poderia ser identificada como homem. Essa situação gerou reflexões na equipe sobre a especificidade do atendimento a essa mulher e das dificuldades de realizar um acompanhamento no serviço que proporcione a superação da situação de violência nesse caso. Durante acolhimento, a mulher contou situações de violência doméstica e familiar, devido ao fato de sua família não aceitar sua identidade de gênero feminina¹⁰², dificuldades para arrumar

¹⁰² A mulher não se apresentou como travesti, mulher trans ou lésbica. Apenas contou que se sentia uma mulher, que gostaria de ser chamada por um nome feminino, apesar de ter um nome masculino no registro civil e da família considerá-lo homem.

emprego, dificuldades de prosseguir com os estudos devido as violências vivenciadas na escola, narrou situações de violência em diversas áreas da vida. Essa situação fez pensar sobre quais mulheres o serviço está preparado para atender. A sensação durante o acolhimento por parte das profissionais que receberam essa mulher foi de despreparo para atender a demanda apresentada, de falta de recursos na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres para produzir o empoderamento¹⁰³ dessa mulher. Esse atendimento originou uma reflexão sobre a necessidade de aperfeiçoamento do acompanhamento para mulheres com esse tipo de experiência no CRAM e na rede de enfrentamento. Há a necessidade de capacitação d@s profissionais nesse tema. Essa situação originou uma reflexão sobre com qual conceito de mulheres e violência de gênero a Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra Mulheres se fundamenta. Depois de um tempo em acompanhamento e o contato com outro serviço na cidade chamado Centro de Diversidade¹⁰⁴, procedemos com o encaminhamento para esse outro aparelho que pareceu, atualmente, um espaço mais apropriado e preparado para atender essa demanda. Já procuramos outras vezes o Centro de Diversidade para nos auxiliar com o acompanhamento de violência contra mulheres lésbicas e estudos de caso. A decisão política da atual gestão da SEM/DF é de que o CRAM deve também atender travestis e mulheres trans, entretanto esse caso particular evidenciou os limites do serviço para acolher outras situações que também poderiam ser qualificadas como violência de gênero.

Também já acolhi casos de violência entre irmãs, mas também entre mãe e filha. Recebi para atendimento uma adolescente que vivenciava uma situação de violência com a mãe, devido a questões relacionadas ao exercício de sua sexualidade. Segundo o relato da garota, desde que começou a namorar um menino, a mãe controlava todos os seus passos, não a deixava encontrar o namorado, a xingava, desqualificava, ameaçava expulsar de casa se ela perdesse a virgindade, a menina não podia mais sair sem estar acompanhada por alguém da família, não podia mais permanecer sozinha em casa, foi ficando triste e isolada. A garota era a caçula de quatro irmãos homens e a mãe não agia da mesma forma com eles. Buscou o atendimento com ajuda da mãe do namorado e depois continuou vindo aos atendimentos

¹⁰³ Empoderamento conforme propõe a Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra as mulheres no eixo de garantia dos direitos por meio do acesso a justiça. As situações de violência domésticas vivenciadas por essa mulher não poderiam ser enquadradas na Lei Maria da Penha, pois ela possui um registro civil com nome masculino. Essa mulher também não poderia acessar a Casa-Abrigo, caso desejasse. Parece que não só o CRAM, mas toda a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres não está preparada para receber mulheres com esse tipo de experiência.

¹⁰⁴ É um programa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito federal que desenvolve ações de prevenção, educação e proteção, visando o enfrentamento e a erradicação de todas as formas de violência que estejam relacionadas à questão sexual, racial e religiosa no DF. A unidade atende gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais em situação de violência.

acompanhada pelo pai e com a ciência da mãe. A equipe decidiu convidar a mãe para receber atendimento na unidade por outra psicóloga. Em casos de violência entre mulheres na família, a equipe tem recebido também a mulher autora para atendimento.

Atendi uma mulher que contou que vivenciava violência com a irmã. Essa mulher teve que se mudar com dois filhos e a filha para a casa da irmã após separação com o ex-companheiro que era violento com ela e os filhos, por ter experimentado uma situação de vulnerabilidade social após a dissolução da relação com o ex-marido. A convivência com a irmã era marcada por violência psicológica e moral. A irmã a desqualificava pelo fato de ser uma mulher divorciada. O acompanhamento da mulher incluiu, nesse caso, uma intervenção com a irmã que foi convidada para conhecer a unidade e receber acompanhamento após uma visita à residência da família. Nesses casos, a equipe tem trabalhado no sentido de oferecer atendimento a mulher autora, mas com outro profissional que não atende a vítima. Não consiste num atendimento familiar realizado com ambas simultaneamente pelos mesmos profissionais. Cada caso é analisado e uma proposta de intervenção é realizada durante estudos de caso em equipe.

As diferentes situações que chegam à unidade evocam discussões entre os profissionais: se a demanda apresentada é uma violência de gênero, o que é propriamente uma situação de violência de gênero, como oferecer um acompanhamento interdisciplinar especializado para as situações de violência de gênero, qual é a particularidade do serviço na rede de atendimento, quais casos devem ser acompanhados no serviço, qual a diferença entre o CRAM e outros serviços que também atendem casos de violência contra as mulheres e se o familiar envolvido diretamente na situação da mulher deve ser incluído no acompanhamento e/ou se deve ser convidado a receber atendimento na unidade. Há uma preocupação de que o serviço não seja apenas um local de atendimento às mulheres, ou um local que tenha somente mulheres como beneficiárias, mas que seja um atendimento que incorpore a perspectiva de gênero. Também a preocupação de compreender o local do serviço na rede de atendimento, qual é o seu papel específico.

Atendimentos com familiares da mulher são realizados quando há a necessidade de sensibilizar a família sobre a situação que a mulher está vivenciando e também para fortalecer a rede social da mulher. O isolamento social da mulher é um fator de risco para a ocorrência de violência. Há casos em que os filhos ou a mãe (entre outros familiares) da mulher foram convidados para conhecer a unidade e conversar com os profissionais como uma estratégia

de intervenção que visa a superação da situação de violência vivenciada pela mulher. Nesses casos, não se trata de realizar um atendimento familiar (com foco na resolução de conflitos de relação entre familiares¹⁰⁵) ou iniciar também o acompanhamento d@ familiar no serviço. São intervenções estratégicas numa tentativa de unir esforços com a família para a superação da situação de violência vivenciada pela mulher. Há situações em que eu convido a familiar (mulher) para frequentar a unidade e receber atendimento. Não há atendimento continuado de homem na unidade, apenas um atendimento pontual e eventual. Alguns(mas) profissionais da unidade não concordam com esse impedimento de atender aos homens na unidade e acham que deveria ser promovido o atendimento também do homem no serviço, entretanto há uma proibição das chefias superiores para não acolher homens na unidade.

Sobre o atendimento a familiares, não poderia falar em nome de tod@s @s profissionais, já que há divergências sobre essa questão na equipe. Há profissionais que entendem uma determinada situação como uma violência familiar e não como uma violência de gênero, o que dá outro curso as intervenções e estratégias de atuação. Observo que há diferentes entendimentos d@s profissionais sobre as circunstâncias apresentadas pelas mulheres e nem sempre @s profissionais chegam a um consenso sobre o entendimento da situação como uma violência de gênero. A chegada de nov@s psicólog@s na unidade agregou uma diversidade de perspectivas e experiências ao serviço. @s profissionais novat@s que vieram dos NFAVD que é um serviço que atende as famílias, incluindo o agressor – enfatizam a importância de atender também o agressor e a família.

Visitas domiciliares também são realizadas para conhecer a família, as pessoas que convivem no domicílio e fazer intervenções pontuais. Quando verificamos que filh@s (crianças e adolescentes) das mulheres necessitam de atendimento psicológico e/ou social continuado encaminhamos para outros serviços da rede. Também é comunicado a mulher que se os parceiros desejarem atendimento podem ser encaminhados aos NFAVDS. Diferentes profissionais tem relatado a importância do atendimento da mulher e de outr@s membros da família.

Em relação ao atendimento de filh@s (crianças e adolescentes) que vivenciam uma situação de violência doméstica conjuntamente com a mãe, hoje há uma discussão entre

¹⁰⁵ Gostaria de enfatizar que esse ponto é complexo e que apresento aqui o meu ponto de vista sobre a situação enquanto profissional. A chegada de novos profissionais diversificou a atuação e trouxe novas perspectivas, diversificando a atuação. Trabalho as relações familiares, mas focando nas questões de gênero, o atendimento é focado nisso, pontual, quando avalio a necessidade de uma psicoterapia familiar encaminho a um serviço apropriado.

profissionais na unidade se é possível realizar atendimento dessa clientela no serviço, como pode ser oferecido esse atendimento na unidade, se @s profissionais tem *expertise* para a demanda desse público, qual a especificidade da situação da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Essa discussão foi motivada pela escassez de serviços na rede para atender crianças e adolescentes em situação de violência doméstica e familiar, pela conveniência de atender as duas pessoas no mesmo serviço, o que facilita a permanência no acompanhamento e o vínculo com a instituição e a centralização da problemática numa só unidade (o que evita gasto de tempo e transporte), além da garantia de atendimento ao familiar (que se for encaminhado pode não ser atendido prontamente o que reduz a possibilidade de adesão ao acompanhamento no outro serviço). E também pautado na experiência dos Nafavds de que o atendimento a família tem se mostrado importante.

Também há uma discussão entre profissionais se o serviço deve receber as meninas, adolescentes em situação de violência de gênero para atendimento, pois a Norma Técnica prevê que o CRAM deve atender adultas. Há divergências entre profissionais e fica a encargo de cada profissional decidir se vai atender ou não. Não são realizados atendimentos a crianças na unidade. São feitos estudos de caso, a equipe debate e quando não há consenso fica a encargo de cada profissional optar por atender ou encaminhar a outro serviço. Há casos de adolescentes em situação de violência com parceiros íntimos que são demandas que podem ser recebidas pelo serviço, no sentido de que o serviço está preparado para acolher essa demanda. Na minha experiência fica mais difícil atender quando a violência é com pai ou mãe.

As variadas circunstâncias que chegam ao serviço demonstram que não há fronteiras marcadamente nítidas entre a violência de gênero, familiar, doméstica, contra as mulheres. Essas diferentes noções sobrepõem-se, o que produz a impossibilidade de demarcações rígidas sobre o atendimento ou acompanhamento na unidade. Apesar de o serviço ser direcionado as mulheres, também acontece atendimentos familiares que incluem adolescentes, parentes homens e visitas domiciliares que podem incluir o homem autor das violências no atendimento.

Há uma diversidade de demandas apresentadas pelas mulheres no acolhimento, o que torna esse atendimento inicial particularmente significativo, pois é um momento de explicar o que é o CRAM, como é o trabalho na unidade, compreender qual é a demanda da pessoa que busca o serviço, esclarecer como podemos atuar em relação a demanda apresentada e

proceder com encaminhamentos aos outros serviços da rede, além de realizar uma avaliação de risco e tomar providências cabíveis para promover a segurança da mulher.

Também é importante a realização das reuniões com toda a equipe e os estudos de caso entre especialistas¹⁰⁶ para planejar os atendimentos continuados, quais serão as intervenções realizadas, criar estratégias para atender a demanda apresentada, esclarecer e repensar a atuação de cada área, criar um consenso sobre o que é atribuição de qualquer especialista, bem como delimitar a especificidade de atuação particular de cada campo. É uma demanda que foi apresentada pela equipe as chefias. A Norma Técnica é um norteador para a gerência e para os profissionais do que é o serviço e de como deve ser a atuação. Entretanto, há uma variedade de situações que não são abrangidas por esse documento. Psicólog@s da unidade também utilizam as Referências Técnicas de Atuação de Psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência. Entretanto, a Política Nacional que traz uma definição de gênero, violência de gênero, conceito de emancipação e empoderamento não é um documento frequentemente citado pel@s especialistas.

No próximo capítulo, abordarei o atendimento interdisciplinar e a particularidade do atendimento psicológico.

¹⁰⁶ Há uma discussão iniciada na equipe sobre incluir agentes sociais nos estudos de caso.

Capítulo 5

O atendimento interdisciplinar e a abordagem psicossocial

Em capítulo anterior, ao descrever situações de atendimento, ofereci um panorama do que tem chegado a unidade, quais as demandas das mulheres e como @s profissionais compreendem essa demanda. Nesse capítulo, pretendo, ao descrever o fluxograma de atendimento, mostrar a experiência de trabalho interdisciplinar na unidade, o atendimento numa abordagem psicossocial, o lugar d@ psicólog@ no serviço. Descrevo o estado de uma situação, mas também me permito fazer recomendações sobre como trabalhar, o que tem sido bem sucedido na atuação. Essa experiência de trabalho no CRAM possibilita refletir sobre os problemas da formação clássica em psicologia e as especificidades de novas formas de atuação.

Sobre o atendimento

A mulher que chega ao CRAM é recebida pel@s agentes sociais ou técnic@s administrativ@s na recepção que, nesse primeiro contato, prestam informações sobre o que é o serviço e sobre o atendimento realizado na unidade. Após esses esclarecimentos, é oferecido o acolhimento¹⁰⁷ no serviço. A mulher que desejar receber atendimento, @ técnico ou agente social preenche o cadastro¹⁰⁸ e a mulher é dirigida ao atendimento inicial¹⁰⁹ que pode ser realizado por qualquer especialista, de preferência, prontamente¹¹⁰.

¹⁰⁷ Conforme as seguintes diretrizes: “estabelecer uma relação de confiança e credibilidade da mulher em situação de violência com o serviço, ouvir o seu relato de forma qualificada, respeitosa e não julgadora; informar à mulher em situação de violência sobre seus direitos quanto ao atendimento no Centro de Referência (...); elaborar um diagnóstico preliminar do risco para a vida e saúde da mulher atendida e de suas necessidades específicas; apresentar opções de atendimento e encaminhamento, além de discuti-las com a mulher atendida; elaborar em conjunto com a mulher atendida um plano personalizado de atendimento; elaborar em conjunto com a mulher atendida um plano pessoal de segurança; explicar os próximos procedimentos e encaminhamentos para a implementação deste plano personalizado de atendimento; esclarecer qualquer dúvida remanescente; encaminhar a mulher atendida para a Recepção do Centro de Referência para que marque em agenda o atendimento individual e/ou para que seja informada com mais detalhes sobre as formas de acesso aos serviços da Rede de Atendimento para os quais possa ter sido orientada a procurar” (SPM, 2006, p. 34).

¹⁰⁸ No cadastro são registradas informações documentais (nome completo, nome de pai e mãe, RG, CPF, naturalidade), formas de contato (endereço e telefone) e também é perguntado dados como escolaridade, raça, estado civil, entre outros. O cadastro é preenchido por técnicos administrativ@s e agentes sociais.

¹⁰⁹ Ao longo do acolhimento é preenchido um formulário elaborado pela equipe de especialistas. Nesse questionário consta a análise socioeconômica - da situação de emprego, escolarização, profissionalização, moradia, da situação de saúde, quem é a rede familiar e social da mulher, conhecer as instituições que buscou para ser atendida em relação a violência vivenciada, como chegou até o serviço, uma análise da circunstância de violência vivenciada, qual o vínculo com o autor das violências, se a violência foi judicializada, entre outros. Após o acolhimento, registramos no prontuário social da mulher o que ocorreu durante o atendimento, a história da mulher, o que foi discutido sobre o plano personalizado de atendimento no serviço, orientações sobre

O atendimento inicial é realizado por uma dupla de especialistas (preferencialmente de áreas diferentes) ou somente por um, dependendo da necessidade apresentada inicialmente pela mulher (por uma das especialidades) e da disponibilidade na agenda d@s profissionais. O acolhimento é feito por uma dupla de profissionais para que a mulher não tenha que contar várias vezes a sua história na unidade aos diferentes profissionais. As demandas são complexas e dificilmente a mulher precisa de atendimento de apenas uma área. Entende-se que a intervenção das diferentes áreas pode ocorrer simultaneamente, olhares de diferentes áreas são lançados concomitantemente e por meio da interação de especialistas das diferentes áreas com a mulher ao mesmo tempo numa conversa que inclui diferentes pontos de vista sobre a circunstância apresentada. A experiência tem mostrado o benefício de realizar o atendimento conjuntamente. A mulher se vincula ao serviço e a diferentes profissionais. A demanda é balizada pelo conjunto de pessoas presentes, o que otimiza e potencializa a intervenção. É unânime entre tod@s especialistas (das diferentes áreas) que o atendimento é enriquecido com a presença d@s profissionais de diferentes áreas.

No momento do acolhimento, é feito o plano de acompanhamento personalizado da atendida na unidade e/ou a mulher pode ser encaminhada para outro serviço da rede, dependendo do plano de enfrentamento para superação da circunstância de violência vivenciada. O acompanhamento continuado pode incluir (e, na maioria das vezes, isso acontece) uma atuação multidisciplinar e interdisciplinar. Os atendimentos podem ser individuais ou em grupo, de acordo com o plano de atendimento na unidade formulado pel@s specialist@s em conjunto com a mulher. A mulher pode ser acompanhada por uma dupla de profissionais de diferentes áreas que atendem simultaneamente ou que conduzem o caso em atendimentos separados por área, a depender da disponibilidade na agenda e da demanda da mulher. Após o atendimento inicial e a formulação do plano de atendimento na unidade, a mulher passa a ser referenciada pel@s profissionais que a acolheram em conjunto com outr@s profissionais do serviço que entrarem para atuar no caso. Os acolhimentos costumam durar de 1 hora e 30 minutos à 2 horas e, aos atendimentos continuados, são reservados na agenda d@s profissionais um intervalo de tempo de 1 hora. Há uma agenda do serviço organizada na forma de uma tabela com o nome de cada profissional e horários com intervalos de 1h estabelecidos para cada atendimento, na semana. Eu já passei duas vezes por

segurança, encaminhamentos aos outros serviços que compõem a rede de atendimento e demais providências que serão tomadas pelos profissionais em relação ao caso.

¹¹⁰Com exceção de uma circunstância de falta de disponibilidade d@s specialist@s para realizar o atendimento no momento, então o atendimento é agendado para outra ocasião.

circunstâncias em que o acolhimento com a mulher realizado conjuntamente com outra profissional durou três horas devido a complexidade da situação e dos encaminhamentos necessários imediatamente ao caso.

A mulher é consultada sobre sua disponibilidade em comparecer ao serviço e a periodicidade do acompanhamento. Na minoria das vezes, elas desejam e/ou podem vir ao serviço semanalmente, por falta de tempo e/ou dinheiro para as passagens de ônibus, entre outros motivos. Os atendimentos, em sua maioria, acontecem numa periodicidade quinzenal, também há atendimentos semanais e mensais. Também é indagado se ela quer receber atendimento na área em que foi levantada a necessidade pel@s profissionais para a superação da situação de violência. São levados em consideração para a formulação do plano de atendimento na unidade: a demanda proeminente (social, jurídica e/ou psicológica), o vínculo da mulher com @ profissional e d@ profissional com a mulher. Há mulheres que tem demanda somente por orientação jurídica e esse atendimento se caracteriza como pontual e breve. Há casos que tem demanda jurídica e social, outros demanda jurídica, social e psicológica. De acordo, com a demanda da mulher (explicitada pela mulher ou avaliada como necessária pel@ profissional), recebe mais atendimento na área que demanda mais e que quer receber atendimento. Há casos em que somente um único atendimento foi necessário para intervir sobre a situação vivenciada, outros em que a mulher é acompanhada por mais de anos.

Acontece de uma mesma mulher ser atendida por dois profissionais da mesma área que acompanham o caso conjuntamente, especialmente em momentos que chegaram psicólog@s nov@s à unidade. Há mulheres que chegam acompanhadas por amig@s, parentes, pela patroa¹¹¹, por profissionais de outros serviços da rede, pel@ intérprete (como no caso de mulheres surdas) e o atendimento é realizado conjuntamente com a acompanhante, conforme o desejo da mulher e, também, da acompanhante em participar. Isso dá uma dinâmica ao atendimento que é diferente de uma psicoterapia individual clássica, com seu recorte individualista. E inclui a sensibilização e fortalecimento da acompanhante para o suporte a mulher. A mulher é ouvida por diferentes profissionais, pode acontecer de familiares serem ouvid@s, de profissionais de outros serviços que atenderem a mulher também serem ouvid@s e participarem de estudos de caso. O núcleo de ação d@s psicólog@s é a subjetividade, mas isso não significa que o atendimento é exclusivo ao indivíduo. A dinâmica

¹¹¹Já soube de uma empregada doméstica que veio acompanhada da patroa.

social da mulher é incluída no acompanhamento, há uma mobilização da rede familiar e social da mulher.

Sobre a minha experiência de atender conjuntamente com @s assistentes sociais ou especialistas em direito, recordo que no início o sentimento era de desorientação. Em alguns momentos, a sensação é a de que eu não estava atuando como psicóloga, como se só fosse possível realizar um atendimento psicológico estando a sós com a mulher. Não sabia como conservar a especificidade do olhar de minha formação em um atendimento conjunto com profissional de outra área. Estranhei a forma de atendimento d@s profissionais das outras áreas e, ao mesmo, tempo gradualmente incorporei ao meu próprio atendimento o conhecimento produzido no contato com outros saberes. Em outros momentos, informar sobre os programas, as formas de violência (física, psicológica, patrimonial, moral, sexual e física), sobre a possibilidade de prestar queixa na delegacia, entre outros mecanismos de proteção parecia muito diretivo, mas não poderia deixar de fazê-lo. Não poderia prestar orientações jurídicas e não estou preparada para isso, não tenho um conhecimento aprofundado sobre as leis e o universo jurídico, também não tenho um conhecimento aprofundado sobre os benefícios sócio-assistenciais e sobre os programas, como apresentá-los a mulher, conversar sobre eles, fazer uma análise da situação social da mulher e do que pode ser ofertado numa articulação com a rede, necessitando da atuação da assistente social no caso. A minha atuação não poderia invadir a de outra área, entretanto a minha formação como psicóloga me pareceu asséptica. Ao reconhecer a dimensão ética-política do meu trabalho, ao constatar que existe uma política de atendimento que pauta a escolha teórico-metodológica, ao desenvolver uma perspectiva de gênero nos atendimentos, ao compreender que o trabalho com mulheres em situação de violência visa o seu fortalecimento para a superação da situação de violência, pouco a pouco encontrei uma nova forma de atuação.

Para minha surpresa, não era somente eu, como psicóloga, que vivenciava essa confusão sobre qual o meu papel em um serviço dessa natureza. @s especialistas em direito também relataram que o papel del@s na unidade era algo novo a eles. Inicialmente, não sabiam o tipo de trabalho a desenvolver ali como especialistas em direito, já que não poderiam advogar para a mulher, pois esse é o trabalho da defensoria pública, a OAB¹¹² não era um requisito do cargo para trabalhar na SEM/DF. @s assistentes sociais eram @s que estavam mais confortáveis com o trabalho, apesar de também me relatarem que o trabalho na

¹¹²Carteira profissional que habilita ao exercício da advocacia.

unidade é diferente do trabalho da assistente social na área da Assistência Social. Explicaram que o trabalho no CRAM consistia em resgatar a cidadania da mulher, informando-a dos mecanismos de proteção que poderiam lançar mão, dos programas, fortalecendo-a e fazendo articulação com a rede. Foi necessário que psicólog@s e @s especialistas em direito começassem a desenvolver um trabalho de articulação com a rede de enfrentamento para a efetividade dos encaminhamentos realizados a mulher nas respectivas áreas. O atendimento no CRAM não é como na Delegacia, como na audiência ou como o atendimento no CRAS¹¹³. No CRAM, a mulher não recebe medida protetiva como na delegacia, não há uma decisão judicial como na audiência ou um benefício sócio-assistencial como no CRAS. Não temos objetivamente nada a oferecer a mulher, a não ser promover o seu fortalecimento. Para @s profissionais do direito e assistentes sociais, inicialmente, foi estranho não poder advogar pela mulher ou fazer um relatório para conceder uma benefício de transferência de renda, segundo seus relatos.

Nem sempre profissionais chegam a um consenso sobre o acompanhamento, há discussões de caso em que as divergências são expressas produzindo um debate sobre a postura de algum(a) profissional apontada como assistencialista, vitimizadora ou culpabilizadora. A discussão pauta-se em oferecer cuidado, sem funcionar como tutela, o respeito à autonomia da mulher para tomar decisões, à autodeterminação (em relação a prestação de queixa na delegacia ou permanecer no relacionamento nos casos de violência doméstica e familiar), mas também não revitimizar, não aprisionar a mulher em estereótipos sobre o feminino, não subjugar a mulher, não desencorajá-la diante das adversidades para transformar a situação, não julgar no sentido de que é falta de “força de vontade”, “basta querer”. A capacitação e a participação em eventos acadêmicos ajudaram a aperfeiçoar a atuação da equipe. Diferentes casos mobilizam afetivamente profissionais fazendo emergir sentimentos de raiva, pena, medo. A intervisão é necessária para o controle pelos pares sobre quais os afetos mobilizados que cada caso gera n@s profissionais e de que forma a produção de afetos impacta os atendimentos.

Existe, atualmente, na unidade, um grupo de mulheres em andamento. O grupo de mulheres é aberto, com periodicidade semanal e duração de 1 hora e 30 minutos. É conduzido por uma dupla de profissionais (preferencialmente de áreas diferentes) e estagiári@s. O grupo

¹¹³Centro de Referência da Assistência Social.

possui um ciclo de temas com duração de dois meses¹¹⁴. O grupo foi planejado para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar. As mulheres que são encaminhadas ao grupo passaram pelo atendimento inicial e alguns atendimentos individuais com um ou mais especialistas@s. O atendimento em grupo visa criar um espaço de interação de mulheres na mesma condição, de socialização de informações e tem a pretensão de extrapolar a questão da violência como fator único da vida da mulher. É promovido no grupo uma discussão sobre gênero, violência de gênero, a violência doméstica e familiar, rede social e estratégias de enfrentamento a violência, a Lei Maria da Penha, saúde das mulheres, trabalho e renda, entre outros.

Na unidade, @s diferentes especialistas (das três áreas) interagem nos diferentes projetos que acontecem no serviço. O cotidiano na unidade, atualmente, é caracterizado pelo grupo de mulheres na segunda feira à tarde, reunião de equipe¹¹⁵ na sexta feira pela manhã (que inclui o corpo de agentes, técnic@s e especialistas de ambas as unidades) e nos outros dias são realizados acolhimento e atendimento continuado conforme a disponibilidade na agenda dos profissionais. O acompanhamento dos casos pode incluir contatos institucionais, visitas institucionais, articulação com a rede, contatos telefônicos com a mulher atendida e familiares, visita domiciliar, entre outros. Os encerramentos do caso acontecem após discussão entre profissionais que referenciam o caso e a mulher. O acompanhamento é finalizado quando a situação de violência foi superada, a mulher está fortalecida e em segurança. O desligamento da mulher ocorre gradualmente, com a diminuição da frequência dos atendimentos e avaliando com a mulher se suas necessidades foram atendidas. Também os casos são encerrados por desistência quando há ausências sucessivas sem justificativa, por falta de contato da mulher com o serviço por um longo período de tempo, apesar das tentativas de contato por parte do serviço com a mulher, porque a própria mulher deseja encerrar o acompanhamento ou quando a mulher é encaminhada a outro serviço.

Há dificuldade em articulação com a rede, pois os dois centros ainda não possuem território de referência e abrangem todo DF. O deslocamento à unidade é um dos motivos apresentados pelas mulheres como impeditivos da permanência no acompanhamento por conta dos gastos com transporte e da distância de seu local de moradia.

¹¹⁴Já aconteceram dois grupos fechados no primeiro semestre de 2013. O formato do grupo foi repensado e reformatado nas reuniões de equipe para atender a dinâmica e necessidades atuais dos serviços.

¹¹⁵A reunião de equipe é dividida em dois momentos, num primeiro momento todos estão incluídos equipe de agente sociais, técnic@s administrativos, especialistas e gerência, seguindo protocolo da reunião são realizados informes e discutidas pautas que referem-se a organização dos processos de trabalho. Num segundo momento, a reunião é somente com especialistas para estudo de caso.

Com frequência instituições governamentais ou não governamentais, faculdades ou outros serviços da rede entram em contato com o CRAM e agendam uma atividade em conjunto que pode ser oficina, palestra, entre outros. Também o CRAM desenvolve conjuntamente com as promotorias o projeto “Tardes de Reflexão”¹¹⁶. A unidade oferece abertura para a execução de diferentes projetos que podem ser propostos pela gerência ou pelos profissionais que assumem a coordenação para operacionalização.

Já aconteceu na unidade lançamento de livro acadêmico sobre a temática da violência contra as mulheres e uma exposição artística promovida por uma ONG feminista de São Paulo. Também acontece periodicamente na unidade a roda de conversa¹¹⁷. A unidade também é um dos locais onde o Conselho Distrital dos Direitos da Mulher realiza suas reuniões. A unidade também já ofereceu a sala de grupo para reuniões diversas para profissionais de outros programas, subsecretaria e também para a reunião da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres da região do Plano Piloto. A unidade também foi local de inscrição para o curso “Mulheres na Construção Civil”¹¹⁸. Recebe visita de alunos de ensino médio, faculdades e universidades que querem fazer pesquisa na instituição, obter informações sobre o trabalho. Também já recebeu visita da SPM do governo federal, de profissionais da rede de outros municípios e de Secretarias da Mulher de outros estados. Além disso, a mídia local tem procurado profissionais para entrevistas sobre a violência contra mulheres.

Hoje há uma discussão entre profissionais de criar eventos e ações para mulheres atendidas e o público em datas comemorativas conforme calendário feminista¹¹⁹. Também há um projeto sendo iniciado sobre uma intervenção com lideranças religiosas¹²⁰. Profissionais das diferentes áreas e agentes sociais participarão desse projeto.

¹¹⁶Em algumas regiões administrativas, existe um projeto que acontece nas promotorias em parceria com a Secretaria de Estado da Mulher chamado Tardes de Reflexão em que homens e mulheres são convidados para participar de uma palestra antes da audiência. Essa palestra é realizada por um especialista, promotor@s e/ou analista judiciário do Ministério Público.

¹¹⁷Consiste numa roda de conversa entre a Secretária de Estado e lideranças comunitárias e mulheres de diferentes grupos (já ocorreram rodas de conversa com mulheres lésbicas, mulheres de terreiro, evangélicas, negras e ciganas).

¹¹⁸Oferecido pela Secretaria de Estado do Trabalho do DF em parceria com a SEM/DF e o Instituto Federal de Brasília no ano de 2012.

¹¹⁹Dia Internacional da Mulher, Dia da Mulher Afro-Latino-Americana e Afro-Caribenha, Dia da Visibilidade Lésbica no Brasil, Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres, entre outras.

¹²⁰Profissionais da unidade se reunirão com lideranças religiosas para montar parcerias no enfrentamento à violência contra as mulheres.

No mês de março, há uma programação de atividades na SEM/DF e no serviço para celebrar o dia internacional das mulheres. No mês de agosto, há uma cerimônia de comemoração do aniversário da Lei Maria da Penha e do aniversário de inauguração do CRAM Ieda Santos Delgado.

Corroborando o que Silveira (2003) escreveu sobre os CRAMs, as mesmas dificuldades são encontradas para a superação da situação de violência doméstica e familiar: a necessidade de responder as demandas de vaga em creche, ausência de emprego, acesso a moradia para possibilitar a autonomia da mulher, devido a falta de públicas intersetoriais que reconheçam que a vivência da violência é uma situação de vulnerabilidade social; bem como a necessidade de garantir celeridade no judiciário para a defesa dos direitos das mulheres.

Na SEM/DF, ainda não há um projeto específico de cuidado a saúde mental d@s profissionais que atendem casos de violência de gênero nos diferentes programas, sendo necessário criar e viabilizar formas de cuidado¹²¹.

Sobre a atuação d@spsicólog@s no serviço

O atendimento prestado às mulheres no serviço fomentou em mim a necessidade de ultrapassar as fronteiras do discurso psi, manter o diálogo com outras áreas objetivando tornar inteligível a experiência subjetiva das mulheres em situação de violência, por meio de uma estratégia interpretativa que compreenda que aquele sofrimento é fruto de uma desigualdade social, o sexismo, e também a necessidade de criação de novas práticas profissionais e aperfeiçoamento da atuação. Dessa forma, uma intervenção que favoreça a saída da mulher da situação de violência implica em desenvolver uma perspectiva de gênero¹²² para a compreensão sobre o sofrimento colocado, promover o fortalecimento, respeitando sua singularidade, considerando também as mulheres atendidas em sua diversidade, num processo de promoção de uma escuta mobilizadora para a busca pela emancipação na forma que elas desejam. A reflexão acadêmica e profissional ajuda a pensar num atendimento em psicologia que ofereça um espaço de acolhimento, estabeleça um elo de confiança com as pessoas atendidas e um vínculo promotor da autonomia e do protagonismo das mulheres para operar com transformações de sua situação conforme suas demandas particulares (socialmente,

¹²¹As diversas situações de violência produzem um impacto sobre @s servidores.

¹²²Conforme discussão realizada em capítulo anterior, o desenvolvimento de políticas públicas e programas governamentais com uma perspectiva de gênero implica num atendimento por agentes públicos que visa a redução das desigualdades de gênero, que abrange a violência como uma violação dos direitos humanos da mulher, que não há justificativa para a sua ocorrência, que a mulher tem o direito a uma vida sem violência e acesso a justiça para a garantia de seus direitos (o que está em consonância com a Política Nacional).

historicamente e culturalmente inscritas) contando com o suporte de diferentes políticas públicas e da garantia dos seus direitos de acesso a justiça para a promoção de seu empoderamento¹²³.

A psicoterapia tem uma história de contribuição para o trabalho com o sofrimento das pessoas. Entretanto, não é suficiente para responder efetivamente a todas as situações de sofrimento vivenciada por diferentes pessoas, especialmente aquelas derivadas das desigualdades sociais no nosso contexto social e cultural. A intervenção psicoterápica pode ser utilizada para esse fim, mas é necessário realizar uma revisão crítica das diversas abordagens teóricas, o contexto de criação das distintas correntes de pensamento, como as diferentes teorias e técnicas podem contribuir para a explicação e atuação na problemática, quais seus benefícios, limites, paradoxos. Essa análise envolve também uma reflexão ético-política da própria atuação. A expansão da atuação em psicologia para novos cenários, como o CRAM, faz emergir a necessidade de reorganização dos processos de trabalho para o exercício profissional da psicoterapia, tornando-se necessário aperfeiçoar a oferta de intervenções, que não se limitam ao formato clássico. Além disso, o atendimento psicológico no CRAM envolve um fazer e acontecer da psicologia extra-muros, articulada com a rede de enfrentamento e a comunidade. O atendimento psicológico diz respeito mais a um *expertise* do profissional num processo ousado e criativo do que à reprodução do *setting* tradicional e que desenvolve formas alternativas de trabalho segundo as demandas das mulheres assistidas e do enquadre institucional. A escuta qualificada não se refere somente a um modelo de atendimento individual, num enfoque individualista e a-histórico, mas ao encontro e ao vínculo com efeito terapêutico e transformador.

Para pensar a atuação clínica nesse espaço, é importante considerar o contexto institucional, a demanda da população beneficiária e, sobretudo, a perspectiva ética-política refletida nos saberes teóricos e metodológicos da intervenção. Há diversas perspectivas teórico-metodológicas divergentes em seus objetivos, procedimentos e concepções, o que contribui para a complexidade da atuação clínica em psicologia. O atendimento psicológico não envolve somente o planejamento da entrevista, o método de condução, apesar de serem dimensões necessárias, mas é necessária a reflexão crítica sobre a problemática apresentada que está aberta a alteridade. O atendimento clínico envolve também uma discussão de seus aspectos políticos, sociais, culturais e históricos. A opção por uma determinada teoria,

¹²³Conceito apresentado na Política Nacional de Enfrentamento à Violência.

portanto, e em consequência, pelo método proposto por ela, é também uma escolha política, ou seja a dimensão ético-política não pode ser concebida separada da dimensão teórico-metodológica. A dimensão teórico-metodológica da profissão está diretamente relacionada com o processo de intervenção.

No CRAM, o atendimento psicológico é compreendido como uma forma de produção de recursos subjetivos para o enfrentamento da situação de violência. O atendimento psicológico não ocorre isoladamente e não se trata de um atendimento que se soma ou se sucede aos atendimentos de outras especialidades por profissionais do serviço. O CRAM é um espaço social que mulheres procuram para falar sobre a violência de gênero vivenciada. O atendimento psicológico é parte de um plano de atendimento personalizado na unidade. A superação de circunstâncias complexas de violência relatadas não depende exclusivamente do atendimento psicológico e a integralidade do atendimento abrange a atuação da equipe multiprofissional. Não há um “purismo” nas intervenções, em que se pode isolar o social, o psicológico e o jurídico. @ psicólog@ atende conjuntamente com outr@ profissional de maneira interdisciplinar ou quando atende sozin@ tem que ser capaz de reconhecer a demanda da mulher por atendimento também de outra área (no serviço ou na rede) e encaminhá-la. @ psicólog@ inserid@ nesse aparelho está profissionalmente imers@ numa política pública de enfrentamento à violência que é constituída por objetivos, princípios, diretrizes, conceitos, procedimentos, normas, detalhadas no capítulo 3. A atuação d@s psicólog@s nas políticas públicas é demandada pelo Estado e a discussão sobre a inserção da categoria nas políticas públicas é crescente na profissão nos últimos anos, por meio do Sistema Conselhos, entre pesquisador@s, estudios@s, entre outr@s. Profissionais estão ocupando as instituições públicas, entretanto a formação não prepara para uma atuação nesse contexto. Durante a graduação, eu não tive uma formação para trabalhar com políticas públicas, não houve no currículo disciplinas sobre o Estado, políticas públicas, sobre o que é o controle social, sobre Direitos Humanos, por exemplo. O modelo de atendimento de consultório foi predominantemente ensinado. Compreendo que o trabalho d@ psicólog@ no CRAM é de escuta das mulheres, entretanto não consiste apenas em atendimento individual ou psicoterapia. A atuação nas instituições públicas que atendem mulheres em situação de violência deve articular a escuta clínica e os preceitos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

O atendimento psicológico em programas de atenção às mulheres em situação de violência se distingue da psicoterapia tradicional nos seus objetivos e na forma da

intervenção. O atendimento psicossocial consiste em uma atuação que visa, por meio do atendimento, o fim da situação de violação de direitos e busca por proteção da pessoa atendida. Esse atendimento inclui a avaliação de cada caso e o encaminhamento aos outros serviços da rede. A abordagem psicossocial fundamenta-se em um atendimento que incorpora a dinâmica social (a rede local) do espaço em que indivíduo está inserido (CREPOP, 2013).

Entre @s psicólog@s, parece haver um consenso que não se realiza psicoterapia na unidade, da necessidade de desenvolver uma perspectiva de gênero no atendimento agregando essa perspectiva à sua opção teórico-metodológica e da realização dos atendimentos numa abordagem psicossocial (conjuntamente com outr@s profissionais e a rede, incluindo a dinâmica social da mulher). Há também um consenso sobre a necessidade dos estudos de caso e a necessidade de supervisão institucional para toda a equipe da unidade, com profissionais com experiência e notório saber nas três áreas. Entretanto, ainda não é disponibilizada supervisão institucional pela SEM/DF.

Na percepção de diferentes profissionais da unidade@ com base em observação e conversa informal, @ psicólog@ é @ profissional da unidade que cuida dos impactos da violência na saúde mental da atendida, auxilia na elaboração do sofrimento psíquico derivado do sexismo e da violência de gênero. O atendimento realizado com profissionais de diferentes áreas, e até mesmo os atendimentos realizados por dois psicólog@s ao mesmo tempo, tem dado novas características ao atendimento psicológico, novo entendimento sobre em que consiste uma intervenção psicológica e a atuação clínica nesse contexto.

O atendimento na unidade é diferente do modelo clássico da psicoterapia de consultório em que há somente dois indivíduos conversando (no caso de atendimento individual), num espaço de sigilo, num enquadre de uma sala com proteção nas paredes para abafar o som. A dinâmica interacional entre profissionais e atendidas acontece de outra forma. As mulheres buscam o serviço para a interrupção da violência - o que envolve uma avaliação de sua situação, os riscos envolvidos, a criação de estratégias para a superação da situação, o acesso a emprego, a autonomia financeira, o acesso a creche, a proteção da polícia, a intervenção da justiça, o suporte de amig@s e familiares, entre outros. A superação da violência inclui a intervenção sobre várias áreas da vida da mulher. Entretanto, não se trata apenas de garantir o acesso, mas de promover o fortalecimento por meio da criação de um espaço interacional e de fala com profissionais, um espaço em que se trabalhe com a atribuição de sentidos psicológicos por meio de uma perspectiva que não legitime a violência.

As mulheres são plurais, as situações de violência são diversas, as estratégias de superação da violência também são variadas. O contexto simbólico e emocional, social, cultural, a demanda apresentada se entrecruzam constituindo a singularidade da atendida. O atendimento psicológico, e não somente o atendimento prestado por profissionais de psicologia, deve levar em conta o horizonte de experiências social, cultural, histórico, biográfico da mulher atendida. À medida que a mulher é informada da lei, dos mecanismos de proteção que pode lançar mão, dos diferentes serviços que pode acessar (como creches) e que ocasionam mudanças efetivas em sua condição de vida, assim como a criação de novos sentidos psicológicos que transformam a percepção da situação vivenciada e sobre a conduta do autor consistem no fortalecimento visado pelo acompanhamento.

O atendimento com diferentes áreas são promotores do fortalecimento. A orientação jurídica promovida pelo especialista em direito, a articulação com a rede de serviços promovida pelo assistente social, o cuidado aos efeitos da violência na saúde mental da mulher prestado pelo psicólogo que visa o trabalho com o sofrimento, com a elaboração desse sofrimento derivado do sexismo e da desigualdade promovem o fortalecimento e a emancipação das mulheres expressos na política nacional. O sofrimento não é concebido como uma condição psicológica própria ao indivíduo interiorizado e atomizado.

O cultural/psicológico não são dimensões separadas da experiência. O sofrimento apresentado não é um fenômeno individual, o trabalho não consiste numa noção de interioridade psíquica que se fundamente na percepção de que somos diferentes. O social e o cultural são constitutivos dos processos psicológicos. Essa é uma outra forma de compreender a subjetividade e o trabalho sobre ela. O sofrimento, assim como a subjetividade é sócio-histórico-cultural. A noção de subjetividade aqui utilizada se fundamenta na perspectiva de Fernando Gonzáles Rey (2002) de que a subjetividade, cultura e sujeito não como fenômenos diferentes, mas como fenômenos que se integram numa relação de recursividade. Nessa perspectiva, uma palestra, por exemplo, que visa desconstruir estereótipos de gênero é um trabalho sobre as subjetividades. O trabalho dos psicólogos no CRAM não se restringem a um trabalho com o indivíduo, a subjetividade não é algo que aparece somente no nível individual. A prática profissional se atualiza e aperfeiçoa nos novos e diferentes espaços de atuação.

Capítulo 6

Análise das entrevistas

O aspecto empírico de minha pesquisa compreende tanto a observação participante no serviço, quanto as entrevistas que serão analisadas neste capítulo. A pesquisa de campo não consiste apenas na realização das entrevistas gravadas em áudio, assim como a análise das entrevistas não consiste na etapa principal ou mais importante da dissertação, segundo minhas perspectivas de investigação metodológicas. O material empírico que se tem acesso por meio da observação participante e confecção do diário de campo (não necessariamente relacionados ao momento da entrevista) são importantes fontes de informação para a produção de conhecimento ao longo do estudo. A criação de um capítulo específico para a análise das entrevistas se justifica por se tratarem de aspectos distintos de um mesmo processo de investigação, ambos fundamentais para a produção de conhecimento na etnografia. Mas não quer dizer que a entrevista é o momento da pesquisa propriamente dita ou que é parte mais importante do estudo. As entrevistas aconteceram concomitantemente ao processo de observação participante (que incluiu momentos de conversa informal com as entrevistadas e com profissionais do serviço, não registradas em áudio, e que constituem informações sobre o campo que subsidiaram as análises). O momento empírico não consistiu em primeiro realizar a observação participante e depois as entrevistas.

Sobre as entrevistas

As entrevistas aconteceram nas dependências da unidade, com exceção de uma que ocorreu na residência da participante. Foi realizada uma entrevista individual gravada em áudio com cada mulher. As mulheres entrevistadas já foram ou estavam sendo acompanhadas pelo serviço, são pessoas que buscaram o serviço pra conversar sobre o assunto, e já são ou foram atendidas por mim (podendo ter sido atendidas também por outr@s profissionais de áreas diferentes). Optei por realizar a entrevista com mulheres que foram acompanhadas – acolhidas e atendidas individualmente e/ou em grupo - por um período continuado no serviço. Na época da realização da pesquisa de campo e das entrevistas, eu era a única psicóloga do serviço, todas as mulheres entrevistadas receberam atendimento psicológico e foram atendidas por mim mesma.

Por um lado, o vínculo anterior como psicóloga do serviço pode facilitar o diálogo, o engajamento na pesquisa, pois cria condições da mulher abordar temas que não trataria com alguém que mal conhece. Por outro lado, é importante considerar que a entrevista também capta a interação não somente entre pesquisadora e participante, mas também a história de relação entre profissional e atendida no serviço, o que pode, também, restringir o acesso a outras informações, como por exemplo críticas ao serviço, caso eu não fosse a profissional do serviço que atendeu essa mulher.

As entrevistas consistiram numa conversa informal sobre a experiência pessoal de cada uma no serviço¹²⁴, na promoção de uma escuta aberta, não houve um roteiro de perguntas previamente formulado, as perguntas emergem a partir do que é trazido pel@s participantes sobre sua história pessoal. Nessas entrevistas, as participantes puderam compartilhar suas experiências de maneira mais ativa, escolher o que contar e sobre que falar, direcionando o rumo da conversa. E a pesquisadora pôde sentir-se livre para realizar qualquer tipo de pergunta conforme sua necessidade de investigação em cada contexto de entrevista e com cada participante, sem as preocupações de uma profissional num contexto de atendimento realizado pelo serviço que tem objetivos interventivos distintos dos objetivos dessa pesquisa. Por tanto, enfatizo que as entrevistas não consistiram no registro em áudio de um atendimento realizado no serviço, mas sim de uma conversa entre uma profissional e uma frequentadora da unidade, mas num tipo de interação nova. Foi colocado a cada participante que a entrevista não consiste numa continuação dos atendimentos, mas que consiste numa conversa para a confecção de uma pesquisa de mestrado e que elas poderiam contar e falar sobre o que desejassem, compartilhar suas experiências, narrar a sua história de vida, comentar sobre o serviço. Essas conversas também foram geradoras de novos sentidos para a pesquisadora e participante.

A etnografia é um encontro etnográfico, os sujeitos param para pensar em questões, assuntos, situações que elas não pensariam, consiste num texto produzido por aquele encontro, não se trata da descrição de “fatos”, mas de uma construção intersubjetiva. A minha preocupação foi a de construir um espaço legítimo para as mulheres falarem, um espaço de parceria e cooperação, em conformidade com o argumento sobre o vínculo etnográfico (BIZERRIL, 2004) e sobre a importância do engajamento subjetivo na pesquisa por parte da participante (GONZÁLEZ REY, 2005). A intenção era ouvir o que as mulheres vivem e

¹²⁴Neste sentido, as entrevistas ocorreram em conformidade com a entrevista aberta característica da etnografia, ou com a dinâmica conversacional, proposta pela epistemologia qualitativa.

pensam sobre esse assunto. As entrevistas versaram sobre assuntos diversificados, sem perguntas padronizadas, considerando a importância metodológica da atenção ao caso singular e respeitando as características da estratégia de entrevista proposta. As mulheres falaram sobre o que queriam contar na ocasião e a análise das entrevistas será realizada a partir do que emergiu nesse encontro, das informações na pasta da atendida e das anotações em diário de campo sobre o momento da gravação da entrevista. A análise das entrevistas consistirá num exame da experiência singular das mulheres nos seus contextos de vida, da interação entre pesquisadora/profissional e participante/atendida e (do que pude perceber acerca) das normas culturais de gênero que são referência simbólica das mulheres.

Optei por contar a história de cada mulher entrevistada separadamente, fornecer indicadores sociológicos e tratar seu acompanhamento no serviço com base na leitura da pasta, contextualizar @ leitor/a sobre a conjuntura do momento da realização da entrevista para, em seguida, prosseguir com a análise desse encontro, do diálogo, da interação, da percepção da mulher sobre os diferentes tópicos que emergiram durante a entrevista.

As anotações diárias sobre minha percepção sobre o serviço durante a pesquisa de campo foram parte essencial desse estudo. A pesquisa envolveu tudo isso e a análise das entrevistas contém todo esse processo. O momento de escuta da gravação das entrevistas é diferente do momento da realização das entrevistas propriamente dito. Durante a leitura das transcrições das entrevistas, pude perceber que num outro momento as mulheres falariam sobre outros temas ou vivências, assim como eu também faria outras perguntas. Não é possível desassociar a análise das entrevistas, portanto o exame da interação entre pesquisadora e pesquisada, do contexto em que a conversa acontece. A escolha pelo método etnográfico é um empreendimento para pensar a subjetividade, núcleo de teorização e ação d@s psicólog@s, no contexto de subjetivação, na circunstância de relação com profissionais e das condições do acompanhamento.

Entrevista 1

Marília recebeu atendimento psicológico individual, orientação jurídica e participou do primeiro grupo de mulheres realizado na unidade. Segundo informações da sua pasta, chegou à unidade no segundo semestre de 2012 e permaneceu em acompanhamento até o segundo semestre de 2013, um total de 10 meses. Foram 4 atendimentos com a psicóloga, 1 encontro com a especialista em direito e a participação no grupo de mulheres facilitado pela psicóloga e pela assistente social que aconteceu no período de fevereiro de 2013 a junho de

2013 (totalizando 8 encontros quinzenais). Foi convidada a participar da pesquisa, pois no último dia do grupo de mulheres, manifestou que contaria sua história se fosse preciso para ajudar outras mulheres. Na ocasião, expliquei que estava realizando uma pesquisa de mestrado na unidade e que gostaria de ouvir seu relato. Agendamos a entrevista para outro dia na unidade. A estagiária do serviço acompanhou a entrevista.

Sobre os indicadores sociológicos registrados no cadastro, ela tem 63 anos, declarou-se branca, nasceu no interior do nordeste e reside na cidade há quase trinta anos, vive em união estável como companheiro há 38 anos, teve filh@s com ele que já são adult@s e não moram com o casal, é católica. Está aposentada, possui uma renda de mais de 4 (quatro) salários mínimos, não concluiu o ensino médio, pois, segundo suas palavras, casou e engravidou. Ainda segunda suas palavras, foi criada para ser dona de casa, submissa ao marido e cuidar d@s filh@s. Relatou durante acolhimento que teve depressão aos 42 anos, chegou a ficar internada, faz tratamento medicamentoso por conta de crises convulsivas, também está em tratamento com o cardiologista por conta da arritmia cardíaca emocional, conforme informações registradas no formulário de acolhimento.

No decorrer da entrevista, contou que, no primeiro dia que buscou o CRAM, estava experimentando tristeza, ansiedade, desânimo, dificuldade de concentração, perda de memória, dificuldade de dormir e se alimentar, não tinha vontade de fazer nada nem entusiasmo com nada, havia perdido o prazer de cozinhar para @s filh@s que era uma das coisas que mais gostava de fazer, muitos pensamentos negativos, relatou que não tinha expectativa de vida, a sua percepção é de que não tinha saída para a situação. Iniciei a entrevista pedindo a Marília que me falasse sobre sua história e experiência no serviço, ela começou contando que:

...eu vim aqui pegar uma informação, eu estava realmente numa situação muuuito difícil... de muitos maus tratos psicológicos e eu não tinha... e eu não sabia mais o que fazer, né?! E foi aquele dia que eu tive aqui. Eu saí de casa sem, como é que se diz...eu não sei nem que que eu, eu só falei que... como que eu passava aqui¹²⁵ e eu via, né?! E no dia da inauguração¹²⁶ também, como já lhe falei. Mas eu nunca pensei na minha cabeça, na minha ideia, na minha percepção assim de... de coisa de mulher, também pela minha forma de... de vida, de traba... de de... forma que fui criada, nunca pensei que eu procurasse um atendimento dessa forma. E naquele dia, eu vim pegar uma informação e quando eu cheguei aqui você já foi me atendendo.

¹²⁵ O CRAM é vizinho da farmácia da alta complexidade da Secretaria de Estado da Saúde do DF, ela contou que passava na frente do serviço uma vez por mês quando ia buscar os remédios que toma.

¹²⁶ Referiu-se a cerimônia de abertura da unidade em 07/08/2012.

A ambientação da unidade oportunizou a entrada de Marília no serviço. Na fachada do serviço está escrito Centro de Referência de Atendimento a Mulher, há uma foto com quatro mulheres (uma jovem, uma idosa, uma negra e uma japonesa) estampada em toda a parede da frente, a porta de entrada dá acesso a recepção onde há *técnic@s administrativ@s* e/ou agentes sociais.

Marília, inicialmente, não se imaginava em acompanhamento num serviço dessa natureza. Ela não foi à procura de atendimento psicológico, entrou na unidade para obter informações por ser um serviço especializado no atendimento as mulheres, o que a fez procurar foi achar que ali ela receberia informações que poderiam auxiliá-la na situação que estava vivenciando num “local que cuida das mulheres”¹²⁷, conforme suas próprias palavras para definir o trabalho da unidade em um outro momento da entrevista. A mulher que chega ao atendimento para receber qualquer tipo de informação (seja da área social, jurídica e psicológica) passa pelo acolhimento. Quando chegou à unidade, Marília foi atendida no mesmo dia pela psicóloga e depois pela especialista em direito.

Marília contou, no transcorrer da entrevista, que decidiu buscar informações no serviço depois que conversou com o padre e que ele a mandou separar. Foi se confessar com um padre de outra paróquia distante da sua casa e que, depois que ela contou sua situação com o marido, o padre a orientou a separar, mesmo sendo ele próprio a favor da união. O padre disse que ela estava vivendo um terror e que o marido não ia mudar. Marília falou que o padre não deu orientações sobre a justiça, que ele disse à ela para separar. Passou uma semana muito angustiada após a conversa com o padre, em ter que tomar uma decisão sobre a situação que estava vivenciando com o marido e foi pedir informação no CRAM. Entretanto, não queria ter que falar o que estava acontecendo, foi ao CRAM apenas para obter informação.

Vívian: Por que você nunca pensou em buscar atendimento?

Marília: Acho que até mesmo pela forma de... Acho que a própria sociedade reprime a gente nesse sentido, forma de criação deve ter sido, é... é... como é que se diz... o pensar que o amanhã vai ser melhor, eu vou tentar pra ver se melhora, referências de família, filhos, envolve um monte dede... situações, né? Que embora a família esteja toda arrebitada, mas enquanto... você tá sempre achando que dá, que vai melhorar, né? E eu tinha...foi uma angústia... Você sabe como que eu cheguei aqui, né? A angústia pra mim foi tão grande... até de tá... e uma coisa que me violentava também expor a situação, entendeu? Não foi assim que eu lhe falei?Minha história? Acho que

¹²⁷ Este tipo de situação já havia se evidenciado por outros indicadores, discutidos no capítulo 4, que o serviço se torna um espaço de referência para mulheres que buscam informação e cuidado, por ser um serviço para mulheres.

até expor a situação, minha vida, minha história, pra mim já era... eu já tava sofrendo uma grande violência psicológica e com tudo isso não era de um ano, dois era de muito tempo, né?(...) Eu já tinha procurado no passado quando ainda não era esse tipo de atendimento, já lhe falei isso, já tinha procurado no passado, mas a forma que me atenderam no passado não foi muito satisfatória ou talvez é porque o momento era agora.

Marília se sentia constrangida para contar a sua história, dizer o que estava acontecendo, a dissolução da relação não era, inicialmente, vislumbrada como uma possibilidade, não se imaginou indo pegar informações sobre esse assunto num serviço dessa natureza antes da conversa com o padre. Contou que tinha muito medo, estava triste, angustiada, deprimida e com uma preocupação muito grande em relação à família. A expectativa de mudança do parceiro ou da relação, o sentimento de culpa experimentado e medo das consequências a faziam permanecer numa relação conjugal violenta. Também não vislumbrava prestar a queixa na delegacia antes de receber atendimento no CRAM.

...quando eu cheguei no Centro eu tive, assim... uma visão diferente que eu não poderia continuar naquela situação (...) talvez muita coisa que até eu tinha certeza... eu sabia, mas eu não tinha coragem de agir, da forma que eu agi, que eu precisava procurar ajuda (...) na verdade no primeiro dia eu vim pedi informação, então há uma diferença de informação pra pedir ajuda só que na.. procurando as informações eu já recebi foi ajuda, deu pra entender o que tô falando? (...) Eu entrei chorando, com medo, eu tava amedrontada, né? Preocupada... e outra, uma coisa que ainda a gente precisa muito, as mulheres principalmente, é entender isso que é esse medo da sociedade, do que os outro vai achar... 'Mas ela fez isso? Mas ela procurou?' Tal... Como que os homens não tem vergonha e não tem medo dos outro saber que xinga, que bate, que grita, que vai matar, que vai fazer... - não é o caso, por exemplo - aí, que vão fazer e acontecer... eles não tem vergonha de fazer! E a gente tem que ter vergonha? E parece que a gente passa a se sentir culpada da situação, passa não, a gente..parece não... a gente passa, a gente é culpada! A gente se sente culpada da situação...'Meu casamento não vai bem, meu marido tá violento comigo, tá brigando comigo porque eu...' a gente passa a se sentir culpada! Então, eu acho que eu tinha muita culpa! Eu me sentia, não que eu tinha, como vou me expressar, eu não tinha culpa, agora eu tenho a clareza e um leque grande pra entender que eu não tinha culpa.

O acolhimento prestado, a forma como a conversa se desenvolveu com as profissionais no primeiro atendimento é um momento importante do acompanhamento. A explicação sobre o que é o serviço, sobre os mecanismos de proteção que a mulher pode lançar mão e o contato com @ profissional constitui uma condição afetiva propícia para a produção de novos sentidos subjetivos acerca da vivência da situação de violência. Não se trata apenas de uma elaboração racional com base nas informações (conteúdos cognitivos) recebidas sobre os programas e sobre a possibilidade de realizar a queixa na delegacia para a

criação de estratégias de superação da situação de violência, mas a promoção de um espaço, durante o atendimento, de atenção, reflexão, de legitimar a fala da mulher.

Quando Marília disse que foi ao serviço pedir informação e que recebeu ajuda, o espaço relacional, a interação com as profissionais favoreceram a produção de sentidos subjetivos, que apareceram associados com a vivência de força pra enfrentar a situação, de que a violência não tem justificativa, de que ela tem o direito a uma vida sem violência. O atendimento inicial prestado fez Marília perceber o serviço como um local em que ela poderia obter, além das informações buscadas, ajuda. Marília experimentou durante o atendimento que as informações obtidas somadas a produção de novas emoções sobre a situação a auxiliariam no enfrentamento da situação. Ela relatou que sentia muito medo, não bastava informá-la sobre os meios hábeis para acessar a justiça, mas promover seu fortalecimento que consiste em seu encorajamento, na avaliação conjunta dos riscos que a situação envolve, enfatizar meios de se proteger, estimulá-la a resgatar contatos com familiares e pessoas de sua confiança, a buscar com ela o suporte da rede social. À medida que confeccionamos um plano de segurança, no seu empoderamento por meio do acesso a justiça, no suporte do serviço – que consiste em a mulher saber que pode vir aos serviço quando desejar, que pode procurar e contar com o apoio da equipe a qualquer momento - a faz experimentar sentimentos de confiança.

O estudo da subjetividade envolve também a dimensão simbólica dos processos psicológicos, remetendo-se a dimensão cultural. A subjetividade se distingue por sua singularidade. Conforme a Teoria da Subjetividade de González Rey, essa produção singular, simbólico-emocional, se articula de uma forma própria com a linguagem, cultura, relações sociais, em função de uma certa emocionalidade. No relato de Marília, o sentimento de culpa, experimentado enquanto vivenciava uma situação de violência doméstica com o companheiro, é fomentado pela forma que se relaciona com os códigos culturais sobre família, sobre o papel da mulher no casamento.

A transformação na percepção que Marília tem de sua situação ilustra o argumento de que a, subjetividade é um sistema processual, aberto e dinâmico. Marília constata que a mulher precisa entender esse medo da sociedade. Tudo indica que o atendimento (e outros encontros¹²⁸) possibilitou um campo de subjetivação constituindo outra emocionalidade e novos sentidos para o que estava sendo vivenciado. O papel do padre, isto é, da autoridade

¹²⁸ Será relatado adiante conversa com filh@s, queixa na delegacia.

religiosa, foi importante nesse processo. As autoridades culturais do contexto das mulheres vítimas de violência, podem, em certas circunstâncias, se tornar parceiras no combate à violência.

Ela narrou que no início do acompanhamento os sentimentos experimentados eram de vergonha, medo, angústia, entre outros. Não somente as informações prestadas, mas o acolhimento das profissionais, a reflexão sobre a situação das mulheres que embasou a compreensão da própria situação como a de uma mulher em situação de violência, levaram-na experimentar outros sentimentos e a desenvolver uma nova percepção sobre a circunstância vivenciada. Aponta que quem deve sentir vergonha é o homem por cometer violências tais como bater, xingar, dizer que vai matar. Além disso, a dificuldade experimentada para contar a própria história, em narrar o que estava acontecendo, pois era percebido como uma violência psicológica expor a situação, como relatou no outro trecho acima, agora tem outra conotação e sentimentos associados. Convidei Marília para participar da entrevista, pois ela manifestou durante o último atendimento que contaria sua história para ajudar outras mulheres, ou seja, percebe que seu relato pode inspirar outras mulheres a se posicionar diante das situações de violência de gênero que estejam vivenciando.

Relatou, durante a entrevista, que a partir do segundo ano de casamento a relação começou a ficar ruim, o marido colocava apelido, dizia que ela não valia nada, falava que ela fazia coisa que ela não fazia, que uma tonelada de lixo valia mais do que ela, acusava-a de traição. Em 2005, o marido chegou a pedir o exame de DNA dos filhos para envergonhá-la e confrontá-la, pois ele chegou a falar para o próprio irmão que sabia que ele era o pai dos filh@s do casal. Relatou que se sentiu muito maltratada ao se submeter ao exame, pois ele fez isso para machucá-la. Ressaltou que se sentia culpada e tentava fazer tudo da melhor forma possível para não ser xingada, caluniada, se afastou d@s amig@s do trabalho e de fora do trabalh@, achou que essa era a forma de não sofrer as violências cometidas pelo companheiro. Com o distanciamento, perdeu o apoio das pessoas ao longo dos anos. O tema do isolamento social das mulheres agredidas é recorrente na literatura e em geral implica um aumento da vulnerabilidade da mulher.

Sobre o seu processo de transformação em relação a culpa sentida, Marília continuou:

Marília: E a partir do momento que você pega essa informação, que você começa a entender, aí, você começa a mudar, a pensar... Opa! Quem sou eu?(...) Hoje eu me sinto uma pessoa totalmente diferente... de enfrentar as

situações, eu espero que não aconteça mais, mas se acontecer, eu não tenho mais medo de nada, medo de nada no sentido assim de agir como eu fiz, né?

Vívian: De agir em que sentido?

Marília: De procurar ajuda! De agir do jeito que eu agi, que eu fui lá na¹²⁹... né? De pedir ajuda também porque eu tava naquela situação toda... e eu não tenho mais esses bloqueio que me faz medo e que me amedrontava de poder fazer! E eu também não tenho mais essa preocupação de fazer pra agradar, pra ajeitar, pra não acontecer um desgaste, porque se eu fizesse tudo pra evitar o desgaste acontecia, se eu não fizesse também acontecia!

Marília percebe o CRAM e a delegacia como recursos para o enfrentamento da situação. Antes a forma de Marília lidar com as violências psicológicas do marido, era tentando evitar aborrecê-lo, tentando agradá-lo. Apesar da aparente situação de passividade de Marília, ela estava buscando formas de cessar as situações de violência vivenciadas com o marido. Em sua concepção era dessa forma que deveria agir para evitar o conflito e a violência, submetendo-se, sujeitando-se. Almeida (2007) escreve que a passividade experimentada por algumas mulheres não é a causa da violência. A violência acontece como uma forma de garantir efetividade ao controle exercido sobre a mulher, entretanto não é dirigida a seres passivos que não manifestam nenhum tipo de resistência. Buscar a proteção da delegacia a fez superar o medo e a colocar em condições de igualdade com o marido. Na literatura há quem afirme que a mulher é agredida por ser passiva. O que a entrevista deixa claro é que a passividade já é uma tentativa de encaminhamento de Marília para contornar a situação.

Marília falou que recebeu muitas ajudas e principalmente a ajuda de Deus, fez muitas orações, mas não colocou para o grupo da paróquia que frequenta o que estava acontecendo. Ela ressaltou que o trabalho do Centro “completou muita coisa”, conforme suas próprias palavras. Sobre os atendimentos, ela disse:

Marília: O seu trabalho completou muita coisa! Me fez ver tanta coisa que eu não tinha conseguido ver... Aí, que eu quero chegar, houve assim um... Parece que meu psicológico tava preso, eu queria uma libertação psicológica! Eu precisava disso! Por mais que eu tivesse consciência de tantas coisas que não eram daquele jeito, que eu tinha certeza, mas psicologicamente eu tava presa aquelas situações, querendo ou não, como acabei de lhe falar, eu sempre tava me sentindo culpada disso. Aí, a partir daquele momento que eu comecei a ser atendida aqui e tal... que você

¹²⁹Referiu-se a delegacia. Como eu já conhecia a história de Marília, convidei a estagiária do serviço para participar da entrevista, num esforço de que Marília se sentisse estimulada a contar sua história. Entretanto, em alguns momentos ela se sentia constrangida de falar sobre certos assuntos. Inicialmente, percebi que ela sentiu necessidade de enfatizar que não vivenciou violência física e um certo constrangimento de falar que buscou a delegacia. Ao longo da entrevista, ficou confortável para falar da queixa na delegacia.

começou a me mostrar um monte de caminhos, de soluções, eu comecei a ver que eu não precisava mais ficar presa naquela situação, meu psicológico não precisava mais ficar preso aquela situação.

Vívian: Que tipo de caminhos? O que te ajudou a conseguir se libertar?

Marília: Ajudou a ter coragem de eu, de eu pedir ajuda também que eu falei, que você sabe que eu fui lá na delegacia, né?

Vívian: Então a delegacia te ajudou?

Marília: Me ajudou porque... meu marido tinha saído, ele ficava na casa... lá num barraco lá no * ia lá em casa só pegar roupa lavada, trazia trouxa de roupa... No segundo dia que eu vim aqui... No primeiro dia que eu vim aqui, ele levou roupa e eu lavei. No segunda dia que eu vim, ele levou a trouxa e eu falei: 'Não traga mais, vou lavar essa e não traga mais'. E eu não tinha coragem de fazer isso, eu não sei se tá... Tá dando pra entender? É isso que você precisa?

Vívian: Tá! Mas eu queria saber o que te fortaleceu, o que te deu coragem de dizer não?

Marília: O que me deu coragem de dizer não foi as orientações que você me deu.

Vívian: Mas você sabia antes da existência de uma lei? Que tipo de orientação você lembra?

Marília: Lei, lei não... Eu sabia que tinha a Lei Maria da Penha e que eu podia inibir aquela violência toda através dela, mas eu não tinha coragem! A partir do dia que eu tive aqui e conversei com você, eu ainda saí daqui com muito medo, depois da segunda vez que vim aqui, eu não tinha... eu não tinha mais dúvida que eu tinha que procurar ajuda daquela forma, porque eu sabia que aquela violência psicológica, aquela briga toda não ia acabar só eu... Eu ia me fortalecer aqui, me tratando aqui psicologicamente, mas tudo ia continuar se repetindo. Aí, eu fui lá, ele recebe o mandado, eu também recebi a coisa, aí, eu fui lá precisava... pra prolongar, nesse meio tempo eu vim me fortalecendo aqui com você e no outro atendimento.

O papel de um encontro humano real, com outra mulher, uma profissional de um serviço, que de alguma maneira faz da lei algo que tem sentido e poder. Marília já sabia sobre a existência da Lei, mas o encontro com a profissional foi fundamental para acessá-la. A queixa na delegacia foi vivenciada como um momento de ruptura da circunstância de violência. Marília contou que se fortaleceu no serviço, mas, segundo seu relato, sabia que não era suficiente frequentar o serviço para acabar com a violência, ela precisava se fortalecer para buscar a proteção da delegacia também. Como muitas mulheres atendidas no CRAM, e em outros serviços similares em outras partes do país, bem como nas Delegacias da Mulher, Marília não queria a punição do marido, nem sua criminalização, nem mesmo separar-se dele.

Citou a queixa na delegacia e as medidas protetivas - MP¹³⁰ de afastamento do lar e proibição de contato, como fundamentais para a interrupção das violências vivenciadas. Depois que a MP expirou, o companheiro voltou para casa e ela teve uma conversa com ele:

Aos poucos ele foi ficando, trazendo uma roupinha pra lavar, uma coisa e outra, aí eu chamei ele, tive uma conversa com ele, mas uma conversa daquelas, eu falei: ‘Você... me respeite, me trate bem, não quero mal pra você, não quero repetir o que eu já fiz que agora eu sou uma mulher totalmente informada e sei de todos os direitos que de mulher tá do meu lado, então eu não quero lhe prejudicar mas também não me prejudique’, mas foi uma conversa... Vívian, eu não acredito, senhora Vívian, do tanto que eu conversei na maior... igual tô aqui conversando com você! Esse armário falou alguma coisa? E não fala? *Risos* Antes eu falava... não podia abria a boca, quando ele começava a me xingar, eu não podia respirar, eu tinha que ouvir e não respirar! Juro! Eu não podia respirar porque se eu respirasse já tava... A gente fica com dó também, uma pessoa com setenta e poucos anos, problema de próstata, tanta coisa e uma pessoa que não se redime... (...) Eu percebi que ele queria realmente era ficar lá em casa, aí, eu falei: ‘A casa é nossa, você que criou toda essa situação não fui eu que criei essas situações e eu não vou mais voltar a viver do jeito que eu vivia, eu quero o meu espaço, que pra isso eu lutei a vida inteira e trabalhei, você me conhece. Sabe que lutei - falei com tranquilidade - se for voltar para ter a mesma cachorrada de antes que eu adoeci e você tava me matando...’ Aí, quando eu falei essa palavra, ele disse: ‘Tava lhe matando?’ A lágrima desceu do olho dele e ele disse assim: ‘Pois me desculpe se eu tava lhe matando’, ‘Você estava me matando, eu tava morrendo e eu tive que pedir ajuda e pedir socorro a quem podia me ajudar!’. Aí, eu coloquei tudo as claras com ele, eu disse: ‘Não quero te coagir de nada, não quero que você se sinta coagido, assim como você também não pode me coagir, você fica à vontade, mas desde que você tenha seus limites, me respeite, do portão pra fora eu não quero saber, mas você tem que ter limite dentro de casa, respeito em primeiro lugar’. Aí, coloquei minhas condições assim, mas não brigando porque eu não gosto dessas coisas assim, aí eu falei pra ele, aí, sim.

Marília se sentiu fortalecida para se posicionar no relacionamento, colocar suas necessidades e não mais se sujeitar as violências cometidos pelo marido. Contudo, não foi apenas por meio do desenvolvimento de atitudes assertivas que Marília conseguiu transformar a situação vivenciada em casa com o marido. Não se tratava de um problema de comunicação, de falta de autoestima ou de falta de confiança. A conversa com o marido ocorreu após a queixa na delegacia e a responsabilização do marido pelas violências cometidas por meio da expedição de medidas protetivas de afastamento do lar e proibição de contato por um período de tempo. Marília colocou que não conseguiria superar a situação de violência vivenciada sem uma intervenção de fora, o que não significa dizer que ela está reiterando um papel de vítima. Nesse caso, está sendo ativa na busca de soluções para combater a violência vivenciada,

¹³⁰A medida protetiva é um recurso da Lei Maria da Penha.

necessitando, porém, de um auxílio exterior, pois não poderia fazê-lo sozinha devido às desigualdades (corporais, financeiras, entre outras), sem, portanto, se subordinar. A vivência do medo em relação ao comportamento do marido que pode se manifestar de forma agressiva se inscreve também na naturalização das hierarquias de gênero.

Ela também frequentava um grupo para familiares¹³¹ conduzido por um psicólogo e, eventualmente, era atendida individualmente por esse profissional também. Somente @s filh@s sabiam o que aconteciam entre o casal, ela não chegou a revelar à família extensa.

Na família, tem muito bate e assopra, não é isso? Você tá vivendo um problema, aí, você coloca na família, aí, todo mundo... a primeira vez que... a primeira recaída do outro lá... Ah! Coitadinho! Tanto do meu lado como do lado dele também! Aí, ele tá sempre virando o coitadinho, o agressor tá sempre virando o coitadinho, na família fica todo mundo macho quando acontece! Igual aos filhos: 'Mãe, tal tal...' Sempre me deram maior apoio, nunca me recriminaram com nada, mas na hora que viram o pai caído com depressão, chorando: 'Mãe pega leve!'. Não mandaram eu desistir de nada, mas mandaram eu pegar leve: 'Mãe, por favor, pega leve!', entendeu como que é? Então, a família é isso... dá o apoio, mas qualquer hora você pode escorregar, não é assim? Entendeu? E aqui não! Aqui, não vem sentimento! Vem luta, vem trabalho, não é verdade? Profissional!

A conversa com o padre e a participação no grupo familiar, a frequência ao serviço, a queixa na delegacia que resultou na MP foram percebidas como Marília como diferentes formas de ajuda no enfrentamento da violência vivenciada. A interação com diferentes pessoas fomentou uma produção subjetiva de que Marília não precisava mais ceder e sujeitar-se a isso.

Entrevista 2

Antônia chegou à unidade no primeiro semestre de 2012 e permanece em acompanhamento no serviço. Recebeu atendimento da assistente social, psicóloga e da bacharel em Direito. No início do acompanhamento, os atendimentos aconteciam com uma frequência maior, sendo em alguns momentos realizados por duas profissionais conjuntamente. Antônia seguiu sendo atendida individualmente pela psicóloga mensalmente, pois não tinha disponibilidade para participar do grupo de mulheres no dia e horário indicados, apesar de manifestar interesse em participar de atendimento em grupo.

A entrevistada tem 37 anos, solteira, declarou-se "afrodescendente". O interesse em mostrar o caso de Antônia veio de dar atenção e visibilidade a situação das mulheres negras

¹³¹Não compreendi ao certo se era um grupo para familiares de pessoas em situação de uso de drogas, mas descreveu que o grupo também a auxiliava.

rurais. Antônia concluiu o ensino médio, já trabalhou no comércio, atualmente é lavradora e mora em um pré-assentamento há sete anos. Conforme informações contidas em sua pasta, Antônia separou-se do marido após os episódios de violência doméstica, viveu em união estável por 5 anos. Tem três filh@s crianças com o ex-companheiro. Após a separação, vivenciou uma situação de vulnerabilidade social, pois o ex-companheiro não estava pagando a pensão alimentícia para @s filh@s, não tinha acesso a creche na região onde mora, não conseguia emprego, pois não tinha com quem deixar as crianças e por estar afastada do mercado de trabalho formal por mais de 5 anos. Há, também, dificuldade de mobilidade da família por residirem em um assentamento em área rural, tendo de andar um percurso a pé até a parada de ônibus mais próxima e despendendo muito tempo com o deslocamento até o centro urbano.

Antônia vive em um barraco de madeirite, em um assentamento sem fornecimento de luz, que contém fossa séptica, com fornecimento de água uma vez por semana por meio de caminhão pipa. Chegou à unidade após tomar conhecimento sobre o serviço no fórum em que tramita o processo de abuso sexual da filha pelo pai, ex-companheiro de Antônia, contra quem Antônia prestou queixa na delegacia. Durante acolhimento, contou que a filha estava sendo acompanhada em serviço especializado ao atendimento de crianças que sofreram violência sexual no hospital mais próximo da região onde mora.

No atendimento inicial, relatou que não estava conseguindo dormir, que já teve labirintite, depressão, tem dor nas varizes e faz tratamento com angiologista, sente-se muito cansada. Viviu um conflito constante com o ex-marido que foi impedido, pela expedição de medida protetiva, de manter contato com as crianças e ela. Disse, nesse atendimento inicial, que se sentia muito culpada pela situação que vivenciava com @s filh@s, sobre o rumo que sua vida tinha tomado, sobre decisões realizadas no passado o que, em alguns momentos, a deixou depressiva, nervosa, desanimada, angustiada e que com frequência não conseguia dormir pensando no futuro d@s filh@s.

Perguntei à Antônia se gostaria de participar da pesquisa, ela aceitou e a entrevista foi agendada para outro dia na casa dela. O diálogo se iniciou versando sobre o que é o assentamento, sobre o movimento que iniciou a formação desse assentamento, sobre a ocupação do território pelas famílias que residem ali, sobre como ela conheceu o movimento e foi morar no assentamento. Antônia explicou dificuldades vivenciadas pelo coletivo para arar a terra e que isso implicou no atraso do cultivo. Estava preocupada com isso, sua própria situação e de seus filh@s entra em conflito com as demandas coletivas. Falou sobre a

repartição da terra entre as famílias no assentamento, a organização do grupo para a administração de questões pertinentes a habitação das pessoas ali.

Discorreu sobre questões concernentes a regularização do assentamento e da autorização estatal para cultivo da terra nesse território e as implicações disso na sua própria vida e d@s filh@s. O movimento de formação desse assentamento tinha um objetivo inicial - um projeto político de habitação local, utilização da terra, geração de trabalho e renda por meio do cultivo realizado conjuntamente pelas famílias que moram ali, que foram agregadas por meio de trabalho político de base de militantes do movimento. Como a extensão de área é pequena (ainda não foi regularizada a formação do assentamento, a permanência das pessoas no local e a autorização de uma extensão de terra maior para o grupo), o cultivo não dá uma produção suficiente para todas as famílias. Assim, não há como as famílias investirem apenas no trabalho com a terra, algumas pessoas trabalham fora, segundo seu relato.

Explicou que no assentamento há famílias que vieram em busca de moradia e outr@s pessoas, em menor número, que são militantes. Relatou que o movimento que iniciou a ocupação dessa região geográfica tem um projeto político de produção coletiva de produtos agrícolas orgânicos e compartilhamento da renda da venda desses produtos nos centros urbanos próximos a região. Esse movimento é um braço do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra e busca agregar pessoas que estão sem trabalho e moradia precária nos centros urbanos por meio de um trabalho de base d@s militantes. O movimento inclui formação política d@s integrantes, mas ela explicou que as pessoas que compõem o assentamento não militam pelo movimento e só estão pela moradia, estão por conta da terra para viver, não se preocupam se o movimento avança ou recua.

Pensar uma proposta de intervenção no serviço sobre a situação de violência vivenciada por Antônia incluiu compreender seu contexto cultural, sua integração à comunidade, a dinâmica do assentamento, a situação do processo jurídico e a eficácia da medida protetiva em seu contexto, o levantamento de sua situação de vulnerabilidade social e o que poderia ser ofertado a ela pelo Estado, numa construção de um projeto de atendimento no serviço que leva em conta suas aspirações, seu patrimônio simbólico e cultural, sua vivência comunitária e questões relacionadas ao relacionamento afetivo com o ex-companheiro. O trabalho de articulação com a rede incluiu a inclusão d@s dois filh@s mais velh@s na creche, de contato com o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS para emissão de benefício de transferência de renda, a orientação jurídica sobre questões relacionadas à separação e pensão alimentícia das crianças. Após a separação, Antônia ficou

numa situação de vulnerabilidade social, pois não trabalhava, não podia seguir sozinha no cultivo, na produção agrícola de subsistência da família. Quando o marido morava na casa, havia uma divisão sexual do trabalho e, após a separação, ela não tinha condições de arar a terra sozinha, necessitava de ajuda de outra pessoa para o plantio e o marido ainda não estava ajudando financeiramente @s filh@s. Familiares do ex-companheiro residiam muito próximo a sua casa e o ex-companheiro estava residindo na casa do irmão que mora perto. A compreensão da situação é necessária para criação de estratégias de enfrentamento e manejo da demanda apresentada. Sobre sua vida antes de conhecer o companheiro, Antônia contou:

Eu trabalhava... tava trabalhando num trabalho que não era satisfatório e... meu salário ia todo no aluguel e... (...) eu trabalhava num restaurante (...) eu era auxiliar de cozinha industrial (...) E aí, eu tava sufocada, meu salário não dava mais pra nada, eu só pagava aluguel e pagava prestação da geladeira, eu pagava prestação da... da televisão, pagava isso, pagava aquilo, chegou um dia... chegou um dia que... chegou um mês que me sobrou 20 reais para comer o mês inteiro assim e eu falei assim: agora não dá, né?! (...) Eu já tinha chegado num ponto que assim... não tem como, não tem como sobreviver, não tem como porque você só trabalha! Eu saía de casa 5 e pouco da manhã pra chegar às 7 no trabalho, entendeu? Eu chegava em casa 8 da noite e meu salário já não dava mais pra nada assim... e aí, eu ficava pensando assim... aí, chega assim... é sempre assim, atrás de quem corre não falta quem grita! E aí, simplesmente, eu tava trabalhando, nem sobreviver eu tava mais sobrevivendo, só pra pagar as contas... aí, chegou a chance do movimento, a gente já tinha conversado muito sobre o movimento ele¹³²... ele era muito empolgado na verdade, ele era contagiante assim... em tudo o que ele faz assim... e aí, eu fiquei muito na dúvida no início, muuuuito na dúvida e a gente conversava bastante... aí, depois falei pra ele: tu quer saber? É! Pra quem tá perdido o mato é caminho! Então, vão bora! E eu vim pra o acampamento e depois de mais de um ano, que a gente¹³³ se conheceu através da família dele¹³⁴, na verdade (...) Aí, a gente se conheceu e aí, a gente se conheceu e tal, aí, depois, a gente resolveu morar junto e aí... Pronto! Acabou! Tamo nós! Com essa polêmica inteira na verdade... E aí, depois de três filhos, a gente separou...

Diante da situação de precariedade social vivenciada por Antônia e de sentir-se identificada com os ideais do movimento, mudar-se para o assentamento pareceu uma estratégia concreta para a superação da circunstância de vulnerabilidade social vivenciada. Contou que quando se mudou para o acampamento, permaneceu trabalhando por dois anos no restaurante e após engravidar do primeiro filho, teve que deixar de trabalhar. Disse que, no início, o relacionamento era tranquilo e que os problemas começaram quando o marido começou a beber.

¹³² Referiu-se a um amigo militante que a apresentou ao movimento.

¹³³ Referindo-se ao ex-companheiro.

¹³⁴ Ex-companheiro.

Em uma cultura patriarcal, mulheres são criadas para serem mães e a maternidade é caracterizada como uma função inevitavelmente feminina, conforme discussão proposta por Chauí (1985) apresentada no capítulo 1 da dissertação. Dessa forma, o cuidado d@s filh@s ficou a encargo de Antônia e as tarefas domésticas também sob incumbência dela. Mesmo quando executava um trabalho remunerado que lhe proporciona uma renda, Antônia continuava a executar tarefas domésticas o que se configurou numa dupla e exaustiva jornada de trabalho. Antônia abriu mão de ser assalariada por conta da inviabilidade de exercer ambas as funções e do pressuposto de que a mulher é a responsável pelo cuidado d@s filh@s. A divisão sexual do trabalho baseia-se na concepção de que homens devem exercer o trabalho produtivo - que se associa ao mercado - e a mulher ao trabalho reprodutivo - trabalhos domésticos e com @s filh@s, além do que pode ser considerado para própria subsistência (SAFFIOTI, 1979).

Questionei se ela já havia feito boletim de ocorrência por conta de situações de violência contra ela e Antônia disse:

Não porque até... a primeira vez que ele caminhou pra me dar um tapa eu falei: 'Venha! Venha cá! É lógico que ele não foi, né?!' (...) Ele bebeu e disse: 'Eu vou te dar um murro!' e subiu, né?! Partiu pra cima! Aí, ele partiu pra cima! Aí, eu só dei com a mão no peito dele e ele caiu sentado lá na cama. Aí, eu falei pra ele: 'Agora tu vem, levanta e vem!' É ruim!(*risos*) E aí eu falei assim pra ele: 'Você que sabe... Se você é meu amigo, se você subi, você desce!' (...) Aí, ele gritava, brigava, ameaçava de morte e tudo mais, mas nunca... 'Ah! Eu vou te matar se você... Eu vou te matar pra o seu filho ser criado pela mão dos outros!' Mas tava bêbado, né? E eu pensei: 'É só vim, venha cá, venha!' Mas eu nunca prestei queixa, uma vez eu chamei... eu chamei a polícia, mas como ele saiu, né?

Diante da tentativa de violência física do esposo, Antônia não se sente impotente para reagir à violência do companheiro embriagado e também contou que acionou a polícia em própria defesa em um episódio de violência física em que a situação se agravou e precisou de uma intervenção de fora. A entrevistada tem a percepção de que a proteção oferecida pela polícia ocorre nos casos de violência física. As ameaças não são compreendidas como um tipo de violência que necessite a atuação do sistema de justiça.

Antônia associa que os problemas vivenciados no casamento tem a ver com a "bebedeira" e a traição. Disse que quando o marido bebe, ele fica agressivo e "qualquer coisa é grito". Contou que os problemas financeiros advinham dele gastar tudo no bar, depois descobriu que ele tinha outra mulher e que gastava com ela. Ao feminino é colocado o destino de dedicar-se a tarefas domésticas e à maternidade. Ao masculino, as oportunidades do trabalho e o acesso aos bens, serviços e as mulheres que desejar. O sistema hierárquico de

gênero coloca as mulheres numa posição de inferioridade em relação aos homens. Passando as mulheres a se sentirem dependentes dos homens e homens a tratá-las como posse, sobre sua égide e, portanto, menos importantes (SAFFIOTI, 1979)

No caso de Antônia, ela tem a percepção de que a violência física não deve acontecer, entretanto a situação de violência psicológica como as ameaças, xingamentos, desqualificações do companheiro são associadas ao consumo do álcool e não são percebidas como uma violência contra ela, mas ocasionadas por uma situação de embriaguez. Ela enfatiza que a violência é ocasionada pela bebida. Ele não tem intenção de me deixar em paz, eu não deveria tá me sentindo assim, mas eu me sinto. Eu queria tirar com a mão, mas eu não consigo. Sinto falta de ter convivência em outros ambientes, todas as minhas amizades mais próximas terminaram ficando no *. (...) Terminou que eu fiquei isolada, né? Com... com esse relacionamento! Terminei ficando isolada, comecei a viver só pra ele e pra os meninos e eu como pessoa me anulei completamente assim...(...) Eu sinto falta de gente, eu sinto falta de conviver, eu sinto falta das coisas que eu deixei pra traz assim... Uma coisa é você tá na cidade, outra coisa é você tá isolada, numa área onde tá difícil, onde se você precisa sair pra ir num mercado você tem que andar trinta minutos pra chegar numa parada de ônibus, entendeu? É diferente assim... Então, como eu sempre fui um ser urbano, agora isso me afeta muito, me afeta bastante assim, quando você tem alguém e tá ali com você, você termina não prestando atenção, mas aí quando você se depara sozinha, entendeu? Você chega à noite, você fecha sua porta e você não tem ninguém, isso termina te atingindo sim! E atingiu muito, eu agora me sinto assim, bem pior que antes! Porque antes o movimento me preenchia, antes as atividades do movimento me tomava meu tempo, me alegrava, eu tinha alguma coisa... eu tinha alguma coisa palpável e agora eu tô... tanto faz... agora pra mim tanto faz o movimento pra mim, tanto faz se o movimento vai pra frente ou vai pra trás. Eu tô nesse nível, entendeu?

Há uma combinação entre a situação de precariedade social vivenciada por Antônia e a produção subjetiva dela a respeito de sua condição. A carência de espaços de socialização e o vínculo restrito ao ex-marido são terreno fértil para uma produção de sentido dolorosa sobre sua atual condição, o que a faz experimentar sofrimento. Ela contou que se anulou ao longo do relacionamento e passou a se dedicar apenas ao cuidado d@s filh@s e à realização das tarefas domésticas. A prescrição normativa sobre homens e mulheres constitui um horizonte sobre o qual são produzidos sentidos subjetivos sobre os papéis de gênero.

O assentamento é formado por famílias conforme relatado por Antônia. Perguntei se haviam outras famílias monoparentais chefiadas por mulheres e como era a relação de Antônia com as pessoas do acampamento e ela falou sobre a amizade com uma amiga casada e que residia com @ companheiro e filh@s ali. Essa amiga a ajudava em diversas ocasiões no cuidad@ com filh@s e plantio. Não podendo contar com outras pessoas que residem ali, teve

que pagar para um homem ajudá-la no plantio. Antonia não possui amig@s no local e não se sente identificada com as pessoas que habitam ali. Ela contou que há somente quatro militantes do movimento no local, ela se considera uma militante, além de exercer a função de coordenadora do assentamento. A relação com as outras pessoas do assentamento não é de intimidade e ajuda. A permanência no acampamento, é percebida por Antônia, como tendo sido favorecida pela presença do marido, pois tinha um projeto de constituição de uma família. Contou que as diferentes famílias não tem projetos comunitários, não há ambientes de interação no acampamento e que cada família vive isolada. Relatou, em diferentes momentos da entrevista, que o projeto político de base – que ela ajudou a construir - do movimento para o assentamento envolvia o engajamento comunitário em ações no assentamento e que isso não aconteceu, pois as famílias que formaram o assentamento não tinham os mesmos objetivos.

Perguntei se a comunidade interferia nos casos de violência doméstica e ela citou que um casal estava vivenciando violência e o núcleo de coordenador@s se reuniram para intervir na situação, tiveram uma conversa com o companheiro da mulher em situação de violência. O autor das violências foi afastado do assentamento e retornou porque a esposa o aceitou de volta.

Relatou que o que a auxiliou foi o programas pão e leite e cesta verde, devido a dificuldade de trabalhar por conta da creche. Expôs seu sentimento de traição, enquanto ela estava cuidando d@s filh@s, o marido vivenciava um relacionamento extra-conjugal. Contou que se sente enganada pelo marido por ele estar em outro relacionamento, não trazer dinheiro para casa e construir um relacionamento com outra mulher. Enfatizou que ela lavava, cuidava da casa, da roupa suja dele e d@s filh@s. Ressaltou que está frustrada, triste, decepcionada com a vida que construiu.

Eu sinto falta de viver na verdade! Na verdade, eu tô aqui, mas não sinto que tô vivendo, eu tô assim passando um tempo, assim na verdade, me sinto... é bem ruim assim pra mim, é bem ruim pra mim, eu me sinto inútil na verdade, eu sinto que eu estudei pra nada, entendeu? Que eu estudei pra nada e que tudo que eu fiz foi jogado fora, com minha decisão de ter vindo pra cá... de ter assumido essa família assim... tão assim.. sem sem ter pen... sem ter planejado, entendeu?¹³⁵ Assim e aí, assim e tudo que eu fiz foi por terra, assim... eu me sinto assim agora! Outras vezes não! Outras vezes não! Outras vezes: “não mas o projeto é bom! Eu sei que o projeto é bom, eu ajudei a construir o projeto”, eu ajudei a construir! Eu sei que tem a minha participação, sabe? Eu sei que o projeto é bom, eu sei que o projeto é viável, mas ao mesmo tempo não me contempla mais, entendeu? (...) Não era pra ser assim, não era... eu ajudei a construir e de repente eu nem tava tão afim assim de ficar aqui mesmo, eu abracei, eu simplesmente abracei uma coisa

¹³⁵ O projeto do movimento.

assim que não, vai acabar não saindo da forma que a gente planejou, entendeu? Eu abracei com muita força, eu coloquei muita energia numa coisa que eu achava que sairia de uma forma mas saiu de outra... Em termos de vida, em termos de assentamento, em termos de tudo! Se eu voltar a trabalhar, pelo menos de imediato eu consigo um alívio (...) se eu tivesse uma moradia, eu ia tentar uma outra vida, começar uma vida nova, se eu tivesse uma moradia, eu ia largar tudo, é muito doloroso, depois de tudo que eu já passei. A pessoa mais animada, sempre fui eu e hoje eu sou a primeira que queria pular fora.

O ex-companheiro ainda reside no assentamento com a nova esposa. A separação de Antônia com o marido aconteceu após a suspeita levantada por ela de abuso sexual da filha cometida pelo pai, marido de Antônia. As questões de formação de uma família, do relacionamento conjugal com o ex-parceiro, do cuidado d@s filh@s, trabalho e de moradia no assentamento estão relacionadas na vivência de Antônia. Para a compreensão do seu sofrimento e de uma elaboração de estratégias para a superação da situação de vulnerabilidade social que vivenciou após a separação foi necessário um trabalho conjunto com a assistente social.

Eu acho que eu sempre procurei, eu... eu acho que eu sempre procurei uma coisa que não existe, não deve existir! Eu, de alguma forma, eu queria... eu... eu achava que de um forma cotidiana, você devia ser feliz, alguma coisa assim e termina... na verdade, você não é! Eu não tô feliz, não me sinto mais satisfeita! Não tô bem! É uma busca... é uma busca que é infrutífera! Eu morava de aluguel, eu trabalha, eu... 'Não quando eu sair do ensino médio, vou arrumar um emprego legal, vou trabalhar e eu vou ser feliz!' Entendeu? 'Vou ter uma vida normal!' Aí, eu saí, arrumei o emprego, eu estava trabalhando, mas eu não estava feliz! Eu vim pra o movimento porque eu não estava feliz e porque eu ia ser feliz, eu estou aqui e eu não estou feliz! Então, é uma coisa que é irreal esse negócio, aí! Eu só queria na verdade, um pouco de paz, tranquilidade, sabe assim? Você viver tranquilo, numa boa, sem se preocupar com muita coisa... Eu nunca procurei riqueza, até porque se eu tivesse procurando riqueza, eu não teria vindo pra o movimento, na verdade, assim... eu tava buscando uma coisa que...

As pessoas nascem, crescem, trabalham e vivem porque estão vivas, mas... esse negócio que eu acho que eu procurava, eu procurei desde a infância assim... meus pais se separaram muito cedo, entendeu? Eu tinha um ano quando meus pais se separaram, eu fui criada pela minha mãe, eu fui ignorada pelo meu pai totalmente e isso terminou repetindo em mim. Então, a dor maior, entendeu?...*choro* É porque eu procurei e terminei no mesmo buraco... minha mãe ficou com cinco crianças... (...) E eu procurei a vida inteira, eu trabalhei, eu estudei e terminei a mesma coisa! *Choro* (...) As coisas não poderiam, não precisavam ter chegado no ponto que chegou, as coisas não precisavam ter chegado no ponto que chegou, eu poderia ter percebido antes, mas eu tava cega demais, entendeu? Eu tava cega e eu me culpo! Na minha parte, na parte da minha família e na parte de ver meus filhos serem criados sem o pai, eu me sinto culpada porque eu poderia... o prejuízo poderia ter sido menor, entendeu? Eu poderia ter percebido antes, eu não percebi assim... eu deveria ter percebido que não era... que era uma

coisa sem futuro, que aquilo... que aquele relacionamento não ia pra frente, que aquilo não era família, eu devia ter... eu não via, ele deu todos os sinais desde o início, e eu que não via e hoje eu vejo, uma pessoa que não se responsabiliza em manter a sua família.

Antonia contou que desde criança se dedicou aos estudos e aspirava uma vida diferente da mãe. Para ela, apesar da realização de esforços para ter uma vida diferente da mãe, se culpabiliza por estar numa situação semelhante, conforme a própria percepção, separada e cuidando d@s filh@s sozinha, sem poder trabalhar. Antonia sente-se culpada, individualizando sua situação. Os Atendimentos com Antonia consistiram em levantar uma reflexão sobre a situação das mulheres, a naturalização da divisão sexual do trabalho que a levou a abandonar seu trabalho assalariado e a assumir o encargo sozinha pelos cuidados d@s filh@s, que não se tratou apenas de uma escolha individual, mas de uma ação baseada numa naturalização sobre o papel de homens e mulheres. Um fato curioso sobre o caso é que enquanto estava vigente a medida protetiva e que o marido não estava residindo no assentamento. Antônia demonstrava-se fortalecida e engajada nos projetos do assentamento. Realizamos uma visita domiciliar no início do acompanhamento em que Antônia falou de forma entusiasmada sobre o assentamento, o cultivo da terra, a produção de alimentos orgânicos para a própria subsistência e o trabalho que realizava de alfabetização de adult@s na comunidade. Após a inclusão das crianças na creche, a regularização da pensão alimentícia e do afastamento do marido, ela parecia confiante e fortalecida. A entrevista aconteceu após o encerramento do caso e Antônia quis voltar a ser atendida pelo serviço.

Entrevista 3

Teresa foi acolhida pela assistente social e psicóloga conjuntamente, permaneceu em acompanhamento com a assistente social e psicóloga, que ao longo do acompanhamento na unidade realizaram atendimentos conjuntamente e, em algumas ocasiões, cada profissional marcou encontros com a mulher separadamente. No período final do acompanhamento, ela seguiu sendo atendida somente pela psicóloga. Também recebeu atendimento d@ profissional do Direito. Os atendimentos não aconteceram de forma regular, no começo do acompanhamento foram realizados atendimentos com uma frequência maior que ao final do acompanhamento. Tereza também frequentou o primeiro grupo de mulheres da unidade que aconteceu no primeiro semestre de 2012. Foi acolhida no segundo semestre de 2011 e deixou de frequentar o serviço no segundo semestre de 2013.

Segundo os dados sociológicos que constam em seu cadastro, Teresa tem 43 anos, declarou-se branca, católica, nasceu no interior da nordeste e mora na cidade há 15 anos, não concluiu o ensino médio, pois acabou engravidando e casando, atualmente trabalha como vendedora no comércio e possui um renda de pouco mais de 1 (um) salário mínimo. Tem filh@s adolescentes com o marido, que moram com o casal. A relação tem cerca de 21 anos.

Segundo informações na pasta da atendida, a mulher chegou ao serviço após uma grave situação de violência doméstica com o marido, veio encaminhada pelo psicossocial da Promotoria da região administrativa em que mora. Houve um episódio de violência física em que o marido veio em sua direção com uma faca e Teresa para se defender pulou da janela do segundo pavimento da casa em que residem. A vizinha chamou a polícia e a ambulância, o marido de Teresa foi preso imediatamente. Teresa foi hospitalizada na época, passou por cirurgia na coluna, e ainda hoje permanece em tratamento de saúde por conta das sequelas desse episódio. Pelo mesmo motivo, ficou afastada do trabalho por um longo período de tempo. O marido também foi encaminhado para atendimento em serviço de responsabilização para autores de violência no NFAVD e para o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD). Teresa já havia chamado a polícia por conta das agressões do marido em 2007, mas relatou que os policiais conversaram com o marido e nada aconteceu, no sentido de que não houve consequências legais.

Após o término do grupo, convidei Teresa para participar da pesquisa e ela aceitou. No dia agendado para entrevista, pedi a ela que me contasse sobre sua história, como estava a vida. O diálogo se iniciou assim:

Vívian: O que que você considera importante contar?

Teresa: A vitória... A vitória que eu tive agora, né?! Da mudança dele! [*Risos*]

Teresa contou que desde o início do relacionamento viveu um “tormento” segundo suas próprias palavras. Ela engravidou e o pai só disse que a aceitaria em casa se ela casasse. O marido bebia, enfatizou que ele era violento quando bebia.

Vívian: Então, ele era violento desde o início?

Teresa: Desde o início! Desde o início! Mas, assim, quando bebia! Quando bebia e usava droga, era muito violento! Mas... É... Aí, tá, né? Não sei, né?!

Vívian: Violento como?

Teresa: De me xingar, de me bater... (...) Assim, eu sempre tendo paciência porque eu não tinha pra onde ir, não tinha condições financeiras de pagar um aluguel, não tinha família aqui e sempre aguentando...aguentando...

A dependência econômica e o isolamento relatado por Teresa estão diretamente relacionados com a postura do marido que a proibia de sair de casa, conversar com vizinh@s, fazer amizades no serviço, estudar, utilizando-se inclusive de violência para manter o controle sobre Teresa. A passividade experimentada por Teresa diante das agressividades do marido parece uma tentativa de minimizar as violências. Teresa percebe as condutas do marido (xingamentos e agressões físicas) como violentas, entretanto atribui a permanência no relacionamento a sua vulnerabilidade financeira. Contou de situações que vivenciou no trabalho que culminaram na perda do emprego na época por conta do marido.

Aí, sempre quando eu estava na loja, às vezes, ele descia lá sem camisa, bêbado demais, drogado! Aí, eu tinha que pegar ele, subir, botar ele no carro, trancar os vidros, deixar ele trancado no carro lá... pra ele dormir! Às vezes, saía da loja e não estava; ou se estava, estava muito bêbado! Aí, as meninas estudavam na *, né?! Eram pequenas nesse tempo. Às vezes, ele pegava as meninas lá no colégio, botava as meninas no carro e ficava dando cavalo de pau na frente do colégio! Era um tormento! Um tormento! Aí, com o tempo, assim, depois de seis anos, a minha patroa viu que, assim, às vezes, eu chegava em casa e ele me batia, porque se ele descesse e eu tivesse atendendo homem, era motivo de apanhar quando chegasse em casa! Aí, minha patroa... É assim! Com tudo isso, né?!... O patrão vai se enchendo, até que eu saí de lá! Aí, com quinze dias que eu estava em casa, eu deixei o currículo nessa loja que eu estou trabalhando, aí fui chamada, e estou lá até hoje! Mas, assim, depois que aconteceu isso¹³⁶, ele ainda continuou bebendo, usando drogas, só que bater, ele não bateu mais em mim, né?! Depois que aconteceu esse acidente¹³⁷ comigo. Aí, graças a Deus, eu não sei, assim... Porque antes eu conversava muito com ele, que eu ia largar e tudo... Eu não sei o porquê, mas, de repente, ele deixou a bebida mais, as drogas... E mudou, assim, completamente, completamente, completamente! Não é mais aquela pessoa! Não é mais!

Na percepção de Teresa, a cessação das violências físicas é vivenciada como uma vitória devido a mudança de comportamento dele. Ao longo da entrevista, ela relatou situações de violência com o marido associando a ocorrência da agressão ao uso de álcool ou outras drogas. Apesar da explicação da mulher para a ocorrência da violência a autora Saffioti (1993) afirma que essa linha de explicação oculta hierarquias e a desigualdade nas relações entre os gêneros. A violência de gênero contra as mulheres é cometida por pessoas não alcoolizadas. As situações de violência doméstica e familiar acontece entre pessoas de diferentes classes sociais, graus de escolaridade, raças, entre outros. A violência contra ela são explicadas por Teresa como ocasionadas pelo consumo de drogas:

A (*filha*) não podia chorar, que ela era pequenininha, né?! Não podia chorar que ele ficava com raiva, mas, só assim – quando ele estava bêbado! Mas,

¹³⁶Referiu-se ao episódio de violência doméstica com o marido que suscitou a intervenção policial e no qual ela ficou gravemente ferida.

¹³⁷Ver nota 1.

quando estava bom, era completamente diferente! Assim... não era aquela pessoa, aquele amor, aquele carinho todo com a filha e nem comigo, mas era uma pessoa legal, entendeu? Sempre se preocupou em não deixar faltar nada em casa... Até eu reclamo, assim, que ele é muito exagerado nas coisas! Mas, quando bebia, só Deus!

O ponto é que esse tipo de violência decorre da desigualdade entre os gêneros. Segundo Almeida e Bandeira (2004) as violências são perpetradas contra um(a) outr@ considerado com menor valor de existência.

Teresa contou que as pessoas só a criticavam, não compreendiam sua situação e que isso a fazia sentir-se mais mal, o que a fez distanciar-se das pessoas e isso contribui para o seu isolamento. Outro tema importante para os atendimentos é que não é só a rede social da mulher, mas @s próprias profissionais da rede e de serviços de atendimento podem compartilhar dessa atitude, por isso é necessária formação, capacitação e supervisão para atuação no atendimento as mulheres em situação de violência. O serviço deve ser um espaço social para as mulheres conversarem sobre o assunto, um espaço experimentado como um local para ser informada sobre seus direitos, obter informações sobre os serviços da rede, em que a privacidade e diversidade entre mulheres é respeitada, bem como suas decisões sobre a própria situação. Dessa forma, criamos um clima e uma ambientação favorável para a mulher expressar seus sentimentos e produzir sentidos subjetivos sobre sua vivência que a fazem experimentar força, confiança e assumir outros posicionamento para o enfrentamento da situação conforme a proposta do atendimento que visa o fortalecimento das mulheres.

Na época que eu estava assim, eu olhava pros lados e não via saída! Eu não tinha ajuda de ninguém! Ninguém me ajudava! Depois que eu conheci aqui (...) Parece que abriu as portas pra mim! Até em conversar com ele... Porque eu não conversava com ele, assim! Só era briga! É tanto que depois que aconteceu isso comigo, que muito tempo, assim, de... Ele ainda continuou... continuou bebendo, mais de ano, né?!... usando droga; passava livre... três dias fora de casa e, assim, eu sempre... Teve um tempo que eu falei assim: 'Agora chega! Não dá mais não!'. Eu falei pra ele: 'Olha! Ou você pára com isso ou vai ficar sozinho! Eu já estou pra decidir! Eu não vou mais ficar com você!'. Aí, eu não sei se foi essa conversa ou não sei o que foi! Eu sei que ele mudou! Totalmente! Totalmente!(...)Você, assim, sempre conversando comigo, né?!... foi o que me... me deu mais coragem, assim, de... de reagir! Porque eu não tinha reação de nada, de reagir, de conversar... Nada! Era só chorando, sofrendo... Não tinha atitude pra nada! Eu a... Eu, assim... Eu achei uma pessoa... é... não, assim, como psicólogo, mas como amiga! Que eu puxei... Eu me abro com você! Eu converso até demais! [risos]E eu não tenho, assim... Eu não tenho amizade com ninguém! Aquela amizade pra dizer, assim: 'Ah! Eu tenho essa amiga...' Entendeu? Porque sempre as pessoas a quem eu acreditava que era a minha amiga, sempre criticava depois. Não na minha cara, mas por... por trás! 'Ah! Sofre porque quer!' Sempre as piadinhas assim! 'Ah! Sofre porque quer!', 'Apanha porque quer!'. Até hoje, às vezes, eu escuto assim: 'Ah! Mulher que apanha do

marido não tem vergonha na cara!'. Assim, às... é... às vezes, eu falo: Você está falando! Porque, às vezes, assim, é jovem, é... Entendeu? Que não sabe, é... Tem um relacionamento depois... com quem vai se envolver...

O isolamento de Teresa foi identificado como um fator de vulnerabilidade para a sua permanência na situação de violência. Além de atendimento individual Teresa participou do grupo de mulheres. No caso de Teresa, ela não tem família na cidade, não tem amig@s no trabalho, na igreja, na vizinhança e não possui uma relação com as filhas de intimidade. Na percepção de Teresa, a relação constituída com a profissional é compreendida como uma amizade, pois sente-se apoiada e confortável, experimenta confiança para falar sobre as situações vivenciadas com o marido, não falava sobre isso com outras pessoas, pois sentia-se incompreendida e criticada. É interessante mencionar que a iniciativa de finalizar o acompanhamento partiu de Teresa. Ela manifestou que gostaria de finalizar os atendimentos e não sentia mais necessidade de vir ao serviço por ora. Isso indica que a relação constituída com a profissional não era de dependência, mesmo o acompanhamento tendo durado quase dois anos. Entendo que ao chamar a profissional de amiga, o fez por experimentar apoio nessa relação e não por confundir essa relação com uma amizade.

Teresa participou do grupo de mulheres. Sobre o grupo disse:

Vívian: Como você se sentiu no grupo?

Teresa: Ah! Assim! Valorizada, né?! [*risos*] Muita gente, assim, conversando e tudo, e eu nunca tinha participado... de grupos assim! Eu nunca tinha participado. É. Gostei! Interessante! (...) Porque era, assim, muita gente, histórias diferentes...

Vívian: O que você achou das outras mulheres?

Teresa: É... Cada uma é uma história diferente, né?! Gostei! Assim... elas tem também muita atitude de dar um basta também, né?!... na... na situação. (...) Corajosas também!

Vívian: E o que você achou da interação entre as mulheres? De estar em um espaço desse com mulheres?

Teresa: É bom! Assim... você sai com outras... é... tipo, assim... é... acende uma luz na sua vida! Você entende mais as coisas, tem mais saída pra você! Tem mais porta aberta pra você! E você, quando você está na situação que você não procura ajuda, você fica mais, assim, sem saber pra onde... a saída! Qual a saída?! E como você começa a participar, assim, do grupo, você vê que tem... que tem saída na sua vida! Tem outros caminhos! Tem outras portas que se abre, né?! Mas ali com elas, que já tinham passado, assim, prática, não passou o que eu passei, mas, praticamente a mesma coisa, elas, assim, não me olharam assim: 'Ah! Você apanhou porque...' Entendeu? 'Ah! Porque você não tem vergonha na cara! Você ficou esse tempo todinho sofrendo porque você quis!' Não. Em nenhum momento.

O grupo pareceu uma contribuição importante e uma estratégia com eficácia para o enfrentamento da situação, no caso de Teresa. Conhecer a história, as estratégias de superação

da situação por outras mulheres a fez ampliar seus próprios recursos de enfrentamento da questão.

Graças a Deus, eu não fiquei, assim... Eu não gosto muito de pensar no assunto, né?!... de... mas foi complicado, assim, pra mim, não ficar com mágoa, com ódio, assim, dele! Entendeu? É só você ter Deus no coração, ter fé em Deus, que... Em nenhum momento, assim, os médicos falando pra mim que era uma cirurgia muito grande, que corria risco e tudo, mas em nenhum momento, eu fi... eu pensei: 'Ah! Vou ficar em uma cadeira de rodas', 'Ah! O que vai ser de mim agora!' E eu falei: 'Não! Vai fazer a cirurgia e vai dar tudo certo, e eu vou tocar a minha vida pra frente agora!' E, assim, decidida, eu falei assim: 'Agora eu vou ter que tomar uma decisão na minha vida!' Entendeu? Pra... Não sei! Nem que eu passe fome, mas eu vou ter que largar, me separar desse homem! Aí, foi aí que... Não sei se foi por causa disso que ele largou tudo, né?! Não sei! Até hoje eu... eu procuro entender o porquê disso tudo!

No início da entrevista Teresa falou que o principal motivo que a fez permanecer na situação de violência era a dependência econômica do marido. É interessante observar que, no trecho exposto acima, ela contou que não queria mais permanecer nesse relacionamento violento, mesmo que tivesse que passar fome. A interação e a troca com outras mulheres no grupo foi importante para Teresa experimentar segurança para sair da situação de violência, até mesmo se para isso precisasse se separar do companheiro, o que ocasionaria a precarização de sua situação financeira. Teresa contou, ao longo dos atendimentos, que com o tempo se deu conta de que não precisava do marido para arcar com as finanças da casa e que a dependência econômica experimentada se tratava de uma insegurança. Ela, agora, se sentia capaz para prover as filhas e sustentar a casa sozinha. O fortalecimento ao longo dos atendimentos com Teresa consistiu em discutir com ela sobre a sua situação profissional e as finanças da casa, discutimos em conjunto com a assistente social sobre sua situação de saúde e os benefícios assistenciais, ela recebeu orientação jurídica com a bacharel em direito sobre divórcio, pensão alimentícia e partilha dos bens. Ao final da entrevista, contou que um dia faltou comida em casa e o marido sumiu, não fez as compras, ela havia trabalhado bastante, era época de fim de ano, mas ainda não tinha recebido o pagamento.

(...) ele veio chegar em casa com dois dias, e aí, eu já estava... eu já estava, assim, num ponto de chegar... de ele chegar em casa e eu já ir em cima dele, bater nele! Lá em casa eu já não tinha mais rodo e nem vassoura de quebrar nas costas dele! Ah! Eu já estava, assim, que eu não aguentava mais! Eu abria o portão já... Entendeu? Já ia pra cima dele, já! Mesmo com a coluna, assim, quebrada! Já ia pra cima, já começava a bater, já começava... Aí, teve um dia... Aí, nesse dia – no dia 07 – eu peguei as roupas dele e joguei tudo lá na escada e falei: 'Pode sumir daqui! Pode sumir! Pode sumir daqui! Ou vo... Ou você sai ou eu saio! Eu não quero mais isso pra mim!' Então, ele falou que não ia beber mais e eu falei: 'Eu não vou mais acreditar no que

you fala, porque não é a primeira, nem a segunda e nem a terceira vez que you fala que não vai beber mais!'. E ele: 'Não! Você vai ver!' e não sei o quê! Mas, é assim! Não acreditei! De cara, eu não acreditei que ele ia deixar, né?! Às vezes, ele começa a andar quarta-feira, e na quarta-feira ele já começava a beber! E aí, ia quarta, quinta, sexta e sábado e domingo! E aí, pronto! Emendava tudo!

Marido concluiu o tratamento no CAPS e continuou frequentando os atendimentos mesmo com dificuldades no trabalho de sair para participar do acompanhamento. Contou que o marido nunca a criticou por ter feito o acompanhamento ou tomado qualquer atitude contra as violências cometidas por ele. Ressaltou que é o marido que a leva de carro para o acompanhamento no CRAM. É importante enfatizar que a participação do marido no atendimento em serviços de responsabilização para homens autores de violência contribuíram para a situação de violência vivenciada pelo casal.

O acompanhamento no CRAM promoveu uma transformação na situação de violência e a mulher optou por continuar no casamento. Teresa percebe o acompanhamento e as mudanças no relacionamento como uma experiência de sucesso. É importante mencionar aqui que a experiência no CRAM é de que com frequência mulheres querem permanecer nos relacionamentos conjugais e que o acompanhamento do homem autor também é importante. No serviço, buscamos nos atendimentos individuais e em grupo suscitar uma reflexão sobre as situação de desigualdade de gênero que são fundamento para a ocorrência de violência, entretanto diferentemente da experiência pioneira de atendimento no SOS-MULHER o atendimento busca compreender a diversidade de circunstâncias e experiência das mulheres, seus desejo e necessidades. Os atendimentos consistem em realizar reflexões com as mulheres sobre seus relacionamentos com base numa perspectiva de gênero que visa a redução das desigualdades de poder, busco favorecer reflexões que ampliem o conceito do que é ser mulher e como homens e mulheres podem se relacionar afetivamente, do que a violência de gênero, dos mecanismo de proteção que as mulheres podem lançar mão para se proteger das violências, entretanto o atendimento deve respeitar a singularidade e autodeterminação da mulher atendida. Não se trata de converter mulheres ao feminismo ou de estimulá-las a se separarem de seus companheiros, conforme aconteceu nos primeiros atendimentos ofertados na década de 80. E também é necessário o desenvolvimento de uma perspectiva ético-política para o exercício da clínica nessas circunstâncias que consistem em uma situação de violação dos direitos humanos da mulher, pois a falta de politização do atendimento pode produzir a culpabilização da mulher diante de uma situação de desigualdade de poder.

Considerações Finais

A observação participante e confecção do diário de campo é uma parte da pesquisa tão relevante quanto as entrevistas para a apreensão do contexto cultural do serviço, que é um espaço de subjetivação para as mulheres. Tão importante quanto a realização das entrevistas é o contato com @s participantes em momentos menos formais que o da entrevista propriamente e a observação da interação de diferentes atores e atrizes no cotidiano para apreensão da dinâmica social do serviço. A interação estabelecida com @s participantes da pesquisa no cotidiano é fundamental para a realização da pesquisa que é viabilizada pelo tipo de vínculo e a interlocução entre pesquisadora e pesquisad@s. É necessária a imersão da pesquisadora no universo social e cultural pesquisado, o convívio com as diferentes pessoas posicionadas distintamente naquele quadro de relações sociais e o estabelecimento de vínculo etnográfico entre pesquisadora e pesquisadas para o compartilhamento de informações. Meu engajamento com o tema como profissional do serviço viabilizou uma relação de cooperação com as entrevistadas.

Neste estudo, violência de gênero tratou, particularmente, da violência contra as mulheres, mas esta não é a única forma de violência de gênero podendo também se manifestar, por exemplo, na homofobia. Encontrei na minha pesquisa de campo, tanto na observação participante feita no serviço quanto na interação direta e entrevista com as mulheres atendidas, indícios que corroboram o argumento, já presente na literatura, que a violência de gênero tem seu fundamento na existência de relações de poder desiguais entre homens e mulheres. As relações desiguais de poder entre os gêneros são respaldadas pela construção do ser mulher como gênero feminino inferior ao ser homem como gênero masculino. O valor desigual atribuído historicamente ao masculino e ao feminino é o horizonte cultural que engendra esse tipo de violência, portanto, em um sistema de gênero hierárquico as mulheres estão mais sujeitas a sofrer esse tipo de violência, assim como os homens estão mais sujeitos a praticar esse tipo de violência como previamente argumentado por autoras como Segato (2003), Almeida e Bandeira (2004).

As situações de violência contra as mulheres são fruto de uma condição de subordinação. A inferioridade pressuposta das mulheres não quer dizer que há uma ausência de poder ou subordinação absoluta das mulheres. As diversas iniciativas das mulheres com o objetivo de pôr fim à discriminação sexista e a violência de gênero evidenciam diferentes estratégias de resistência e de enfrentamento, protagonizadas por mulheres para a superação

das condições históricas a que foram submetidas. Em um nível mais concreto e específico, a capacidade de resistência e a busca de alternativas à situação de violência é evidenciada na análise das experiências das mulheres que foram sujeitos desta pesquisa.

A violência assume diferentes significados nos diversos relacionamentos e compreender a violência como uma manifestação de um sistema hierárquico de gênero não significa criar uma dualidade em que os homens são os agressores ativos, o algozes, e as mulheres, as vítimas passivas. Ainda que as análises de gênero apontem para uma norma cultural que legitima a hierarquia e consequentemente a violência, não há padrões universais que orientam as condutas nos relacionamentos concretos, pois estes envolvem ambiguidades e diversidades. A relação de poder estabelecida é complexa e dinâmica.

Com relação aos atendimentos, há diferentes circunstâncias de violência vivenciadas por mulheres e o acompanhamento tem que avaliar as diferentes necessidades das mulheres. Não é possível universalizar e generalizar as condições das mulheres. As diversas mulheres são afetadas de formas específicas pela violência de gênero. Entretanto, há aspectos que aumentam a vulnerabilidade de alguns grupos de mulheres e sua exposição à violência. Há mulheres em situações mais difíceis, ou em situações que as deixam mais frágeis como o isolamento, a dependência financeira e a discriminação por conta da raça/etnia, orientação sexual. A promoção de igualdade das mulheres e o combate a todas as formas de discriminação visa considerar as mulheres em sua diversidade de identidades e as múltiplas formas de desigualdade derivadas das relações sociais de classe, gênero, raça e etnia, entre outros. O problema da insuficiência do atendimento meramente psi, nesses casos, que não atenta para as condições objetivas das mulheres. Nos casos relatados, foi tão imprescindível quanto o atendimento para a superação da situação de violência a expedição de medida protetiva no caso de Marília e Teresa.

No caso de mulheres das classes populares é necessário também a inclusão das mulheres em programas sócio-assistenciais. A falta de uma política da assistência social numa perspectiva de gênero, tendo mulheres como beneficiárias, dificulta o acesso das mulheres aos programas. Além disso, não há creches, restaurantes e lavanderias comunitárias em número suficiente para atender a população. Dessa forma, as mulheres não têm seus direitos garantidos. Aqui me refiro a direitos elementares, serviços que possibilitariam que a dupla jornada de trabalho das mulheres fosse aliviada, por exemplo. Isso favorece a permanência numa situação de violência.

Tanto a experiência de pesquisa, como minha atuação profissional, forneceram indicadores de que a rede de enfrentamento a violência contra as mulheres da região administrativa da unidade ainda é frágil: os serviços não se conhecem, não interagem e não pactuaram um fluxograma de atendimento. Principalmente, os serviços da segurança pública, o que dificulta a proteção das mulheres e a responsabilização do homem autor, como também a proteção das pessoas que trabalham na unidade

O serviço ainda não está preparado para receber a diversidade de situações de violência vivenciada pelas mulheres, como o caso das mulheres trans, por exemplo. Observei que profissionais sentem-se despreparad@s para a pluralidade de situações e a rede não está articulada de maneira a atender as diferentes demandas. Os casos que mais chegam ao serviço são de violência doméstica e familiar. É necessário o desenvolvimento também de uma perspectiva de raça e atenção as múltiplas desigualdades experienciadas pelas mulheres.

Além disso, há a necessidade de ampliação de serviços que atendam familiares (filh@s - crianças e adolescentes), fundamentados também numa perspectiva de gênero, o que significam dizer que tenham uma compreensão sobre o que é a violência de gênero. E também há a demanda por criação de estratégias para que o homem autor participe do acompanhamento em serviços de responsabilização dos agressores, mesmo quando não há determinação judicial. Poucos homens buscam atendimento espontaneamente.

A perspectiva de gênero imprescindível para o atendimento as mulheres em situação de violência é fundamentada em teorias feministas de gênero que favorece o desenvolvimento de um olhar atento ao sexismo e à psicologização/individualização, da problemática, sem perder de vista a pluralidade e singularidade das mulheres. O acompanhamento psicológico é pautado por uma teoria psicológica, uma metodologia de atendimento clínico e por uma dimensão ético-política do fenômeno da violência. O fortalecimento da mulher que deve pautar o atendimento das diferentes áreas, conforme consta na Norma Técnica (SPM, 2006), é promovido por meio da perspectiva de que a violência de gênero é uma violação dos direitos humanos da mulher, que as mulheres tem o direito a uma vida sem violência e que não há justificativa que legitime a ocorrência da violência.

É o desenvolvimento de uma perspectiva de gênero que propicia durante o atendimento de qualquer profissional (incluindo cargos de nível médio e superior) da unidade promover o fortalecimento da mulher. O atendimento humanizado e numa abordagem de promoção do fortalecimento da mulher inclui a compreensão da especificidade do serviço e

do atendimento prestado num espaço como esse, pensando para mulheres em situação de violência de gênero..

Com relação a investigações futuras e novas direções de pesquisa sobre o tema da violência de gênero em geral, e dos serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência, há a necessidade de desenvolver mais pesquisas sobre serviços dessa natureza e refletir sobre a atuação dos profissionais nesse espaço, bem como as especificidades da atuação com diferentes grupos de mulheres. Também é necessário o desenvolvimento da perspectiva de raça nos atendimentos. A fragmentação das identidades e suas políticas tem implicações concretas nos serviços e no acesso aos serviços da cidade. Como é o caso por exemplo de travestis ou mulheres trans que podem ter dificuldade de realizar o boletim de ocorrência na DEAM, se tiver um registro civil com o nome masculino, designado na nascimento.

Os estudos feministas e de gênero são um campo difuso e disperso. Atualmente, está havendo uma aproximação da psicologia com esse campo de estudos, entretanto ainda é uma área marginal dentro da psicologia. Há estudos sobre o desenvolvimento de uma clínica em psicologia feminista no Brasil, como os de Narvaz e Koller (2007), que realiza uma discussão sobre a dimensão ético-política dos atendimentos Essa pesquisa pretende contribuir para o desenvolvimento dos estudos de gênero na psicologia que ainda são escassos.

A violência afeta a saúde das mulheres de maneiras diversificadas e sempre singulares. A capacidade de manter a sanidade mesmo diante de situações como estas depende da capacidade de gerar sentidos subjetivos que permitem se posicionar diante da situação e dar-lhe algum encaminhamento produtivo. Neste sentido, considerando a definição de saúde mental proposta por González Rey (2011), como a capacidade de gerar novos sentidos subjetivos diante das situações da vida que possibilitem um posicionamento ativo e criativo diante delas, o trabalho no serviço pode ser pensado como um espaço para favorecer esta capacidade generativa da própria mulher. O serviço é um espaço para se pensar estratégias de enfrentamento à violência de acordo com o risco que a situação envolve, confeccionar um plano de segurança pessoal e construir um projeto de vida que extrapola a questão da violência como fator único da vida da mulher atendida.

Ainda falta um programa dentro da SEM-DF para o cuidado a saúde mental de profissionais que atendem as mulheres em situação de violência ou trabalham com os homens autores. Também a literatura sobre esse tema é escassa.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Luiz Henrique M.; DINIZ, Gláucia R. S. Gênero, masculinidades e o atendimento de homens autores de violência conjugal. In: LIMA, Fausto R; SANTOS, Cláudia. *Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

ALMEIDA, Suely de A. Essa violência mal-dita. In: *Violência de Gênero*. ALMEIDA, Suely de A.(org.). Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; BANDEIRA, Lourdes; MESQUITA, Andréa (orgs.). *Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da região Centro-Oeste*. Brasília-DF: AGENDE, 2004.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; BANDEIRA, Lourdes. Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres – por uma perspectiva feminista, de gênero e de direitos humanos. In: ALMEIDA, T.M.C.; BANDEIRA, L.; MESQUITA, A. (Orgs.) *Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da região Centro-Oeste*. Brasília (DF): AGENDE, 2004, p. 147-172.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; BANDEIRA, Lourdes. A violência contra as mulheres: um problema coletivo e persistente. In: LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene (Org.). *O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência*. Brasília: AGENDE, 2006. p.19-43.

AZAMBUJA, M. R.; NOGUEIRA, C. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. *Saude soc.*, São Paulo, v. 17, n. 3, Sept. 2008.

BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações*. Rio de Janeiro: Contra Capa: 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2007.

BIZERRIL, J. O vínculo etnográfico: intersubjetividade e co-autoria na pesquisa qualitativa. *Universitas ciências da saúde*, Brasília, vol. 2, n. 02, p. 153-166, jul./dez. 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/spmulheres/>> Acesso em: 15 jan. 2013.

_____. Presidência da República. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília-DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011.

_____. Presidência da República. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília-DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

_____. Presidência da República. *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher*. Brasília-DF: Secretaria Especial de Políticas para Mulher, 2007.

_____. *Lei 11.340 (Maria da Penha), de 07 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 08 ago. 2006.

_____. Presidência da República. *Norma Técnica de Padronização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM: 2006.

_____. Presidência da República. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília-DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM, 2004.

_____. Presidência da República. *Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas*. Brasília-DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM. 2003.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORNSTEIN, Kate. *Gender Outlaw: on men, women, and the rest of us*. New York: Vintage Books, 1995.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: *Perspectivas antropológicas da mulher 4*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

CITELI, Maria Teresa. Fazendo Diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Em: Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 131-145, 2001.

CLIFFORD, James. “Culturas viajantes”. In: ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papyrus: 2000.

CONFERÊNCIA nacional de políticas para as mulheres, 2011.

CONVENÇÃO sobre a eliminação de todas as formas de violência de discriminação.

CONVENÇÃO Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. 9 de junho de 1994.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Documento de referência para atuação dos psicólogos (as) em serviços de atenção à mulher em situação de violência. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP. Brasília-DF:2011.

CSORDAS, T. Intersubjectivity and Intercorporeality. *Subjectivity (2008) 22, 110–121*.

DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco: 1991.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-211, fev. 2008.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos, 1948.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Mulher. Regimento interno. Brasília: SEM/DF: 2011.

FÁVERO, Marta Helena. Psicologia do Gênero. 2010.

FARAH, Marta F. S. *Gênero e políticas públicas*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio M. Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. Petrópolis, RJ: Vozes: 1995.

FIGUEIREDO, Luís C.M; SANTI, Pedro. L. R. *Psicologia um a nova introdução: Uma visão histórica da psicologia como ciência*. São Paulo: Educ: 2007.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara: 1989

GEERTZ, Clifford. “Cultura, mente e cérebro/ cérebro, mente, cultura”. In: GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2001

GONZÁLEZ REY, Fernando Luís. *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning: 2003

_____. *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes: 2004.

_____. *Pesquisa qualitativa e subjetividade, os processos de construção da informação*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning: 2005.

_____. *Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia*. São Paulo: Cortez, 2011.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

HALL, S. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A: 2011.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. v. 2, São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília-DF: CAPES, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: *Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil - 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IZUMINO, Wânia. Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. *Praia Vermelha (UFRJ)*, v. 14&15, p. 130-134, 2007.

LAQUER, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicol. Soc.* [online]. 2006, vol.18, n.1.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*. 2007, vol. 11, n. 3, PP 647-654.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Feminismo e terapia: a terapia feminista da família - por uma psicologia comprometida. *Psicol. clin.* [online]. 2007, vol.19, n.2, pp. 117

PISCITELLI, Adriana. Entre as “máfias” e a “ajuda”. *cadernos pagu*, v. 31, p. 29-63, 2008.

ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis, RJ: Vozes: 2011

ROSE, S. A perturbadora ascensão do determinismo neurogenético. *Ciência Hoje*. vol. 21/n. 126, janeiro/fevereiro 1997, p. 18-27

SAFFIOTI, Heleith I. B. *A mulher da sociedade de classes: mito e realidade*. 2º ed., 1979.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo Perspec.*, São Paulo , v. 13, n. 4, Dec. 1999 .

_____. Violência de gênero - lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, São Paulo, PUC, pp. 59-79, 1997.

_____. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, Marcia (org.) *Violência em debate*. São Paulo, Editora Moderna, pp. 39-57, 1997.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu – desdobramentos do feminismo*. Número 16, especial, organizado por Maria Lygia Quartim de Moraes, IFCH/UNICAMP, Campinas, pp.115-136, 2011.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

_____. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil*, jun. 2009

SANTOS, C. Macdowel; IZUMINO, Wania Pasinato. *Violência contra as mulheres e Violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil*, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SCHRAIBER, Lilia B. et al. (2002). Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 4, pp. 470 – 477.

SEGATO, Rita Laura. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SIBILIA, P. Eu, eu, eu... *você* e todos nós. Em: *O Show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 7-27.

SILVEIRA, Lenira P. Serviços de atendimento a mulheres em situação de violência. Coletivo Feminista. 2003.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René M. C.. Saúde mental, gênero e violência estrutural. *Revista Bioética*. v. 20, n. 2, 2012.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PROJETO	VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE
PESQUISADORA	VÍVIAN DE MOURA DAYRELL

TERMO DE ESCLARECIMENT O	<p>Eu Vívian de Moura Dayrell, Psicóloga mestranda em Psicologia e Saúde pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, tendo como orientador o professor doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília - UnB José Bizerril Neto, estou realizando uma pesquisa na área de Psicologia e Saúde, cujo título é “<i>Violência de gênero e suas implicações sobre a saúde</i>”.O objetivo desse trabalho será investigar como mulheres em acompanhamento no Centro de Referência de Atendimento à Mulher vivenciam a situação de violência e quais recursos utilizam pra o enfrentamento e superaçãoda situação, bem como o impacto da violência sobre a saúde por meio de, caso haja interesse das participantes, entrevistas abertas de caráter individuais, proporcionando assim, um melhor conhecimento sobre o fenômeno da violênciade gênero. Os avanços na área da saúde ocorrem através de trabalhos como este, por isso a sua participação é importante. Não será feito nenhum procedimento que lhe traga qualquer desconforto ou risco à sua vida.</p> <p>Você poderá ter todas as informações que quiser e poderá não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo no seu atendimento. Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade e em casos de danos não previstos cabe indenização nas formas previstas na lei. Seu nome não aparecerá em qualquer momento do estudo, pois você será identificado por uma letra. Durante a pesquisa caso ache necessário poderá recorrer a um dos pesquisadores para retirar quaisquer dúvidas.</p>
TERMO DE CONSENTIMENT O	<p>Eu,</p> <p>_____, li e/ou ouvi o esclarecimento e compreendi para que serve o estudo e qual procedimento a que serei submetido. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não afetará meu tratamento. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.</p> <p>Eu concordo em participar do estudo e permito a publicação dos dados obtidos, com a garantia do sigilo e privacidade no uso dos mesmos.</p> <p style="text-align: right;">Brasília, ____ de _____ de _____.</p> <p>NOM _____</p> <p>E _____</p> <p>RG _____</p>

